2011 • Ano 8 • nº 68

www.desafios.ipea.gov.br

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Sociedade de risco

Desastres e eventos climáticos extremos impõem um novo modelo de desenvolvimento urbano

Entrevista

Ellen Gracie fala sobre eficiência do Judiciário, custos dos processos, relação entre os três poderes, e participação do Brasil no cenário geopolítico mundial

Mercosul

No ano em que completa duas décadas, bloco busca ampliar relações entre membros para além das simples trocas comerciais

Cade

Ipea e Cade fecham parceria inédita para avaliação de dados sobre operações de fusão e aquisição no mercado brasileiro

desafios do
desenvolvimento

Sumário

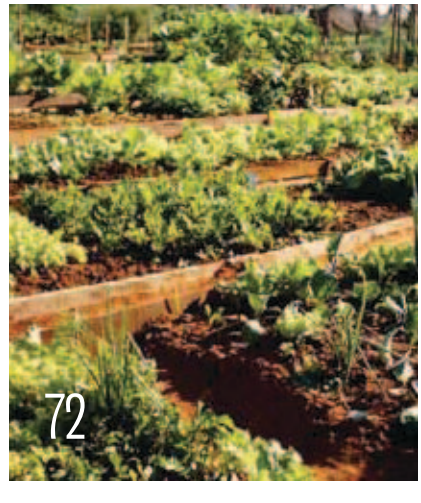
Pag 10 **Entrevista – Ellen Gracie**
A visão de Ellen Gracie sobre eficiência do Judiciário brasileiro, custos dos processos, relação entre os três poderes, e participação do Brasil no cenário geopolítico mundial

Pag 24 **Mudanças climáticas – Sociedade de risco**
Desastres e eventos climáticos extremos impõem um novo modelo de desenvolvimento urbano

Pag 36 **Agricultura – Do subsídio à política agrícola**
Investimento e novas tecnologias podem equilibrar a situação socioeconômica da agricultura familiar brasileira

Pag 46 **Mercosul – Mercosul 20 anos**
No ano em que completa duas décadas, bloco busca ampliar relações entre membros para além das trocas comerciais

Pag 64 **Cade – Fusão de competências**
Ipea e Cade fecham parceria inédita para avaliação de dados sobre propriedade intelectual e concorrência em operações de fusão e aquisição no mercado brasileiro



Seções

6 Giro Ipea
8 Giro
72 Melhores práticas
76 Questões do desenvolvimento
80 Retratos
82 Perfil
86 Observatório latino-americano
88 Circuito
90 Indicadores
94 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

Pag 34 **A Falácia do Metro Quadrado**
Bernardo Alves Furtado

Pag 35 **A importância do Código Florestal para a Redução de Desastres**
Leila Soraya Menezes

Pag 58 **A constituição de uma esfera pública regional no Mercosul**
José Renato Vieira Martins e Carolina Albuquerque Silva

Pag 59 **A Criação do Mercosul e a intensidade tecnológica das exportações da região**
Marcelo José Braga Nonnenberg e Allan Mesentier

Pag 60 **O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul**
Luiz Fernando Sanná Pinto e Luciano Wexell Severo

Pag 61 **Propostas de Aperfeiçoamento do Focem**
André de Mello e Souza, Ivan Tiago M. Oliveira e Samo Sérgio Gonçalves

Pag 62 **Perspectivas da tarifa externa comum**
Honorio Kume e Guida Piani

Emprego I

Trabalho formal cresceu no Brasil entre 2001 e 2009

Stock

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) divulgou, em abril, o primeiro estudo da série com o tema mercado de trabalho, que marca o 1º de maio. *O Comunicado do nº 88: Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009* analisou o processo de formalização ocorrido na última década com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Nos últimos dez anos, a proporção de trabalhadores formalizados (funcionários públicos estatutários e empregados com carteira assinada) pulou de 37,9% para 44,2%. No entanto, mesmo com essa mudança no mercado de trabalho, mais metade da população economicamente ativa (PEA) brasileira continua na informalidade.

De acordo com os pesquisadores do **Ipea**, o aumento da formalização foi causado principalmente pelo ritmo maior de criação de vagas formais de trabalho e não por substituição dos postos informais existentes.

O estudo explica que a maior parte das vagas criadas tinha o perfil típico do mercado formal: preenchidas por pessoas entre 25 a 34 anos, com jornadas entre 40 a 44 horas, em setores formalizados da economia (indústria, administração pública e educação, saúde e serviços sociais). A recuperação da capacidade de fiscalização do Estado também contribuiu para o surgimento de mais vagas com carteira assinada.

Segurança

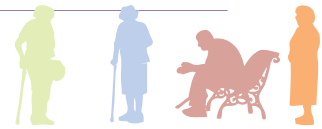
Ipea e FBSP assinam acordo de cooperação

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) firmaram acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum. O acordo foi assinado pelo presidente do Instituto, Marcio Pochmann, e pelo secretário-geral do FBSP, Renato Sérgio de Lima. Também estiveram presentes o técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), do **Ipea**, Almir de Oliveira Junior, e o chefe de gabinete da presidência da instituição, Fábio de Sá e Silva.

A cooperação estabelece as bases para uma colaboração mais estreita entre duas entidades, especificamente no que diz respeito a ensino e pesquisa, treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e conhecimentos. Isso inclui planejamento e desenvolvimento institucional, principalmente em temas concernentes a Segurança Pública, Justiça Criminal e Sistema Penitenciário no Brasil.

3ª Idade

Maioria dos municípios brasileiros não tem instituições para idosos



A primeira pesquisa nacional sobre as instituições para idosos resultou em dados inéditos lançados, em maio, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). O Comunicado nº 93: *Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil* mostra que 71% dos municípios do país não têm instituições para idosos.

As instituições brasileiras para idosos estão concentradas na região Sudeste (dois terços), sendo que apenas o estado de São Paulo tem 34,3% do total. Em média, cada instituição gasta R$ 717,91 por residente, valor este muito afetado pelos valores extremos. O gasto mínimo per capita é de R$ 92,62, observado em uma instituição em Alagoas, e o máximo de R$ 9.230,77, declarado por uma instituição em São Paulo. Esse custo de uma instituição é muito afetado pela sua natureza jurídica e oferta de serviços.

Com mais de 20 milhões de idosos, o Brasil tem apenas 218 asilos públicos. As instituições públicas e privadas abrigam 83 mil idosos, a maioria mulheres. O governo federal tem apenas uma instituição para os idosos, o Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, que atende 298 pessoas.

O que motivou a pesquisa foi o aumento da demanda por esse tipo de serviço na população brasileira, que está envelhecendo. Por isso, a demanda pela utilização dos serviços dessas instituições tende a aumentar, embora menos de 1% da população idosa utilize esse serviço.

Emprego II

Ipea estima 1,7 milhão de novas vagas em 2011

O segundo estudo sobre mercado de trabalho foi divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), em abril. O *Comunicado nº 89: Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: projeções para 2011* relaciona as perspectivas de oferta de mão de obra e a demanda por trabalhadores qualificados no país.

O estudo indica que a expansão econômica esperada para o ano de 2011 tende a afetar positivamente o mercado de trabalho brasileiro. Uma das conclusões do Comunicado é que deverá ocorrer escassez de mão de obra qualificada e com experiência profissional ao longo do ano de 2011. "Porém, hoje essa escassez não é global, mas restrita a alguns setores", disse Márcio Pochmann, presidente do **Ipea**.

Haverá, em 2011, excedente de força de trabalho no mercado brasileiro, mas sem qualificação ou experiência, impactando no alcance do pleno emprego global. Isso deve ocorrer, segundo a pesquisa, devido à estimativa de uma demanda de mão de obra de cerca de 22,1 milhões de pessoas ante os 28,2 milhões de trabalhadores disponíveis no mercado brasileiro.

Para a realização da pesquisa, o **Ipea** utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Genéricos

Medicamentos levam cinco anos para chegar ao mercado

Stock

A perda do monopólio das empresas farmacêuticas no Brasil, após a lei que permite os medicamentos genéricos, foi o tema da oficina de trabalho *Tempo de entrada de genéricos no mercado farmacêutico*, realizado em maio, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). Os pesquisadores analisaram o tempo médio para a empresa farmacêutica perder seu monopólio para remédios genéricos ou similares, após o fim de uma patente.

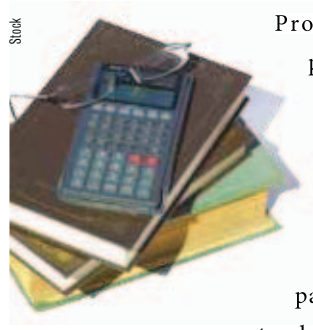
O trabalho partiu de estudos europeus sobre os impactos do fim de patentes industriais na União Europeia. O objetivo foi comparar essa realidade com a do Brasil, onde existem diversas estratégias para prolongamento de patentes que, em muitos casos, retardaram a chegada dos medicamentos genéricos ao consumidor.

Levando em consideração os 121 princípios ativos que mais venderam nos últimos 10 anos e que não estão mais com proteção de patentes, os pesquisadores constataram que apenas 30% apresentam genéricos ou similares. A partir daí, foi estudado o tempo de sobrevivência do monopólio das empresas farmacêuticas. Antes de 1998, quando a nova lei de patentes e os genéricos não haviam chegado ao Brasil, o tempo médio para a perda de monopólio era de 10 anos, caindo para 5,4 anos após 1998.

Após a entrada do primeiro competidor no mercado de trabalho, o segundo concorrente aparece em menos de dois anos, em média. Ainda em conclusão, a pesquisa irá verificar cada uma das possíveis causas desse tempo da perda do monopólio.

Conferência

Ipea recebe propostas de trabalhos para a II Code


Stock

Professores, pesquisadores e estudantes têm até o dia 18 de setembro para enviar propostas de trabalhos para a II Conferência do Desenvolvimento (Code), que será realizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), entre os dias 23 e 25 de novembro. Os trabalhos devem ter relação com uma das 11 áreas temáticas, definidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) em parceria com as associações brasileiras de pós-graduação da área de humanidades (ABA, ABEPSS, ANPEC, ANPED, ANPOCS, ANPUH, Anpur, Compedi, Intercom, SBS e ABPC).

A Code é uma conferência que reúne os mais diversos setores da sociedade, autoridades públicas e grandes especialistas para debater temas ligados ao desenvolvimento brasileiro. Serão escolhidos de 200 a 300 artigos para a Conferência. As comissões avaliadoras em cada área temática são compostas por membros das respectivas associações de pós-graduação e técnicos do **Ipea**.

Cada autor poderá enviar apenas um trabalho e a seleção será feita pelo sistema *blind review*, preservando-se o anonimato da proposta. Detalhes sobre o formato de envio dos trabalhos e informações sobre as áreas temáticas podem ser consultadas no hotsite da chamada de trabalhos (www.ipea.gov.br/code/chamada2011).

GIRO

IBGE

Produção da agroindústria recua

Dreamstime

A produção da agroindústria brasileira diminuiu 3,3% no primeiro semestre de 2011, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou abaixo do observado no mesmo período do ano passado, quando houve crescimento de 6%, e do desempenho da indústria geral nos seis primeiros meses de 2011 (expansão de 1,7%).

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Produção Física – Agroindústria, os setores vinculados à agricultura, que englobam os produtos derivados e os utilizados na atividade e têm maior peso na agroindústria, apresentaram desempenho abaixo do dos setores associados à pecuária, que cresceram 1%.

A principal diminuição foi observada na produção dos derivados da agricultura, com recuo de 4,7% no período. Já os produtos industriais utilizados pela agricultura avançaram 7,8% no primeiro semestre do ano. Por outro lado, a fabricação de máquinas e equipamentos recuou 5,9% no mesmo período.

Dívida tributária

Receita autua empresas e pessoas físicas em R$ 40 bilhões no primeiro semestre

Stock

Empresas e pessoas físicas foram autuadas pela Receita Federal em R$ 40,2 bilhões só no primeiro semestre de 2011. O resultado é recorde para o período e supera em 21,8% o total de autuações ocorridas no mesmo período do ano passado. Mas a Receita estima que o valor será elevado para R$ 100 bilhões até o fim do ano.

Os proprietários e dirigentes de empresa foram as pessoas físicas mais autuadas pela fiscalização da Receita Federal no primeiro semestre. De acordo com números divulgados hoje, 846 deles tinham dívidas tributárias de R$ 632 milhões. Em segundo lugar, em números de autuações, estão os profissionais liberais com 775 autuações e crédito tributário de R$ 136 milhões.

Profissionais de ensino e técnicos de outras naturezas, com 497 autuações, também estão entre os que mais foram autuados pela Receita Federal no primeiro semestre e foram responsáveis por R$ 87 milhões em créditos tributários. Os funcionários públicos e aposentados ficaram em quarto lugar, com 335 autuações e créditos de R$ 47 milhões.

No segmento econômico de pessoas jurídicas, as autuações foram mais concentradas na indústria, com 1.617 autuações e crédito de R$ 10,8 bilhões. Depois, vem o comércio, com 1.394 autuações e créditos tributários de R$ 5,9 bilhões. Em terceiro lugar, vem o setor de prestação de serviços com 1.350 autuações, mas com créditos tributários que somam R$ 6,2 bilhões.

IBGE

Dois milhões de pessoas conseguiram ocupação em 2009

Dreamstime

O Cadastro Central de Empresas (Cempre) foi divulgado, em maio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostrou que dois milhões de pessoas conseguiram ocupação, em 2009. Do total, 1,8 milhão era assalariado.

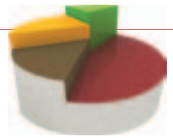
De acordo com o levantamento, nas 4,8 milhões de empresas e organizações, em um total de 5,2 milhões de unidades locais, o número de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho com salário representou um crescimento de 4,7% em relação a 2008. O universo de assalariados passou de 38,4 milhões para 40,2 milhões. Quando considera todas as pessoas ocupadas, a taxa de crescimento de um ano para outro é a mesma, com um volume de pessoas que chegou a 46,7 milhões naquele ano.

O Cempre também revelou um aumento do salário médio mensal que, em 2009, alcançou a marca de R$ 1.540 contra R$ 1.471 no ano anterior. Pelo menos 22 milhões de assalariados estavam em entidades empresariais (70,2% do total no ano). As empresas privadas também lideraram o número de pessoas ocupadas que chegou a 34,4 milhões (73,6%), e o maior desembolso em salários e remunerações, somando R$ 477,9 bilhões (61,1%).

A liderança das empresas privadas com relação aos números se explica também pelo fato de terem sido a grande maioria considerada no levantamento. Das 4,8 milhões de entidades e organizações consideradas pelo Cempre, 88,1% eram empresas.

Desenvolvimento

BNDES tem lucro recorde


Stock

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou, de janeiro a junho, o maior lucro para o período já obtido em sua história: R$ 5,3 bilhões. O resultado mostra expansão de 47,8% em relação ao lucro observado em igual período de 2010, que foi R$ 3,6 bilhões.

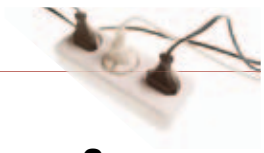
Os recursos desembolsados pelo BNDES no período somaram R$ 55,8 bilhões, revelando redução de 6% em comparação a igual período do ano passado. Segundo os dados, nos 12 meses findos em junho, os desembolsos do banco experimentaram queda de 9%, alcançando R$ 139,9 bilhões.

A previsão é que o BNDES encerre 2011 com liberações semelhantes às do ano passado (R$ 143,7 bilhões). O valor não considera os cerca de R$ 25 bilhões aplicados no processo de capitalização da Petrobras. A expectativa é atingir entre R$ 145 bilhões e R$ 147 bilhões, até dezembro.

Entre os desembolsos, o destaque ficou com as micro, pequenas e médias empresas. Os desembolsos para esse segmento da economia alcançaram R$ 23,2 bilhões no primeiro semestre, representando 42% do total, contra uma participação de 32%, em 2010. E o número de transações de crédito efetuadas para as MPEs cresceu 45% em comparação ao primeiro semestre do ano passado, somando 364,2 mil operações.

Distribuição de renda

Consumo de energia elétrica aumenta com o crescimento da classe C


Dreamstime

Oito milhões de novos consumidores foram incluídos no mercado de energia elétrica entre 2006 e 2008 em decorrência do crescimento econômico e da melhor distribuição de renda da população.

A constatação é da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que divulgou, em maio, a *Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica de abril*, cuja expansão foi de 2,4% sobre o mesmo mês de 2010. Na avaliação da EPE, o aumento da classe C "alterou o perfil de consumo residencial" no Brasil.

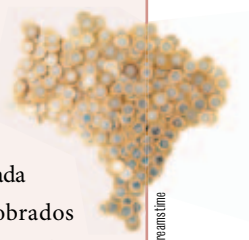
Os dados indicam ainda que, nos últimos quatro anos, houve aumento expressivo do número de residências que consomem mais energia. "Por trás dessas mudanças está o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda da população, que não só inserem no mercado novos consumidores como aumentam a posse e o uso de equipamentos eletrodomésticos".

A EPE destaca que dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e analisados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), indicam o aumento da renda média do trabalhador, acompanhado do recente "fenômeno de ascensão social verificado nos últimos anos, em especial de pessoas das classes D e E para a classe C".

A EPE ressalta no estudo que, de 2005 a 2009, foram incorporadas cerca de 20 milhões de pessoas com renda mensal familiar entre R$ 1.126 e R$ 4.854, o que elevou em 8,4 pontos percentuais (de 41,8% para 50,4%) a participação da classe C na distribuição das classes.

Crédito

Banco Central vai elaborar taxa de juro referencial para economia


Dreamstime

O Banco Central vai elaborar e divulgar, a partir de setembro, a Taxa Preferencial Brasileira. Ela será calculada com base nos juros cobrados dos empréstimos feitos pelos melhores clientes dos bancos do país – grandes empresas – e poderá ser comparada aos juros cobrados em outros tipos de operações de crédito.

O anúncio da criação da taxa referencial foi feito em agosto pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, durante seminário promovido pela instituição em São Paulo. Segundo Tombini, essa será uma "taxa prime brasileira".

A taxa prime já é calculada por bancos centrais de outros países. Ela também corresponde aos juros dos empréstimos feitos pelos bancos aos seus melhores clientes, geralmente, grandes empresas. É, assim, a taxa mais baixa cobrada nesses países.

Tombini disse também que a criação da "prime brasileira" deve estimular a concorrência bancária e colaborar para uma queda nos juros de todo tipo de crédito. "A criação desta referência permitirá que as demais taxas do sistema possam ser comparadas com essa", disse. "Com isso, esperamos também uma maior concorrência do sistema bancário."

Ellen Gracie

Bruno De Vizia – de Brasília

"O Judiciário é o mais transparente dos três poderes, não há nada a portas fechadas"

Sidney Murrieta

A Justiça brasileira está longe de ser uma unanimidade no país. Considerada lenta, cara e desigual por grande parte da população, teve sua atuação cerceada durante os anos de regimes autoritários, mas ganhou vigor após a Constituição de 1988. Contudo, o excesso de recursos nas diferentes instâncias judiciais brasileiras e as dúvidas de toda ordem que acabam por desaguar na Suprema Corte do país esperando definição têm gerado críticas à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), que vão desde um excesso de atribuições até uma eventual "judicialização da política".

Para a ministra Ellen Gracie Northfleet, entretanto, o judiciário brasileiro não ocupa espaços de outros poderes, age somente quando provocado, e tem evoluído a passos largos para dar mais celeridade aos julgamentos e maior acesso à Justiça para todos os cidadãos. Em seu sóbrio e amplo gabinete no Anexo II do STF, a ministra, nas vésperas de anunciar sua aposentadoria, recebeu a **Desafios do Desenvolvimento** para uma extensa conversa, na qual detalha sua visão sobre a eficiência do Judiciário brasileiro, os custos dos processos, a relação entre os três poderes e a participação do Brasil no cenário geopolítico mundial.

Desenvolvimento – Como o Judiciário brasileiro pode atuar no auxílio ao desenvolvimento econômico e social do país?

Ellen Gracie – O Judiciário participa do desenvolvimento do país e está presente em muitos questionamentos a respeito das políticas públicas. O Supremo Tribunal Federal, de modo muito particular, tem estado sempre presente na vida brasileira. Esta casa tem 200 anos, desde que começou com Dom João VI, e por aqui tem passado tudo o que acontece no país, desde a revolta da Vacina, com o Oswaldo Cruz (1904), recentemente a questão das células-tronco foi discutida aqui, questões políticas, os problemas dos Estados e os problemas federativos todos passam pelo Supremo. Ou seja, tudo o que acontece no Brasil passa de uma forma ou de outra pelo Supremo Tribunal Federal.

Temos defensorias públicas no Brasil em número reduzido, alguns estados sequer têm defensorias públicas. Isto deixa que o cidadão que não tem recursos fique ao desamparo quando ele precisa, não apenas defender sua liberdade, em matéria criminal, mas também para defender seus direitos patrimoniais, ou para reclamar alguma arbitrariedade que lhe tenha sido cometida

Desenvolvimento – Perpetua-se na população a ideia de que os cidadãos de maior renda têm mais acesso à Justiça, mais possibilidades de recursos, e julgamentos mais brandos. Em suma, há a percepção de que não somos todos iguais perante a Justiça brasileira. Como a senhora avalia esta imagem?

Ellen Gracie – Eu diria que a percepção é correta, porque, de fato, quem tem maior acesso à informação, a recursos financeiros, e pode contratar bons profissionais da advocacia, tem mais chances no processo. Os juízes devem equalizar as partes: a primeira tarefa do juiz é fazer com que as partes cheguem a um ponto em que ambas tenham condições de contraditar o que a outra diz. Mas isso é um projeto ideal, nem sempre é possível fazê-lo.

Veja que temos defensorias públicas no Brasil em número reduzido, alguns estados sequer têm defensorias públicas. Isto deixa que o cidadão que não tem recursos fique ao desamparo quando ele precisa, não apenas defender sua liberdade, em matéria criminal, mas também para defender seus direitos patrimoniais, ou para reclamar alguma arbitrariedade que lhe tenha sido cometida.

Perfil

A jurista, ministra e juíza Ellen Gracie Northfleet é natural do Rio de Janeiro. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, na mesma universidade, especializou-se em Antropologia Social. Em 1983 foi jurista em Residência da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e bolsista da fundação Fullbright, também nos EUA.

Foi diretora-fundadora da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio Grande do Sul OAB/RS entre 1986 e 1987; vice-presidente do Instituto dos Advogados do RS entre 1988 e 1989, e Procuradora da República entre os anos de 1973 a 1989.

É professora (licenciada) de Direito Constitucional na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e presidente-fundadora da Associação de Diplomadas Universitárias do Rio Grande do Sul, além de membro do Conselho Consultivo da Global Legal Information Network, e da International Association of Women Judges.

Tomou posse no cargo de ministra Supremo Tribunal em dezembro de 2000, e ocupou a presidência deste tribunal e do Conselho Nacional de Justiça no biênio 2006 – 2008.

Sidney Murrieta

A grande preocupação que tem o Judiciário brasileiro – e esta é uma preocupação muito antiga – é o acesso à justiça. Por isso a gente tem ampliado tanto os serviços de justiça, e os temos estendido ao máximo possível, facilitando inclusive com os juizados especiais de pequenas causas, em que as pessoas podem aparecer sem advogado para resolver pequenas querelas, e também por meio da prática da conciliação, recentemente bastante desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Não é absolutamente necessário, quando se fala em acesso à justiça, que todo mundo compareça a juízo, e que se tenha um juiz para cada controvérsia.

203

anos

é o tempo em que o Supremo Tribunal Federal atua no Brasil

A justiça na verdade é uma tarefa de todos nós. Faz justiça aquele cidadão que respeita a faixa de pedestre, e fazem justiça, em última instância, os próprios julgadores

O que se diz quando se fala em acesso a essa Justiça, com letra maiúscula, é que a justiça na verdade é uma tarefa de todos nós. Faz justiça aquele cidadão que respeita a faixa de pedestre, e fazem justiça, em última instância, os próprios julgadores. Mas as partes que estão em controvérsia conhecem todos os detalhes do porquê eles estão em desacordo. Nem todos estes detalhes, especialmente na área comercial, industrial ou de finanças, podem ser trazidos para uma questão judicial, eles são às vezes segredos de negócio detidos pelas partes, e a decisão do juiz nesse caso é tomada com muito sacrifício, e será sempre uma decisão imperfeita, exatamente porque ele não tem a oportunidade de conhecer todos os detalhes.

Mas se as partes se sentarem e puderem rever todas as motivações que levaram aquela controvérsia, elas tendem, ao longo do tempo, a encontrar um ponto médio em que concessões são feitas de uma parte e de outra, e que satisfaça ambos. Então, quando se consegue fazer este trabalho de conciliação, temos uma solução de maior qualidade do que a solução judicial. Não que os juízes não se esforcem muito, mas

intrinsecamente é mais produtivo fazer um acordo ou conciliação, até porque a execução é imediata, se a pessoa construiu ou ajudou a construir a solução, ela imediatamente vai aderir ao cumprimento daquela avença.

Desenvolvimento – O que fazer para mudar este sentimento de favorecimento dos cidadãos de maior renda? Há algum plano neste sentido no Judiciário, ou a tarefa é simplesmente expandir a atual estrutura?

Ellen Gracie – Mais da mesma coisa não resolve, esse mero incrementalismo não é a solução para o Judiciário. Isso vem sendo discutido com mais eficiência a partir da criação do Conselho Nacional de Justiça [em 2004]. Até então, o Judiciário brasileiro não tinha um centro de pensamento estratégico, e cada tribunal era independente, de modo que cada unidade da federação reservava os recursos que entendia adequado para seu sistema judiciário, e nós não tínhamos uma centralização desse pensamento estratégico. O CNJ oferece esta possibilidade, e é quem tem lançado estas grandes linhas.

O objetivo do poder Judiciário é a pacificação social. Então toda essa violência social que assistimos decorre, em boa parte, da ausência desses serviços

Mas como é que vamos chegar a toda população? Por meio de uma difusão muito criteriosa de todas estas formas de fazer justiça. Por meio das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro, por exemplo, até a presença de defensores e promotores de justiça, e de juízes conciliadores, para que no futuro, em um momento que espero não ser muito distante, os cidadãos realmente possam tem uma sociedade mais pacífica. O objetivo do poder Judiciário é a pacificação social. Então toda essa violência social que assistimos decorre, em boa parte, da ausência desses serviços.

Desenvolvimento – O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo (segundo o índice de Gini, que mede a desigualdade social). Como a Justiça brasileira é afetada por esta desigualdade?

Ellen Gracie – O Brasil é um dos países com grande índice de desigualdade, embora o tenha reduzido de maneira muito dramática nos últimos anos. Como é um problema extremamente antigo, não podemos resolvê-lo em um passe de mágica, e será necessário algum tempo até que a gente tire toda a população da

Sidney Murrieta

linha de miséria, e que essa população possa subir para as classes médias, e ter especialmente um bom acesso à educação e às oportunidades de emprego.

O Judiciário é afetado por esta desigualdade, na medida em que temos a consciência de que não estamos atendendo toda a população. E não atendemos não só porque as pessoas, muitas vezes, não têm acesso a um advogado, mas porque muitas vezes as pessoas sequer tem esclarecimentos a respeito dos direitos que têm.

Houve há algum tempo um esforço nosso de divulgação de direitos básicos, do dia a dia do cidadão, e isso se fazia por meio de rádio-novelas da Rádio Justiça, que ilustravam pequenas historietas populares. Casos uma questão de aluguel, de guarda de filhos, enfim, estas querelas do dia a dia eram dramatizadas. O resultado foi muito positivo, naquela época tivemos um grande retorno, e já tive a oportunidade de propor, em outros países, recentemente em uma reunião em Kuala Lumpur, o mesmo modelo. Esta forma de comunicação pelo rádio é muito popular, as pessoas geralmente levam um rádio consigo quando estão trabalhando, se deslocando, e deste modo podem, de uma maneira muito lúdica, tomar conhecimento de alguns mecanismos que existem e que estão à sua disposição, e especialmente dos direitos que lhe são assegurados.

Desenvolvimento – Em fevereiro de 2010 o Ipea e o Conselho Nacional de Justiça firmaram acordo para realização de pesquisa sobre os custos dos processos judiciais. Como a ministra avalia esse tipo de parceria?

Ellen Gracie – As interações entre direito e economia são absolutamente necessárias, porque o direito não existe em uma nuvem, não é uma coisa etérea, que não tenha correlação com a realidade. Ele influencia diretamente a economia, e é influenciado pela economia. Então existe uma interação necessária, existe uma escola norteamericana inteiramente dedicada a isto, e nós trouxemos para o Brasil a discussão, realizamos em 2008 um seminário justamente para diminuir esta distância entre as duas disciplinas, uma distância inexistente, e causada por incompreensão.

O Judiciário é afetado por esta desigualdade [social], na medida em que temos a consciência de que não estamos atendendo toda a população. E não atendemos não só porque as pessoas, muitas vezes, não têm acesso a um advogado, mas porque muitas vezes as pessoas sequer tem esclarecimentos a respeito dos direitos que têm

Desenvolvimento – Em relação ao custo dos processos, temos uma Justiça cara?

Ellen Gracie – Durante muito tempo, nós juízes e nós do mundo jurídico, atuamos como se vivêssemos em uma nuvem, e, portanto, não nos preocupávamos com as questões materiais ligadas ao Judiciário. Recebíamos um orçamento, encaminhado pelo Poder Executivo, e tínhamos relativamente pouca margem de manobra além daquilo. Então se o orçamento era bom, mantinha-se um tribunal funcionando bem. Se o orçamento fosse diminuído, este tribunal certamente teria seu funcionamento prejudicado. Mas os juízes não consideravam como parte de sua função atuar no sentido de demonstrar precisar de mais recursos para isso ou para aquilo. Esta foi nossa prática durante toda a República, e no período anterior.

Mais recentemente, e aí volto à criação do CNJ, os magistrados passaram a entender que precisam tomar nas suas mãos a administração do Judiciário, ele exige administração, não é só matéria jurídica. Precisamos saber quanto custa um processo. Antigamente alguém que falasse nisso era imediatamente estigmatizado, sob o argumento de que a Justiça não tem preço. Ora, a Justiça não tem preço, a liberdade de alguém não tem preço, mas tem custo. É preciso pagar o juiz, o promotor, etc, e tudo isto tem custo, e quem paga é o povo. Então é preciso ter muito clara esta ideia para que nós possamos retornar a quem nos paga o salário um serviço de boa qualidade.

Então, a partir de um determinado momento, os juízes se deram conta de que são responsáveis pela administração, e que precisam traçar prioridades, precisam estabelecer metas, enfim, adotar metodologia que já é disponível em outras áreas de administração pública e privada, mas que não eram utilizadas no Poder Judiciário. Por isso vejo como um demonstrativo muito positivo esta parceria do CNJ com o **Ipea**, para que realmente possamos calcular o preço do processo, que vai desde o papel que se utiliza, aos toners de impressoras, ao salário dos juízes, aos deslocamento, aluguel de imóveis, e tudo isso deve ser inserido no custo dos processos.

Eu diria que no Brasil o processo não é muito caro. Não saberia citar um valor preciso, mas aqui no Brasil o acesso a advogados é mais possível do que em outros países, como os Estados Unidos e Inglaterra, em que os honorários de advogados são extremamente elevados, e a menos que a pessoa conte com assistência judiciária, poucos conseguem arcar com as despesas. Além disso, no exterior, e a Inglaterra é também exemplo, as custas judiciais são caras, e são acrescidas a cada instância que se sobe. Lá,

se eu tenho uma sentença desfavorável em primeira instância e ainda sim insisto em recorrer, se perder na segunda instância eu pago as custas em dobro, o que desestimula o recurso fútil. No Brasil todo mundo quer chegar até o Supremo Tribunal Federal, a quarta instância.

Desenvolvimento – Em maio de 2009 a ministra foi indicada para representar o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Como a ministra avalia a evolução do país nas negociações neste órgão?

Ellen Gracie – Eu diria que é um dos fóruns mais importantes para um país em franco desenvolvimento como o nosso, porque as normas que regem o comércio, especialmente em um mundo globalizado, são determinantes para todo nosso intercâmbio. De modo que todas as questões de protecionismo, dumping, e as questões que às vezes as grandes economias tentam impor à economias de menor poder têm um fórum adequado de solução na OMC. E esta organização mantém um sistema de solução de controvérsias, que é como se fosse uma primeira e segunda instâncias judiciárias. Não é propriamente um tribunal, mas atua como se fosse, e as partes signatárias do tratado se submetem às decisões destas instâncias. Foi para lá que o Brasil levou a questão [com os Estados Unidos, sobre subsídios agrícolas] do algodão, e a disputa da Embraer com a empresa canadense [Bombardier].

A solução destas controvérsias é feita em duas instâncias: há um primeiro julgamento, e depois há uma corte de apelação. Foi para esta corte, para uma vaga aberta com a retirada de nosso representante, Luis Olavo Batista, que foi apresentada minha candidatura. Mas, ao final, a organização entendeu que deveria haver uma rotação de países americanos, e neste sentido deu a vaga ao candidato mexicano, que é uma pessoa extremamente qualificada, como todos os outros candidatos que se apresentaram.

Sidney Murrieta

Particularmente vejo aí uma dificuldade para o Brasil e para a América do Sul, porque até então a distribuição regional das cadeiras no órgão de apelação fazia uma distinção entre América do Norte e América do Sul. A América do Norte sendo representada desde o início pelos Estados Unidos, uma vaga para a União Europeia, outra para a Ásia, uma da China, que é também permanente, uma para a África e outra para a América do Sul, que era ocupada pelo Brasil com professor Luis Olavo. Agora esta vaga foi transferida para o México, que embora seja um país latinoamericano, faz parte da América do Norte, e tem uma economia muito atrelada a dos Estados Unidos. Com esta decisão vejo que a América do Sul ficou menos representada do que deveria ser, de acordo com as normas anteriores.

Desenvolvimento – Mas é possível reconquistar este espaço, e até ampliá-lo?

Ellen Gracie – Não só numa posição destas, que é eminentemente jurídica, mas em todas as outras questões. O Brasil está crescendo tanto e tem uma representatividade tão grande, que ele precisa de fato ocupar um número maior de posições nos organismos internacionais. Este fato que aconteceu na OMC tem se repetido em outras organizações, com uma série de chamadas derrotas do Brasil em candidaturas. Não se trata propriamente de derrotas, mas de encaminhamento do país exigir uma posição que seja compatível com sua dimensão, não só econômica como populacional.

Desenvolvimento – Em relação ao ensino de Direito Internacional e formação de quadros técnicos, estamos preparados?

Ellen Gracie – Creio que não. Precisamos incentivar grandemente os estudantes, os professores e as faculdades de Direito para que orientem o seu currículo de uma maneira mais objetiva para este grande comércio exterior. Este é um tipo de litígio altamente técnico, não é algo que seja corrente nos escritórios de advocacia, e o Brasil, nestas grandes demandas, tem se valido basicamente de escritórios estrangeiros. Como estamos crescendo, e pretendemos crescer muito mais, vai ser necessário ter um corpo próprio de pessoas qualificadas para enfrentar este tipo de controvérsia.

Desenvolvimento – Após extensa carreira acadêmica, no Brasil e no exterior, como a ministra vê a relação entre o ensino do Direito e Economia no Brasil hoje?

Ellen Gracie – Vejo que já avançamos bastante, temos hoje uma série de oportunidades de verificar esse intercâmbio necessário entre direito e economia. Ao meu tempo de faculdade, os currículos e a formação acadêmica eram excessivamente formalistas, ou seja, havia uma preocupação muito maior com o processo do que com o direito substantivo. E isso tem explicação sociológica: em um regime autoritário, fechado, é muito mais seguro, ou menos arriscado, ganhar uma ação, especialmente contra o governo ou as pessoas que estão no poder, por meio de desvios processuais, de questões técnicas, de detalhes técnicos, porque aí se evita entrar em choque no mérito.

30 mil

é o número de processos apreciados por ano pelos julgadores do STF

Em todos os regimes militares a gente verifica que há um crescimento do processualismo. Foi assim na Itália, de quem nós herdamos boa parte de nosso sistema processual, e na nossa origem portuguesa, especialmente por meio do direito canônico e das formas da Inquisição, em que também as formalidades eram altamente desenvolvidas e requintadas. Depois, na época do fascismo (1922-1945) a Itália experimentou t um enorme crescimento em seu direito processual, e esse direito processual foi herdado pelo Brasil, pois para cá vieram muitos professores italianos no pós-guerra. Aqui já vivíamos a ditadura de Vargas (1937-1945), e novamente, com o regime militar (1964-1985), se verificou fases nítidas de crescimento da processualística.

Há um grande prejuízo, pois se isso é uma estratégia de sobrevivência para aqueles que precisam militar no foro, nestas circunstancias difíceis, existe um prejuízo muito grande para a clareza do Direito, porque ele fica enevoado em uma série de exigências ritualistas e formais, e não se enfrenta realmente o que é o cerne da controvérsia. Com isso temos hoje no Brasil muitas matérias que não se sabe bem como é que foram decididas, se é que foram decididas, se a decisão é válida, etc. Já temos um bom tempo de retorno da democracia, e estamos corrigindo isso como país.

Conseguimos, com a aprovação da Emenda Constitucional 45, estabelecer a força vinculante do precedente judicial. Conseguimos também estabelecer a possibilidade do STF declarar a repercussão geral de uma questão, ou seja, impedindo o que acontecia até ontem, com centenas de milhares de processos sobre a mesma questão de direito, que era repetidamente resolvida em todas as instâncias nacionais, e subia, em recurso extraordinário, ao STF. Para termos ideia de quanto isso é nocivo, em 2007 chegamos a ter 150 mil processos distribuídos na Casa.

A Justiça não tem preço, a liberdade de alguém não tem preço, mas tem custo. É preciso pagar o juiz, o promotor, etc, e tudo isto tem custo, e quem paga é o povo. Então é preciso ter muito clara esta ideia para que nós possamos retornar a quem nos paga o salário um serviço de boa qualidade

A partir de 2008 começamos a aplicar a sistemática da repercussão geral, pela qual se agrupam os processos do mesmo tipo, da mesma controvérsia. Quando há um bloco, podemos reunir e declarar que aquilo tem repercussão geral, ou seja, não para uma controvérsia que diga respeito a dois particulares apenas, mas para uma questão mais ampla que interesse a todos os

demais, a todos os contribuintes que pagam um determinado imposto, por exemplo, ou a todos os aposentados que recebem um determinado benefício, em outro exemplo. O tribunal então começou a trabalhar de uma maneira bem mais racional, e estabelecemos algo que foi fundamental para tornar viável esta reforma: um plenário virtual. Este é na realidade uma *intranet* (rede virtual interna) dos ministros. Em vez de nos reunirmos fisicamente e discutirmos processo por processo se há ou não repercussão geral, nós fazemos isso por meio eletrônico. Lançamos nossos votos, e cada relator diz as razões porque considera que se há ou não repercussão geral, e os demais colegas se manifestam também.

Então fomos reduzindo o número de processos, e atualmente estamos com cerca de 30 mil processos. Há uma marcada tendência de diminuição, e o STF deve chegar aquele ponto em que haverá um número tolerável de processos, que possam ser razoavelmente apreciados pelos julgadores.

Desenvolvimento – Ainda assim é um número alto, pois seus pares na suprema corte norte-americana julgam, em média, pouco mais de uma centena de processos por ano. Qual a origem deste grande número de processos avaliados por um magistrado no Brasil?

Ellen Gracie – É até uma piada recorrente, toda vez que mencionamos no exterior que julgamos cem mil, 150 mil processos por ano, as pessoas pensam que cometemos um engano de tradução, que confundimos *hundred* (centena) com *thousand* (milhar). Esta anedota demonstra o quanto não era viável este sistema, que era uma falência anunciada. Na Constituição de 1988 se extinguiu o poder desta Casa de fazer o que na época era chamado de arguição de relevância: só as causas consideradas relevantes eram trazidas a julgamento para o STF, e esta análise da relevância era feita de uma maneira bastante simplificada, como é agora a nossa repercussão geral. Quando na Constituição de 1988 esse poder foi retirado do STF, podia-se imaginar que com o decurso dos anos haveria um acúmulo de processo desta ordem. Mas estamos, desde 2007, em condições de começar a abater este grande passivo formado em quase vinte anos.

Lá [na Inglaterra], se eu tenho uma sentença desfavorável em primeira instância e ainda sim insisto em recorrer, se perder na segunda instância eu pago as custas em dobro, o que desestimula o recurso fútil. No Brasil todo mundo quer chegar até o Supremo Tribunal Federal, a quarta instância

Desenvolvimento – É possível julgar com qualidade com tantos processos simultâneos?

Ellen Gracie – O número de casos é muito grande, e isso causa muitas despesas e custos, há a necessidade de contratar mais servidores, de mais computadores, salas e prédios, e tudo. Mas a questão de direito pode ser a mesma para 50 mil processos. Um exemplo é a questão da correção do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) era uma matéria que envolve todas as pessoas que tem uma carteira de trabalho assinada, e que eventualmente poderiam [os processos] se multiplicar por este número. Felizmente conseguimos resolver aqui de uma maneira a extinguir este tipo de demanda antes que ela surgisse, antes que houvesse essa proliferação tão grande. Mas sempre as pessoas esperam que a reforma dê resultados instantâneos e imediatos. Isso não é possível, pois temos um passivo para tratar, e este precisa ser analisado caso a caso. Mas pode-se fazer boas decisões? Digo que pode, e fazemos boas decisões, e analisamos com extrema minúcia as causas que são muito relevantes, e as causas que são repetitivas recebem o mesmo tratamento. Eu posso decidir sobre a alíquota de um imposto hoje, e amanhã, o processo que vier, os dez ou vinte processos que vierem sobre a mesma matéria serão decididos do mesmo jeito, ou seja, não vai me exigir um novo esforço.

Mas há questões de grande interesse social, cito por exemplo nossa discussões sobre as uniões homoafetivas, em que cada um dos ministros realmente se debruça sobre o tema, analisa, lê, faz compartivos com o direito internacional, dentre outros. Acho que fazemos justiça de boa qualidade, sei que é difícil fazer elogio próprio, mas não o faço a mim, faço ao tribunal e meus colegas, pois fazemos uma justiça de boa qualidade em condições difíceis, porque realmente é uma preocupação muito grande esta pilha [de processos].

Desenvolvimento – O próprio governo é responsável por mais de 90% dos processos que chegam ao STF. Qual a origem desta disfunção? O que fazer para minimizá-la?

Ellen Gracie – Passamos por um período de altíssima inflação no campo da economia, e neste período era muito proveitoso, era muito oportuno alguém ser devedor, e protelar ao máximo possível o pagamento de suas dívidas. Isso era feito, muitas vezes, através do juízo, ou seja, o juízo era instrumentalizado para que os devedores não pagassem seus compromissos.

Um destes devedores é exatamente o poder público, nas várias esferas: município, estado e União, que protelavam os pagamentos, fazendo com que processos se prolongassem na justiça, quase que indefinidamente, o que é facilitado pelo processualismo que mencionei anteriormente,

A quantidade de recursos existentes no Brasil não se verifica em lugar nenhum do mundo. Nós temos uma possibilidade de enfrentar qualquer decisão interlocutória do juiz, ou seja, quando o juiz dá um despacho qualquer de mero expediente, a

Fomos reduzindo o número de processos, e atualmente estamos com cerca de 30 mil processos. Há uma marcada tendência de diminuição, e o STF deve chegar aquele ponto em que haverá um número tolerável de processos, que possam ser razoavelmente apreciados pelos julgadores

Sidney Murrieta

parte já pode ingressar com algum pedido, ou pedir uma retratação ou uma alteração daquela decisão. Isto é uma coisa que não vemos no direito internacional: as decisões interlocutórias, que são as que não são finais, são, em geral, irrecorríveis, e só no final do processo, quando vem a sentença, se examinam inclusive questões processuais prévias, o que faz com que tudo tenda ao resultado de mérito, e não fique trancado nas questões intermediárias.

Desenvolvimento – Com a criação da TV Justiça e sua transmissão em grande parte da grade das televisões a cabo do país, os julgamentos do Supremo, em especial os de maior repercussão social, começaram a ser acompanhados por um número crescente de pessoas, muitas delas não ligadas ao universo jurídico. Como a ministra avalia este fato? É possível avaliar o impacto destas transmissões na formação, no pensamento e julgamento de juízes em instancias de primeiro, segundo e terceiro graus?

Ellen Gracie – Eu acho que tem uma influência muito grande, e a TV Justiça, como tudo, tem lados positivos e negativos. Se quisermos enfatizar apenas os aspectos positivos, eu diria que ela cumpre uma função educacional muito importante. Porque não só ela dá acesso a todos os cidadãos, que podem assistir pela televisão uma sessão do Supremo Tribunal – o que causa surpresa em nossos visitantes estrangeiros – mas também porque ela serve a propósitos declaradamente educacionais: eu sei de vários professores de direito preparam seus alunos para determinadas questões que já estão agendadas para uma ocasião futura. Então os alunos assistem juntos à transmissão da TV Justiça, e fazem comentários posteriormente, de modo que é um instrumento educacional útil. O lado negativo é a excessiva exposição dos ministros da Casa, que pode nos causar algum problema, mas no geral há um retorno muito bom. E não só são as pessoas ligadas ao direito, mas também pessoas que não são ligadas a este universo, e que começam a acompanhar com certa frequência. Creio ser muito importante que a população possa assistir debates de ideias, às vezes bastante acalorados, entre colegas que tem opiniões divergentes sobre uma matéria, e que sustentam suas posições, dão as suas razões, aceitam o contraponto do colega, e depois, democraticamente, contam os votos e alcançam o resultado. É importante que o povo assista a este exercício de dialética democrática.

Desenvolvimento – Em períodos de eleição, e mesmo fora destes, a quantidade de processos de natureza política — a exemplo da decisão sobre fidelidade partidária e Ficha Limpa — cuja definição se deu pelo STF, geram reclamações sobre a ocorrência de uma suposta "judicialização da política". Como a ministra avalia esta possibilidade?

Ellen Gracie – Existe certa incompreensão a respeito disso, quando se diz que o Supremo assume encargos demais, ou ocupa espaços do próprio Legislativo. Não é verdade, pois o Supremo, e o Judiciário todo, não têm uma atuação *ex-oficio*, ou seja, precisamos de provocação de alguma pessoa que esteja legitimada a exigir a atuação do tribunal. Uma vez feito isso, nenhum juiz pode se furtar a cumprir sua tarefa, que é definir a questão legal que lhe foi trazida.

O que acontece bastante, recentemente, é que os partidos políticos no Congresso

muitas vezes não conseguem obter uma maioria necessária para a aprovação de determinadas medidas, ou certas medidas que são aprovadas desagradam a minoria derrotada, e são estes partidos políticos, geralmente, que trazem a questão ao reexame do STF. Tudo está perfeitamente previsto dentro da nossa Constituição, mas há questões que o Supremo poderia, em um melhor funcionamento de instituições, ser dispensado de analisar.

Sidney Murrieta

Esse foi o caso, por exemplo, do direito de greve dos servidores públicos. Passados vinte anos da edição da Constituição este direito não tinha sido regulamentado, e as greves no serviço público se sucedendo durante todo este tempo, sem qualquer regulamentação. O que fez o Supremo? Para não ser acusado de legislar, o Supremo apropriou a legislação que já havia, que se aplica aos empregados do setor privado, e enquanto não haja uma nova regulamentação específica, votada pelo Congresso Nacional, definimos que se aplicam as mesmas regras em tudo o que couber.

Há outros exemplos, como a questão do aborto, que volta e meia é trazida ao STF, e ao respeito da qual existe um sem-número de propostas tramitando no Legislativo, mas nenhuma delas em andamento acelerado ou em condições de virar logo uma lei.

Outra foi a questão da aplicabilidade ou não da chamada ficha-limpa. O que veio para nós foi saber apenas se aquela legislação, perfeitamente válida, aplicava-se ou não às eleições do ano passado, ou seja, se esta legislação aplicava-se às eleições realizadas no próprio ano de sua edição. Pois existe uma norma constitucional que diz que as regras que alterem o processo eleitoral devem ter um ano de antecedência, para não causar surpresa a quem vai participar das eleições. O tribunal dividiu-se, e eu fiquei na ala vencida, por entender que a exigência de uma ficha limpa não é uma inovação trazida pela lei, mas já era uma exigência constitucional, que está inserida há muito tempo na Constituição, e o que a lei fez foi explicitar. Nós, a corrente vencida, não entendíamos nisso uma alteração de processo eleitoral, ou seja, meios e modos pelos quais os candidatos se apresentam, são escolhidos pelos partidos, requerem sua inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e depois são procedidas as eleições, apurados os votos. Esse processo, no que diz respeito ao Judiciário, se encerra com a diplomação que é feita pelos tribunais regionais eleitorais ou pelo Tribunal Superior Eleitoral. Este é o processo eleitoral, com todas as suas etapas, e a exigência de uma qualificação dos candidatos, como a de não terem determinado tipo de ocorrência em seus registros, é algo que não diz respeito ao processo, no nosso entendimento. Mas prevaleceu a tese contrária, de que também seria necessário respeitar nesse caso a anualidade. A lei portanto, devido a esta última decisão do supremo, é válida para as próximas eleições.

O Brasil está crescendo tanto e tem uma representatividade tão grande, que ele precisa de fato ocupar um número maior de posições nos organismos internacionais

Desenvolvimento – Como a ministra avalia nos últimos anos a evolução da relação entre os três poderes?

Ellen Gracie – Vejo com muitos bons olhos a democracia brasileira, que está evoluindo com tranqüilidade. Ainda há pouco comentava que a Constituição de 1988 foi muito criticada, porque ela foi elaborada em um período de efervescência democrática, em que todo mundo queria colocar tudo dentro da Constituição, todos os direitos e mais alguns. Mas nem tudo era viável, muitas coisas eram meramente programáticas, e o Congresso ficou com o grande ônus de ter que regulamentar centenas de direitos nossos, então a Constituição recebeu todas estas críticas, que são merecidas.

Mas por outro lado precisamos também levar em conta que nestes vinte anos ela nos assegurou uma democracia estável, sem maiores percalços, e que atravessou perí-

odos muito difíceis. Quem é que consegue sobreviver a uma inflação aos níveis que nós tínhamos no governo Sarney [José Sarney 1985-1990]? São poucos os países que não se desorganizam totalmente nesta situação. Quem é que consegue sobreviver a uma grande decepção nacional como foi o falecimento do Tancredo Neves [1985] às vésperas da posse? Depois tivemos um impeachment que transcorreu dentro das regras, na maior tranqüilidade, e a democracia brasileira tem sido reforçada. Isto se deu, é necessário que se diga, porque há um marco constitucional que é sólido, apesar dos defeitos periféricos, e também porque o país aderiu à democracia, a população aderiu à democracia de maneira muito convicta. Não se vê atualmente um poder excedendo aos seus limites, ou querendo usurpar o que é tarefa do outro. Como mencionei, nós do poder Judiciário somos acusados de legislar, mas o fazemos no exercício da nossa jurisdição, por provocação, na maioria das vezes de alguém que vem do mundo político. O poder Executivo, com relação ao Judiciário, tem sido extremamente correto no intercâmbio, posso dizer isso do meu período de presidência [do STF, em 2006-2008], posso dizer de antes e de agora, sem que haja choques. Há por vezes interesses diversos, o poder Executivo pode ter todo o interesse em defender a construção de uma determinada obra pública, que está sendo contestada por outra parte, e afinal o poder Judiciário decidir que não deve ser construída. Mas isso não é uma questão de invasão de atribuições de uns sobre os outros, são divergências normais, que fazem parte do equilíbrio democrático.

Desenvolvimento – Pouco após assumir o governo em seu primeiro mandato, o presidente Lula mencionou a necessidade de controle externo do Judiciário, com intuito de abrir a "caixa preta". Como a ministra avalia a possibilidade de controle externo do judiciário?

Ellen Gracie – O controle externo do Judiciário já existe por meio do CNJ, no qual participam não apenas magistrados, mas também membros do Ministério Público, representantes da sociedade indicados pelo Senado e pela Câmara, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil. Isto é o que se chama de controle externo, ou seja, que não é exercido exclusivamente por magistrados. Em muitos países o controle é exercido apenas por magistrados. Aqui no Brasil optou-se por esta composição mista, que reúne juristas indicados por vários órgãos além do Judiciário.

Pela minha passagem pelo CNJ posso dizer que esta participação é muito bem vinda e oportuna, porque são pessoas que nos trazem a experiência de outras atividades, a atividade da advocacia, da promotoria, e também preocupações sociais que vem trazidas por meio do Congresso Nacional. Cada representante tem um voto.

O que acontece muitas vezes é que o Conselho, como qualquer órgão da administração pública, está também submetido a controle judicial. E por vezes decisões do Conselho são questionadas perante o STF, que é o órgão que tem a competência para isso. E muitas vezes atitudes e decisões do Conselho são censuradas pelo Supremo, de novo, como parte deste grande mecanismo democrático, em que há freios e contrapesos em que cada instituição, de certa forma, promove o controle sobre as demais, e o STF, de certa forma, no pico desta pirâmide.

Desenvolvimento – Então na sua avaliação não há "caixa preta" da Justiça?

Ellen Gracie – A Justiça brasileira é tão transparente que nós julgamos em público, damos nossas razões em públicos, o que não acontece na maior parte dos países. Quase todos os países as sessões são secretas, as deliberações são mantidas em sigilo, e em muitos lugares sequer são assinadas, não se sabe quem é que participou daquele julgamento. Muitas vezes por questões de segurança, em certas cortes internacionais, por exemplo, isto é praxe. A decisão é colegiada e não há exposição individual de nenhum de seus membros.

Aqui no Brasil o Judiciário é extremamente transparente, pois nós sempre decidimos em público, sempre publicamos nossas decisões, que podem ser lidas e criticadas por qualquer pessoa. Em matéria de transparência o STF tem até dificuldade de avançar mais, porque tão logo decidimos alguma coisa no plenário, isso é imediatamente comunicado ao nosso setor de imprensa, que cuida de fazer um material de divulgação em termos mais acessíveis, e colocar imediatamente no site, então todos sabem o que está sendo decidido praticamente na mesma hora da decisão. A transmissão praticamente imediata possibilita exatamente isso, ou seja, o cidadão está dentro do tribunal assistindo.

Nossas sessões administrativas são públicas, não há nada que seja escondido. Eu diria que o Judiciário é o mais transparente dos três poderes, não há nada a portas fechadas

O que talvez acontecesse era um desconhecimento da própria mecânica administrativa dos tribunais, talvez não houvesse clareza com relação a orçamentos, aplicação de recursos. E aqui e ali, como em qualquer outro lugar, foram verificadas algumas irregularidades que estão sendo devidamente apuradas e tratadas. Mas não vejo como poder ser mais transparente do que isso. Até nossas sessões administrativas são públicas, não há nada que seja escondido. Eu diria que o Judiciário é o mais transparente dos três poderes, não há nada a portas fechadas.

Colaborou Milton de Oliveira

Sociedade de risco

Desastres acendem sinal de alerta no governo federal e impõem um novo modelo de desenvolvimento urbano, que busca minimizar efeitos de eventos climáticos extremos

Paulo Fernando – de São Paulo

Paulo Fernando

O aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos nas zonas urbanas dos países em desenvolvimento elevou o patamar do debate público mundial sobre as catástrofes. As alterações da dinâmica do clima atribuídas à ação do homem, somadas à urbanização crescente e desordenada, são apontadas como as causas principais da dilatação do cenário de riscos naturais aos quais a sociedade moderna está exposta. Conhecer, portanto, a dimensão das vulnerabilidades dos assentamentos humanos tornou-se passo fundamental para a adoção de medidas mais abrangentes e efetivas de prevenção e redução dos danos socioeconômicos e ambientais causados por essas adversidades.

No Brasil, desastres como os escorregamentos de terra na região serrana do Rio de Janeiro e as enchentes que atingiram a região Nordeste, para citar os mais recentes, ocorridos no início deste ano, acenderam o sinal de alerta no governo federal, que mobilizou três importantes ministérios – Integração Nacional, Cidades e Ciência e Tecnologia – para tratar desse assunto considerado uma das prioridades da Presidência da República. Bilhões de reais estão sendo direcionados a obras e ações de correção, prevenção e reordenamento urbano. O objetivo é minimizar o impacto dos desastres, e também reduzir o crescente volume anual de recursos despendidos na resposta a esses acontecimentos e, posteriormente, na reconstrução das áreas afetadas por deslizamentos de terra, inundações, alagamentos, estiagens, erosões, vendavais e outros fenômenos da natureza agravados pela atividade humana no ambiente.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), cada dólar investido em prevenção poupa sete dólares gastos em reconstrução. Durante a 3ª Sessão da Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres, realizada entre 9 e 13 de maio deste ano, em Genebra, na Suíça, ficou claro para os 2,3 mil representantes de 175 países e membros de organizações não-governamentais, incluindo deputados brasileiros membros da Comissão Especial de Medidas Preventivas e Saneadoras diante de Catástrofes Climáticas, que a demanda exige esforços de todas as esferas da administração pública.

1/3

das

Coordenadorias Municipais de Defesa Civil dos 645 municípios do estado de São Paulo são operantes

O foco das discussões da plenária do evento foi o papel estratégico que prefeitos, gestores públicos e parlamentares podem desempenhar para fazer a ponte entre os governos nacionais e as autoridades locais para ampliar a compreensão e conhecimento sobre o tema.

Apesar de disporem de conhecimento técnico desenvolvido por universidades e institutos de pesquisa em parceira com as administrações municipais, o número de cidades e estados brasileiros que têm estrutura física e operacional para gerenciar riscos ainda é baixo. São Paulo, embora seja a unidade federativa mais rica e desenvolvida do país, é exemplo dessa realidade. O estado do Sudeste tem 645 cidades, mas apenas um terço das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdecs) destes municípios é operante. "Não temos como impor nada aos municípios", explica o coronel Admir Gervásio de Lima, secretário-chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil estadual, destacando que o levantamento, o registro e a organização de informações pertinentes à ocorrência de desastres naturais, antropogênicos (causados pela ação humana) e mistos são, sem dúvida, um dos grandes desafios para as autoridades brasileiras da área de proteção civil.

Na reunião de Genebra também foram discutidos os avanços do Marco de Ação de Hyogo, documento firmado em 2005 e válido até 2015, e as Nações Unidas apresentaram às delegações presentes o Relatório de Avaliação Global sobre Redução de Riscos de Desastres,

"Os últimos desastres confirmaram que o Brasil não está livre desses fenômenos e nos alertaram para a importância de monitorar e conhecer os riscos, e prevenir a população"

Carlos Nobre
secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT

Paulo Fernando

estudo alertando que "o risco extensivo de hoje pode se tornar o risco intensivo de amanhã", ou seja, eventos de alta frequência, de baixa severidade e disseminados por todo o território de um país podem ter sua intensidade elevada nos próximos anos.

SISTEMA DE ALERTA Este ano, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que será realizada em outubro, terá como tema principal "Mudanças climáticas, desastres naturais e prevenção de risco". No evento, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em parceria com instituições de pesquisa estaduais e municipais, serão discutidos em todo o país as evidências científicas sobre o impacto das atividades humanas no clima do planeta e as medidas preventivas mais adequadas a serem adotadas em escala global e local, principalmente nas zonas costeiras, margens de rios e córregos, morros, favelas e outros ambientes vulneráveis.

"Os últimos desastres confirmaram que o Brasil não está livre desses fenômenos e nos alertaram para a importância de monitorar e conhecer os riscos, e prevenir a população", diz o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, Carlos Nobre, salientando o papel do recém-inaugurado Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais, cuja fase de testes iniciou-se em abril no Nordeste e terminará em agosto, quando as chuvas mais intensas cessarem na região. A meta do governo federal é fazer com que a tecnologia, capaz de prever esses acontecimentos com pelo menos duas horas de antecedência, funcione em todo o país até 2014. "O projeto priorizará os municípios que já possuem o mapeamento geológico das áreas consideradas de risco", informa o secretário.

No desastre da região serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, algo do gênero poderia ter minimizado significativamente os danos humanos da tragédia, a partir do cruzamento de informações meteorológicas e do mapeamento detalhado das áreas suscetíveis a deslizamentos e inundações. "O sistema, que terá sua primeira versão lançada oficialmente em novembro, é todo feito para a Defesa Civil e vai direcionar muito melhor o trabalho das equipes. Vamos ter as ferramentas e as informações para reduzir o número de vítimas fatais em 80% ou 90%", calcula Nobre.

No âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do

Paulo Fernando

Para impedir a formação de novas áreas de risco, é importante instituir programas habitacionais que reduzam a ocupação irregular de encostas ou margens de rios

Paulo Fernando

Contenção de encostas faz parte das ações preventivas prioritárias estabelecidas no PAC 2

Rodrigo Nunes/MCidades

"Não se trata de erradicar os assentamentos precários de forma extensiva, mas de fornecer, sempre que possível, níveis de segurança e condições urbanas adequadas para esses bairros populares"

Celso Santos Carvalho,
diretor do Departamento de Assuntos Fundiários e Áreas de Risco da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades

governo federal, para prevenir a ocorrência de desastres e reduzir o risco já instalado, foi incluída uma ação de macrodrenagem urbana, com obras contra inundações, e uma ação de contenção de encostas, dirigida à elaboração de planos municipais de redução de riscos, nos quais estejam identificadas as áreas vulneráveis prioritárias.

Para impedir a formação de novas áreas de risco, uma das ações mais importantes é instituir programas habitacionais que consigam fornecer alternativas concretas de moradia para as classes mais pobres, de maneira a reduzir a pressão pela ocupação irregular de encostas ou margens de rios. Uma das respostas do governo federal a essa necessidade foi estabelecer prioridade de atendimento de famílias removidas desses assentamentos precários no programa habitacional Minha Casa Minha Vida. "Não se trata de erradicar os assentamentos precários de forma extensiva, mas de fornecer, sempre que possível, níveis de segurança e condições urbanas adequadas para esses bairros populares", explica o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários e Áreas de Risco da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Celso Santos Carvalho.

30

bilhões de reais

serão investidos em ações de urbanização no PAC 2

Para melhorar sua capacidade de gestão de riscos urbanos, os municípios precisam implantar uma política habitacional voltada à demanda das camadas mais pobres por moradia, dimensionada a partir de seus planos municipais de habitação de interesse social. "Esta política deve levar em conta também instrumentos de planejamento urbano capazes de combater a retenção especulativa dos terrenos, de maneira a ampliar o acesso à terra urbanizada e bem localizada, próxima de fontes de emprego e renda, para a produção de habitação popular", afirma Carvalho.

Maria da Piedade Morais, coordenadora de Estudos Setoriais Urbanos do **Ipea**, lembra que "os desastres não se devem apenas a causas naturais, mas são em grande medida provocados pela

ausência de um planejamento urbano adequado para as cidades. Grande parte das ocupações irregulares em áreas de morros e baixadas alagáveis, e de proteção permanente, tem sido causada pela falta de alternativa habitacionais que estejam ao alcance do bolso das camadas mais pobres da população, que em geral buscam uma localização próximas aos centros de emprego". Contudo, a pesquisadora ressalta que não são só as camadas mais pobres da população que habitam áreas suscetíveis a desastres. "Os casos de Santa Catarina, Angra dos Reis e Itaipava, na região serrana do Rio, mostram que as classes média e alta também são vulneráveis a esse tipo de risco", diz Piedade.

Para estarem preparados para dar respostas mais rápidas, os municípios precisam elaborar o mapeamento de riscos do seu território, consolidar um plano de intervenções estruturais, organizar seu sistema de defesa civil de maneira a estabelecer estados de alerta, e planejar ações de remoção e abrigo, além de reforçar sua capacidade de resposta durante e após desastres, acrescenta Carvalho.

Como é nos municípios que os desastres acontecem, é relevante que as comunidades e os governos locais estejam conscientes da necessidade de um órgão governamental e de associações comunitárias atuantes, que visem à segurança da coletividade

Cursos de treinamento e o repasse de recursos financeiros para assistência técnica na elaboração de planos diretores e setoriais, além de mapas de riscos e planos municipais de redução de riscos, são oferecidos pelo Ministério das Cidades. Já o fortalecimento da capacidade de gestão dos órgãos municipais de defesa civil, fundamental para a construção de cidades mais seguras, está a cargo da Sedec (Secretaria Nacional de Defesa Civil) ligada ao ministério da Integração Nacional, que trabalha com dois programas: um para prevenção e preparação, e outro de reposta e reconstrução. Segundo a Sedec, o governo federal pode fortalecer as Comdecs (Coordenadorias Municipais de Defesa Civil) não apenas capacitando

Valter Campanato/ABr

Região serrana do estado do RJ foi devastada pelas fortes chuvas, que deixaram centenas de mortos e destruição em diversas cidades. Na foto, o distrito de Conquista

Paulo Fernando

Vice-presidente Michel Temer participa da abertura do Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres, realizado em Brasília

os seus agentes, mas também ajudando a estruturá-las, pois é nos municípios que os desastres acontecem.

PLANEJAMENTO URBANO Para prevenir os desastres naturais, o planejamento urbano deve comportar duas vertentes principais: a primeira é a ampliação da oferta de terrenos bem localizados, urbanizados e regularizados para a produção habitacional de interesse social em áreas centrais, próximas de fontes de emprego e renda. "Por meio do seu plano diretor, o município deve instituir Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em terrenos vazios no interior de regiões urbanizadas, o que permite reduzir os preços dos terrenos para habitação popular, pois limita o tipo de uso possível. Ao articular as ZEIS com outros instrumentos, como Edificação Compulsória e IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) progressivo, o município combate a retenção especulativa dos terrenos nas áreas centrais, aumentando mais ainda a oferta de lotes para habitação popular. O aumento da oferta de terrenos, combinada com um grande programa de investimento habitacional, contribuem para a prevenção da formação de novas áreas de risco ao diminuir a pressão pela ocupação irregular das encostas e várzeas", salienta Carvalho.

"Sabemos que não é possível controlar a magnitude dos eventos naturais adversos. No entanto, podemos reduzir a vulnerabilidade das comunidades e, com isso, minimizar a intensidade dos desastres. A construção de cidades mais seguras baseia-se nessa mudança cultural."

Cilene Victor,
capacitadora das oficinas do projeto Promoção da Cultura de Riscos de Desastres (PCRD)

Uma alternativa neste sentido, lembra Piedade, seria ampliar o acesso à terra urbanizada e bem localizada para habitação de interesse social: "além da instituição de ZEIS e do aumento da oferta para o segmento popular, uma alternativa habitacional interessante seria a instituição de um Programa de Locação Social e a recuperação de áreas centrais degradadas para fins habitacionais, já que essas áreas estão próximas aos centros de emprego e são bem servidas de infraestrutura social e urbana".

A segunda vertente do planejamento urbano, explica Carvalho, é a utilização de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização como subsídio para a elaboração de planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, planos de expansão urbana e até para o processo de licenciamento dos novos parcelamentos do solo. "A carta geotécnica é um instrumento que, a partir da análise das condicionantes do meio físico – como geologia, geomorfologia, sistema de drenagem natural, vegetação, etc. –, define as áreas de maior suscetibilidade a desastres e estabelece diretrizes para sua ocupação segura", resume o diretor do Ministério das Cidades.

DESASTRES SEM FRONTEIRAS Mas diante da imprevisibilidade natural dos desastres, como traçar estratégias para enfrentar as mudanças climáticas, ter acesso a fundos internacionais e aprender com as cidades pioneiras? A resposta para essas três perguntas, segundo o economista e especialista em gestão de riscos e desastres do Banco Mundial, Joaquín Toro, está nos exemplos postos em prática por comunidades e governos que aprenderam com as lições de desastres passados: "a qualidade e a capacidade das autoridades locais são fortemente influenciadas pelo grau de riscos a que a sua população está exposta", ensina.

Durante o 1º Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres, evento promovido pelo Ministério da Integração Nacional entre os dias 11 e 13 de abril deste ano, em Brasília, o economista enfatizou a importância do uso adequado do solo nas cidades dos países em desen-

volvimento e ressaltou a necessidade de um prognóstico amplo sobre os impactos socioambientais da urbanização crescente. "É preciso agir contra os efeitos negativos dessa expansão", disse Toro.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Assentamentos Humanos 2011 – As Cidades e as Mudanças Climáticas: Orientações para Políticas Públicas, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) –, 32,7% da população urbana dos países em desenvolvimento vivem em bairros periféricos. Boa parte da população mundial reside ainda em áreas costeiras, consideradas as mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global, em função da elevação do nível dos oceanos, a maior ameaça associada às mudanças do clima.

24

municípios

foram afetados pelo desastre na região serrana do Rio de Janeiro, no início do ano

Nesse sentido, o sociólogo alemão Ulrich Beck, precursor da sociologia do risco, expõe a dupla face dos riscos: perigo e oportunidade. "O risco é um tema mediador que demanda uma nova divisão de trabalho entre a ciência, a política e a economia", constata. Criador do conceito de "sociedade global de riscos", Beck frisa que a análise dos riscos e perigos intrínsecos à civilização contemporânea – naturais, socioeconômicos, geopolíticos, tecnológicos etc. – ganha relevância crescente na tomada de decisões nas esferas pública e privada, uma vez que esses riscos, por serem globais, sobrepujam as fronteiras dos Estados nacionais.

MUDANÇA CULTURAL Os recentes desastres associados aos desarranjos do clima reascenderam o interesse da comunidade científica brasileira em pesquisar os impactos de fenômenos adversos sobre a população. Dos mais de oito mil grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), cerca de 450 estão produzindo conhecimento nas áreas de gestão, comunicação, avaliação de riscos e segmentos correlatos.

Essa temática, entretanto, precisa extrapolar o universo acadêmico, sustenta a jornalista Cilene Victor, doutora em saúde pública pela USP (Universidade de São Paulo), com pesquisa no campo da comunicação e percepção de riscos, e capacitadora das oficinas do projeto PCRD (Promoção da Cultura de

Paulo Fernando

Segundo relatório da ONU, 32,7% da população urbana dos países em desenvolvimento vivem em bairros precários

Paulo Fernando

Democratizar o conhecimento acerca das ações de proteção civil, por meio da promoção da cultura de riscos nos espaços escolares, induz a relevantes transformações sociais, afirmam especialistas

Riscos de Desastres) da Sedec, promovido em cooperação técnica com o Ceped/UFSC (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina).

Segundo a especialista, a percepção de riscos necessita ser introduzida de forma mais ampla e efetiva no cotidiano das pessoas. "Precisamos fomentar a cultura de riscos no Brasil, ou seja, a cultura do enfrentamento dos riscos", diz Cilene. "Sabemos que não é possível controlar a magnitude dos eventos naturais adversos. No entanto, podemos reduzir a vulnerabilidade das comunidades e, com isso, minimizar a intensidade dos desastres. A construção de cidades mais seguras baseia-se nessa mudança cultural", completa.

Na avaliação do engenheiro de segurança e professor universitário João Nilo de Abreu Lima, autor do livro *Defesa Civil na Escola* (Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2006), democratizar o conhecimento acerca das ações de proteção civil, por meio da promoção da cultura de riscos nos espaços escolares, induz a relevantes transformações sociais: "para criarmos um comportamento consciente e responsável nas situações de calamidade, e promovermos a vida humana e a preservação ambiental, todo cidadão precisa ter acesso a informações sobre ações preventivas", afirma.

450

grupos

de pesquisa cadastrados no CNPq estão produzindo conhecimento nas áreas de gestão, comunicação e avaliação de riscos

ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE A ocupação de Áreas de Proteção Permanente (áreas cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora e proteger o solo) maximiza os impactos dos desarranjos do clima e sua variabilidade, alerta a psicóloga Leila Soraya Menezes, coordenadora do Programa de Mudanças Climáticas e Resposta a Desastres da organização não-governamental Care Brasil. "Áreas de extremo risco de desastre estão ocupadas por comunidades inteiras, em geral comunidades em situação de extrema vulnerabilidade social. Esse quadro amplia em muito a magnitude de qualquer evento natural, tornando-o trágico. Assim, estão em situação de risco não só o patrimônio local, ambiental e físico, mas, principalmente, vidas", observa Leila.

O desastre na região serrana do Rio de Janeiro, que afetou 24 municípios e causou 917 mortes no início do ano, é o mais recente

Valter Campanato/ABr

Seleção dos donativos arrecadados para atender os atingidos pelas fortes chuvas que assolaram a região NE

Care Brasil

Jardim Rochedale, Osasco, região metropolitanda de São Paulo, após alagamentos ocorridos em dezembro de 2009

"Áreas de extremo risco de desastre estão ocupadas por comunidades inteiras, em geral comunidades em situação de extrema vulnerabilidade social. Esse quadro amplia em muito a magnitude de qualquer evento natural, tornando-o trágico. Assim, estão em situação de risco não só o patrimônio local, ambiental e físico, mas, principalmente, vidas"

exemplo dessa situação: "o que aconteceu lá mostra como a ocupação intensa de APPs [Áreas de Proteção Permanente] protegidas pelo nosso Código Florestal, como dunas, mangues, encostas e topos de morro, beiras de rio e matas ciliares, que cumprem papel natural de redução de riscos, podem potencializar uma tragédia", ressalta a representante da Care Brasil.

A organização tomou parte do Grupo de Trabalho Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e partilha da posição de que os mais vulneráveis das regiões mais pobres, urbanas ou rurais, são e serão os mais afetados pelas mudanças do clima. "Assinamos o documento Subsídios para a Elaboração do Plano Nacional de Adaptação aos Impactos Humanos das Mudanças Climáticas, que apresenta consensos com relação às medidas de prevenção e adaptação que deveriam ser colocadas em prática nas cidades brasileiras, entre as quais estão a necessidade de garantir ampla participação e controle social nos processos de elaboração e implementação de intervenções públicas, a realização de investimentos em pesquisa e no mapeamento das vulnerabilidades, a criação de sistemas de alarme antecipados, a preservação da biodiversidade e o abandono de estilos de vida e padrões de consumo intensivos em carbono", avalia Leila.

Segundo a pesquisadora, um plano nacional de adaptação é urgente no Brasil, para que as cidades tenham um instrumento orientador e possam se antecipar preventivamente ao desastre, principalmente para que as populações mais vulneráveis do país possam ser consideradas, fortalecidas e sobreviver com dignidade aos impactos das mudanças ou variabilidade do clima.

Bernardo Alves Furtado

A Falácia do Metro Quadrado

É comum referir-se ao mercado de imóveis em termos de metros quadrados e localização. Em conversas informais ou orientadas por corretores, são duas as perguntas básicas: Onde? E qual é o preço do metro quadrado? Neste artigo, buscaremos demonstrar que as respostas a estas duas perguntas básicas, embora centrais, são insuficientes para caracterizar minimamente o imóvel.

Resumir o imóvel ao metro quadrado pressupõe estar de acordo com a definição que em economia se dá para os chamados submercados. Submercados seriam porções do território nas quais os imóveis são "razoáveis substitutos entre si" (Bourassa et. al. 1999, p. 161), "distintamente diferente de outras regiões" (Stevenson, 2004, p139). Assumir esta definição implica concordar com a homogeneidade do bairro, região ou vizinhança em análise. Ou seja, presume-se que qualquer imóvel interno àquela região é substituível por qualquer outro da mesma região, com razoável acurácia.

É possível que isto – bairros homogêneos com imóveis com características muito similares entre si – ocorra ocasionalmente. Entretanto, esta não é a norma nas heterogêneas cidades brasileiras, nas quais limites de bairros não são estritamente definidos ou percebidos pelos cidadãos e há miríade de variedades de construções: casas e apartamentos, novos e velhos, grandes e pequenos, reformados ou decadentes.

Além disto, utilizar o metro quadrado como fator preponderante na avaliação de um imóvel significa considerar que a elasticidade preço-área do imóvel seria igual a 1. Qual seja, aumento de 1% na área do imóvel levaria a aumento de 1% no seu preço.

Isto não se verifica empiricamente nem em relação à área nem em relação ao preço (Sirmans et. al. 2005). Ou seja, de um lado, imóveis com áreas maiores tendem a ter preços menores por metro quadrado, enquanto imóveis pequenos apresentam preços por metro maiores. De outro lado, imóveis mais caros apresentam valores para o metro quadrado de cerca de apenas 70% do valor do metro dos imóveis mais baratos (Furtado, 2009).

Mais do que estes argumentos, avaliar imóveis pelo metro quadrado supõe abandono de quaisquer outras características do imóvel: qualidade de acabamento, idade, número de suítes ou vagas de garagem, manutenção, vantagens ou desvantagens do edifício, características da vizinhança, orientação em relação ao sol ou à paisagem.

É fácil ver, todavia, a vantagem desta prática. É, como todo índice, de fácil entendimento e uso. Rapidamente, o usuário sente-se confortável e ganha certa proximidade com o mercado. Entretanto, é possível que esta intimidade não seja benéfica para os cidadãos que transacionam neste mercado em média apenas uma vez a cada dez anos.

Isto porque a informação básica, simplista, camufla as especificidades do mercado e contribui para a assimetria de informações. E isto é relevante. A teoria econômica mais simples, de certa forma, disseminada entre a população, ensina que em mercados em equilíbrio, as curvas de demanda e oferta se ajustam no valor do preço real de mercado. Consumidores individuais não têm poder de alterar o preço e o tomam como "dado".

O que ocorre é que o mercado imobiliário, dadas as especificidades do bem habitação – durável, heterogêneo, espacialmente rígido, com altos custos de transação e busca, indivisível, multidimensional e importante e caro item de consumo das famílias – não permite compreensão completa das curvas de demanda e oferta. Com isso, o consumidor final não obtém todas as informações necessárias para levar o mercado ao equilíbrio.

Ora, constantemente fora do equilíbrio, o mercado imobiliário permite ganhos extraordinários para aqueles que se aproveitam das dificuldades intrínsecas do mercado, controlam e conhecem as informações. Dito de outro modo, pode-se raciocinar do seguinte modo: o preço do metro quadrado associado à localização nos informa sobre o valor médio. O valor médio, entretanto, não é representante da distribuição de possíveis valores que podem ser assumidos, dependendo das qualidades de cada imóvel. De fato, é razoável supor que a maioria dos imóveis estarão a até um desvio-padrão do valor médio. Porém, este desvio provavelmente terá valores altos, distantes da média, considerados os atributos do imóvel.

Neste caso, a recomendação que se pode fazer para o usuário comum é: visite o máximo de imóveis que puder – se possível, mais de cinqüenta; limite a abrangência geográfica da sua visita; anote as diversas características que lhe pareçam relevantes em uma tabela; incluindo, por exemplo, atributos subjetivos. Analise as opções de forma comparativa, incluindo outras características para além do preço do metro quadrado.

Diminuir prejuízos para cidadãos comuns significa aumentar o acesso a informação completa e reduzir custos de negociação, quiçá reduzindo a aura de poder simplificadora do metro quadrado. Quem sabe, assim, o mercado de imóveis possa caminhar para preços mais próximos do equilíbrio real.

Bernardo Alves Furtado é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

ARTIGO

Leila Soraya Menezes

A importância do Código Florestal para a Redução de Desastres

A CARE Brasil, organização brasileira membro da rede CARE Internacional, que acumula experiência de mais de 60 anos e hoje se constitui na segunda maior organização humanitária do mundo, atua de forma sistemática em resposta a desastres no Brasil. Partindo da resposta emergencial aos primeiros e mais dramáticos impactos do desastre e o restabelecimento das condições de bem-estar das comunidades mais vulneráveis, sempre as mais atingidas pelas catástrofes, nossas ações avançam para o campo da redução de riscos com o objetivo de apoiar as comunidades na prevenção de novas tragédias.

Entretanto, de nada adiantam esforços de capacitação da população, expensivos estudos de paisagens e recomendações balizadas de intervenções estruturais se, ao caracterizar-se, do ponto de vista da vulnerabilidade ambiental, de onde vêm os riscos, não se considerar, para a gestão do risco de desastres, as conseqüências nefastas do uso e ocupação do solo nos municípios que não observam o Código Florestal como instrumento regulador em sua administração da ocupação de áreas ou espaços ambientalmente frágeis. Ou seja, se quisermos medidas realmente estruturantes visando à reversão do quadro futuro de catástrofes, é preciso garantir, hoje, a proteção do Código Florestal, principal instrumento de redução de risco de desastres que temos à disposição no país.

O Código Florestal (Lei Federal 4.771/1965) rege as Áreas de Preservação Permanente. As APPs, como são conhecidas, são espaços territoriais especialmente protegidos pela Constituição, e possuem a função ambiental de preservar a vegetação, os recursos hídricos, a biodiversidade, a estabilidade geológica, proteger o solo e, em assim fazendo, assegurar o bem-estar das populações humanas. Quando o desmatamento ou a degradação, a invasão ou a ocupação humana quer com cultivos quer com edificações, avançam às margens de nascentes e cursos de rios, ou quando se instalam perigosamente em topos e encostas de morros, retiram das APPs suas muitas e importantes funções ambientais, entre as quais: o poder de a cobertura vegetal reduzir o carreamento de terra, conter o desbarrancamento de solo ou rochas e evitar o assoreamento dos rios. Rios assoreados são rios rasos, qualquer precipitação produz, com o seu espraiamento, inundações.

O fato é que não se pode mais obstinar-se a negar a trágica realidade da situação de extremo risco de desastres de algumas regiões do país, nas quais a intensa ocupação das APPs alia-se à vulnerabilidade e ao despreparo das comunidades para o enfrentamento ou o convívio com as mudanças ou a variabilidade do clima, completando assim o quadro perfeito para a instalação de catástrofes. É o que temos testemunhado em várias regiões do Brasil, com o triste destaque para a Região Serrana do Rio de Janeiro.

De acordo com o Relatório de Inspeção do Ministério do Meio Ambiente, as áreas mais atingidas pela tragédia na Serra do Rio foram justamente as APPs. Cerca de 900 pessoas, que habitavam irregularmente áreas à beira ou muito próximas às margens dos cursos dos rios e áreas de encostas de morros com grande declividade, morreram, atingidas por inundações e deslizamentos de terra; 600 pessoas continuam desaparecidas sob os escombros.

São imensuráveis os danos e prejuízos psicossociais pelas 1.500 vidas que se perderam. Mas, ao contrário, é possível contabilizar-se os prejuízos ambientais e em infra-estrutura do desastre na Região Serrana: montam a casa de bilhões. De acordo com o que declarou Ícaro Moreno Junior, Presidente da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro, durante o Seminário Internacional de Gestão Integrada de Riscos e Desastres, seminário coordenado pelo Ministério da Integração, só no município de Nova Friburgo, os custos do desastre e da reconstrução girarão em torno de um bilhão para a recuperação das encostas, 750 milhões para a recuperação de rios e canais e 350 milhões para a recuperação de infra-estrutura, pontes e estradas.

Ora, após o desastre da Região Serrana, a Presidente Dilma determinou aos Ministérios da Integração e da Ciência e Tecnologia a elaboração de um plano nacional de prevenção e gestão integrada de risco e resposta a desastres. Não pode, portanto, permitir o esgarçamento físico dos meios naturais de redução de risco - as Áreas de Preservação Permanente, protegidas até aqui pelo Código Florestal -, sob pena de desfazer com uma mão o que faz com a outra.

Leila Soraya Menezes, psicóloga, coordena o Programa Mudanças Climáticas e Resposta a Desastres da CARE Brasil.

Dreamstime

Do subsídio à política agrícola

Roberto Tenório – São Paulo

Investimento em educação e novas tecnologias podem consolidar evolução sócioeconômica da agricultura familiar brasileira e equilibrar a situação em relação às economias desenvolvidas

É conhecida mundialmente a vocação natural que o Brasil possui para a agricultura. A vasta extensão territorial combinada com a oferta abundante do sol e água, recursos fundamentais para a atividade agropecuária, são qualidades que o colocam à frente de outros países produtores. O Brasil é o quinto maior produtor agrícola do mundo, com produção somando cerca de US$ 100 bilhões, segundo dados do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone). É superado pela China, que lidera com US$ 600 bilhões, seguida pela União Europeia com US$ 420 bilhões, Estados Unidos, com US$ 287 bilhões, e a Índia, cuja produção agrícola soma US$ 140 bilhões anuais. O Japão vem logo após o Brasil, com US$ 90 bilhões em produção. Se considerada a parcela destinada à exportação, a agricultura brasileira sobe para o terceiro lugar desta lista.

Estes dados ressaltam a importância que a produção agrícola possui para o país, tanto interna quanto externamente. Mas apesar das vantagens geográficas e climáticas, e do volume crescente de produção (ver tabela 1 na página 38) a agricultura brasileira ainda tem bastante espaço para evoluir. Em uma comparação com o setor agropecuário dos países citados, é possível observar que no Brasil, o valor da produção por estabelecimento é de US$ 19 mil por ano, sendo que esse valor

é de US$ 130 mil nos EUA, US$ 83 mil na União Europeia e US$ 31,5 mil no Japão. "Não há dúvida, portanto, de que os agricultores americanos, europeus e japoneses são muito mais ricos que os brasileiros", avalia André Nassar, diretor geral do Ícone. Entretanto, ele aponta que na China e na Índia, o valor da produção por estabelecimento é de apenas US$ 2,9 mil e US$ 1,3 mil, respectivamente. Ou seja, "na média, os agricultores chineses e indianos são muito pobres. Esses dados mostram que grandes contingentes vivendo no campo [como no caso dos dois países] são sinônimos de pobreza", analisa Nassar.

7

em cada dez

empregos no setor rural brasileiro são gerados pela agricultura familiar

Os dados consideram uma produção por unidade média, pois a situação não é igual para todos os segmentos da agricultura no país. A agricultura empresarial brasileira, por exemplo, está dentre as mais fortes do mundo, sendo responsável pela maioria dos embarques de commodities agrícolas no país. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os produtos básicos ou primários, onde se encaixa a agropecuária, lideraram a pauta das exportações brasileiras e representaram 44,6% do total embarcado em 2010 – gerando um faturamento de US$ 90 bilhões. Os produtos manufaturados, por sua vez, ficaram em segundo lugar com 39,4% do total comercializado – o que significa uma receita de US$ 79,5 bilhões. Na comparação com 2009, as vendas de produtos básicos cresceram 45,3% e os semimanufaturados e os manufaturados se ampliaram em, respectivamente, 37,6% e 18,1%. As exportações foram feitas principalmente por empresas de grande porte, que responderam por 93,3% destas operações (ver gráficos 2 e 3 na página 39).

Porém, não se pode avaliar a importância da agricultura familiar a partir da contribuição

Tabela 1: Desempenho das Exportações. US$ Milhões – 2010.

	Valor	Δ% 2010/2009	Part %
Exportação Total	201.915	32,0	100,0
Básicos	90.005	45,3	44,6
Manufaturados	79.563	18,1	39,4
Semimanufaturados	28.207	37,6	14,0

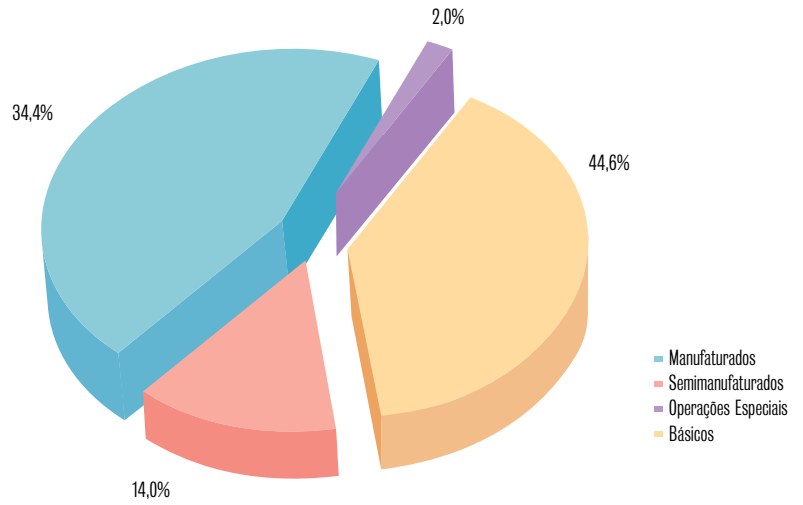
Fonte: Secex/MDIC

Tabela 2: Principais Países compradores. US$ Milhões – 2010.

	Valor	Δ% 2010/2009	Part %
1 - China	30.786	46,6	15,3
2 - Estados Unidos	19.462	23,7	9,6
3 - Argentina	18.523	44,9	9,2
4 - Países Baixos	10.228	25,5	5,1
5 - Alemanha	8.138	31,8	4,0
6 - Japão	7.141	67,2	3,5
7 - Reino Unido	4.635	24,4	2,3
8 - Chile	4.258	50,3	2,1
9 - Itália	4.235	40,4	2,1
10 - Rússia	4.152	44,7	2,1
11 - Espanha	3.894	46,2	1,9
12 - Venezuela	3.854	6,8	1,9
13 - Coréia do Sul	3.760	41,5	1,9
14 - México	3.715	38,9	1,8
15 - França	3.576	23,1	1,8

Fonte: Secex/MDIC

Gráfico 1: Exportação por Fator Agregado. Participação % – 2010.



Fonte: Secex/MDIC

Divulgação

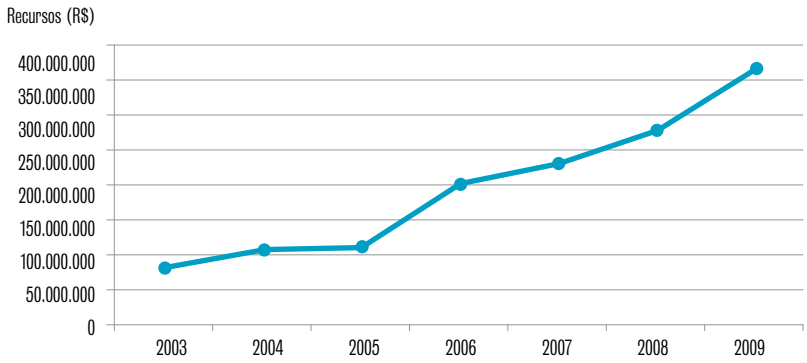
"No Brasil encontramos desde assentados e sobreviventes rurais, até uma elite de produtores comparados aos dos países desenvolvidos, na classe A"

José Luiz Tejon,
coordenador do Núcleo de Agronegócios da ESPM

praticamente nula que esta tem na balança comercial. O pequeno produtor brasileiro é responsável por boa parte do abastecimento do mercado interno, abrindo espaço para uma atuação mais confortável das grandes empresas nas exportações. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as famílias que trabalham no campo são responsáveis pela geração de mais de 80% da ocupação no setor rural e respondem por sete em cada 10 empregos no campo. No que diz respeito à produção agrícola, colaboram com cerca de 40% do total. Em 2009, aproximadamente 60% dos alimentos que faziam parte da cesta alimentar distribuída pela Conab originaram-se da agricultura familiar. Portanto, falar em impactos e incentivos econômicos e sociais sem destacar o pequeno agropecuarista brasileiro é praticamente impossível, pois são os que mais sofrem com o despreparo técnico e a falta de incentivos sociais e econômicos.

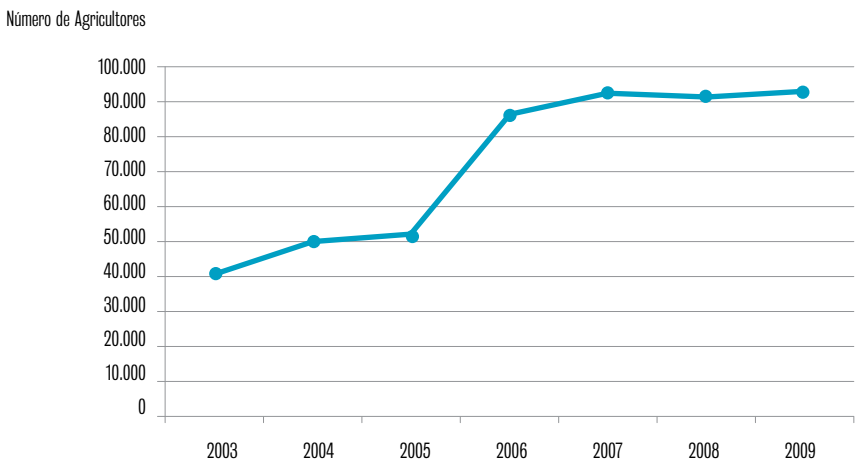
100
bilhões de US$
é a soma de toda a produção agrícola do Brasil, sendo a quinta maior do mundo

Gráfico 2: Evolução dos recursos aplicados no PAA



Fonte e Elaboração: Conab

Gráfico 3: Evolução do número de famílias agricultoras



Fonte e Elaboração: Conab

EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA Para mudar a realidade no campo, e equipar a situação frente à agricultura de economias mais desenvolvidas,no entanto, são é importante também atuar de maneira que os riscos da atividade sejam minimizado, afirma José Luiz Tejon, coordenador do Núcleo de Agronegócios da ESPM. Para o pesquisador, enquanto no exterior as principais questões do setor agrário são as barreiras tarifárias e os subsídios, no Brasil as deficiências na

Divulgação

"Falta estrutura de gestão, pessoal qualificado e dinheiro com menos burocracia para as prefeituras. Para melhores resultados, é importante que os entes as instituições de extensão rural sejam subordinadas e conveniadas diretamente às prefeituras para facilitar o contato com o público final, o agricultor"

Gesmar dos Santos,
técnico em planejamento e pesquisa do Ipea

infraestrutura são consideradas o maior entrave. "O subsídio até pode proteger os agricultores [no exterior], mas por outro lado os deixam mais acomodados e em zona de conforto. Já no Brasil o que mais precisamos é de seguro rural, de infraestrutura pós-porteira das fazendas, que significam maior proteção associada à estrutura de armazenagem e logística para transporte e escoamento da produção por um preço mais baixo". Sem as ferramentas e o incentivo necessários, a diversidade sócioeconômica no campo vira marca registrada do país: "no Brasil encontramos desde assentados e sobreviventes rurais, até uma elite de produtores comparados aos dos países desenvolvidos, na classe A", afirma Tejon.

Com base na melhor distribuição e equilíbrio da renda de países desenvolvidos como Japão, França, Suíça e Itália é possível absorver bons exemplos para a agricultura brasileira. A segurança alimentar aliada a tradição da vida no campo e ao investimento em tecnologias são prioridades nas políticas públicas destes países. Destacam-se os agricultores italianos, cuja mobilização deu origem a um programa de desenvolvimento em áreas e produtos tradicionais do país – em outras palavras, incentivos que permitem agregar maior valor aos produtos locais e aumentar a renda dos trabalhadores do campo. Nestes países a agropecuária, assim como qualquer outra atividade econômica importante, recebe investimentos pesados na área educacional, observa Gesmar dos Santos, técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**, acrescentando que naqueles países os cursos técnicos estão mais próximos do público alvo (são estabelecidos nas prefeituras), e podem ser encontrados com facilidade nas pequenas cidades. "É claro que existem disparidades e problemas, mas em grau muito mais aceitável", pondera.

Para diminuir esta defasagem do Brasil em educação no campo o caminho a ser seguido ainda é longo. Segundo o pesquisador, os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) tiveram retrocesso nos anos 1980 e 1990, devido a escolha por priorizar a implantação das Ematers (Empresas Assistência Técnica e Extensão Rural), e houve o desmonte de instituições estaduais de pesquisa. O campo também sofreu com uma padronização na educação, que se afastou da realidade e dos saberes regionais de cada localidade. A partir do

"Não temos nenhum problema em criar ou colocar em prática qualquer programa de incentivo à agricultura familiar porque eles são classificados como mecanismos de desenvolvimento para o setor"

Laudemir Muller,
secretário nacional de agricultura familiar

Divulgação

ano 2000 o debate sobre esses problemas foi retomado, com a implantação de novas áreas para pesquisa, a renovação das Aters, novas linhas de financiamento e programas de inserção social com assistência a partir da manutenção dos filhos na escola. "Falta estrutura de gestão, pessoal qualificado e dinheiro com menos burocracia para as prefeituras. Para melhores resultados, é importante que os entes as instituições de extensão rural sejam subordinadas e conveniadas diretamente às prefeituras para facilitar o contato com o público final, o agricultor", destaca Santos.

Neste processo, a valorização das escolas agrícolas também é importante, acrescenta Junia Peres, pesquisadora do **Ipea**: "precisamos mudar a idéia de que aquele que está no campo não precisa estudar. A educação também precisa ser encarada como uma questão de sustentabilidade, uma vez que sem qualquer tipo de informação a tendência é que os produtores busquem opções predatórias de sobrevivência", avalia.

BARREIRAS E SUBSÍDIOS No Brasil algumas leis abrem espaço para mais investimentos, especialmente para a agricultura familiar. "Não temos nenhum problema em criar ou colocar em prática qualquer programa de incentivo à agricultura familiar porque eles são classificados como mecanismos de desenvolvimento para o setor. Além de uma vantagem enorme, a prática só é possível porque somos o único país do mundo que diferenciamos o pequeno, do médio e grande produtor por termos estabelecidos na lei", afirma Laudemir Muller, secretário nacional de agricultura familiar. Já Nassar, do Ícone, lembra que o Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento que têm agricultura de país desenvolvido. "Os desenvolvidos subsidiam muito os seus agricultores. O Brasil subsidia pouco. Esse fato é o que diferencia estruturalmente a nossa agricultura", afirma.

A utilização de subsídio na atividade agropecuária, bastante comuns em economias

Tabela 3: Brasil, Série Histórica de Produção. (Em mil toneladas)

Produto	1976/77	1986/87	1996/97	2006/07	2010/11 Estimativa (2)
Algodão - caroço	1.176,0	1.172,4	568,2	2.383,6	3.177,2
Amendoim total	314,3	202,3	137,2	225,7	242,8
Amendoim 1ª safra	231,8	155,9	110,5	182,0	210,5
Amendoim 2ª safra	82,5	46,4	26,7	43,7	32,3
Arroz	8.993,3	10.578,5	9.524,5	11.315,9	13.902,2
Aveia	37,4	157,1	214,4	378,0	379,0
Canola	-	-	-	-	69,7
Centeio	8,3	5,2	7,6	5,9	3,2
Cevada	95,3	184,8	245,5	205,8	283,9
Feijão total	2.215,2	2.108,4	2.914,8	3.339,8	3.796,9
Feijão 1ª safra	935,0	947,2	1.031,4	1.568,0	1.665,2
Feijão 2ª safra	1.280,2	985,3	1.581,3	996,6	1.341,5
Feijão 3ª safra	-	175,9	302,1	775,2	790,2
Girassol	-	-	-	106,1	82,7
Mamona	201,5	115,1	96,4	93,7	165,1
Milho total	19.255,7	26.759,0	35.715,6	51.369,7	56.006,5
Milho 1ª safra	19.255,7	26.179,4	31.704,4	36.596,7	34.383,8
Milho 2ª safra	-	579,6	4.011,2	14.773,0	21.622,7
Soja	12.145,0	17.071,5	26.160,0	58.391,8	73.607,6
Sorgo	435,1	468,2	435,6	1.497,1	1.794,0
Trigo	2.066,0	6.126,8	2.406,9	2.233,7	5.881,6
Triticale	-	-	-	203,8	114,9
Brasil	46.943,1	64.949,3	78.426,7	131.750,6	159.507,4

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças
(2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Agência de Notícias do Acre

Prefeitura de Brasileia, no estado do Acre, inaugura escola rural e entrega laboratório de informática

Quim Drummond/Comunicação - Prefeitura de Sete Lagoas

Pesagem de produtos da agricultura familiar na horta JK. Na foto (da esq. para dir.): funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Wagner de Campos Ferreira e José Soares da Silva; produtor da horta comunitária JK, Raimundo Correa de Amorim

avançadas, é uma prática condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que desestimula qualquer atividade que interfira diretamente no livre comércio das mercadorias e na formação dos preços, sendo que podem gerar punições. De acordo com as regras da entidade, o valor máximo tolerado em políticas que interfiram no mercado, como as de escoamento ou aquisições por parte do governo, por exemplo, não podem ultrapassar 5% do valor bruto da produção.

Nassar classifica os subsídios aos agricultores em dois grupos: aqueles cujos custos acabam na conta dos consumidores, e os que são bancados pelo Tesouro, utilizando recursos dos contribuintes. No primeiro grupo, "os mestres em usar esse tipo de subsídios são europeus, com 20% do total de subsídios bancado pelo consumidor, e japoneses, com 70% bancado pelo consumidor" destaca. Já no subsídio pago pelo contribuinte existe um gasto do governo com o agricultor por meio de políticas dirigidas, como é o caso da política agrícola para agricultores comerciais e familiares no Brasil. Neste caso, os Estados Unidos desenvolveram o mais complexo sistema de política agrícola com subsídios pagos pelos contribuintes, que responde por 95% do total subsidiado.

27

bilhões de R$

é o montante total de contratos de financiamento para a agricultura familiar

Considerando todos os tipos de subsídios concedidos aos agricultores, a diferença entre o Brasil e os EUA, União Européia e Japão é imensa. Enquanto um estabelecimento rural norte-americano recebe em subsídios, em média, US$ 56 mil por ano, o europeu, US$ 27 mil e o japonês, US$ 20 mil, o brasileiro recebe US$ 1,1 mil. Calculando o total de subsídios em relação à riqueza do setor (valor da produção), para Japão, EUA e União Européia, encontramos respectivamente 63%, 43%, 33%, e apenas 6% para o Brasil, conforme dados do Ícone.

No caso do subsídio por estabelecimento, os valores da China e da Índia (US$ 280 e US$ 238 por ano) são muito inferiores aos do Brasil, mas na relação subsídio total/valor da produção, chineses (9,6%) e indianos (18,2%) subsidiam mais. Por unidade de faturamento gerado no setor agrícola, o Brasil

tem o menor nível de subvenção entre os seis países analisados. Enquanto nos demais países existe uma clara orientação política de transferir renda das atividades urbanas para os agricultores - porque consumidor e contribuinte já moram nas cidades -, no Brasil ocorre o processo inverso. "O consumidor brasileiro beneficia-se de produtos agrícolas a preços mundiais e o contribuinte não é chamado a pagar a conta dos problemas de renda do setor agrícola, como no caso dos países desenvolvidos", pondera Nassar.

Na classificação por países, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os Estados Unidos foram os maiores subsidiadores do agronegócio em 2009 - aplicando um volume total de US$ 125 bilhões, sendo que a União Européia vem em seguida com um volume de US$ 100 bilhões em subsídios no mesmo período. A organização separa os valores dos subsídios em três principais linhas: apoio à produção (créditos, subvenção ao crédito, etc); apoio a serviços generalizados (pesquisas, custos com pesquisa e desenvolvimento, escolas agrícolas, serviços de fiscalização, infraestrutura, marketing e promoção, dentre outros) e apoio ao consumidor (políticas de controle de preços e combate à inflação).

Os custos com serviços generalizados representam uma média de 10% do total para a maioria dos países listados, com exceção dos Estados Unidos, que tem nesse custo 50% do total dos custos com subsídios. A Europa, por sua vez, remunera seus produtores com a média de produção da terra dos últimos cinco anos. "São as chamadas políticas de renda direta, que subvencionam a terra e não a produção, priorizando a ineficiência", afirma a superintendente técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rosimeire Cristina dos Santos. Ela explica que o sistema de subsídio observado entre os produtores americanos ocorre porque não existem juros nos empréstimos para qualquer setor daquele país.

Principais Produtos Exportados. US$ Milhões – 2010

	Valor	Δ% 2010/2009	Part %
1 - Minérios	30.839	113,4	15,3
2 - Petróleo e combustíveis	22.890	53,1	11,3
3 - Materrial de transporte	21.748	34,6	10,8
4 - Complexo soja	17.115	-0,8	8,5
5 - Açúcar e etanol	13.776	41,8	6,8
6 - Químicos	13.477	23,9	6,7
7 - Carnes	13.292	15,9	6,6
8 - Produtos metalúrgicos	12.948	16,6	6,4
9 - Máquinas e equipamentos	8.187	30,9	4,1
10 - Papel e celulose	6.769	35,4	3,4
11 - Café	5.739	35,0	2,9
12 - Equipamentos elétricos	4.815	-3,0	2,4
13 - Calçados e couro	3.513	27,1	1,7
14 - Fumo e Sucedâneos	2.762	-9,3	1,4
15 - Metais e Pedras Preciosos	2.270	30,7	1,1

Fonte: Secex/MDIC

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA Gesmar Santos, do **Ipea,** ressalta que os subsídios financeiros são vitais apenas em determinadas situações de fragilidade temporária, como medida de segurança alimentar ou como inserção social produtiva no campo. "O papel do subsídio, quando se aplica, é possibilitar que a produção se sustente até que alce vôo sozinha, ou que o investimento se encerre ou se altere, no caso de insucesso. Eles não devem ser mantidos em duas situações: cadeias velhas e estáveis de commodities, e exportação de produtos de baixo valor agregado, ou que causem externalidades negativas (danos sociais, econômicos ou ambientais)", simplifica o especialista.

Outra característica importante da Agricultura brasileira são os ganhos crescentes de produtividade em decorrência do desenvolvimento tecnológico do setor. Conforme informações da Conab (ver tabela 3), na comparação da safra de 1976/77 com a safra de 2010/2011, a produção de grãos saltou de 46,9 milhões de toneladas para 159,5 milhões de toneladas. A área cultivada, por sua vez, passou de 37,3 milhões de hectares para 49,2 milhões de hectares.Os números mostram que a evolução tecnológica foi proporcional ao aumento no volume produzido, o que significa produzir mais em um espaço menor. Trata-se de uma melhora viabilizada por institutos de pesquisa como a Embrapa e acesso a ferramentas importantes, como máquinas e outros insumos.

Entretanto, Junia, do **Ipea**, lembra que é preciso ampliar o volume de pesquisas na área: "ainda existe certa filtragem em torno do que é demandado pelo mercado e o que é ofertado em forma de tecnologia. Para ampliar o acesso a todos é preciso eliminar esse gargalo tecnológico", analisa. Tejon, coordenador do núcleo de Agronegócios da ESPM, acrescenta que, tecnologicamente, o segmento mais evoluído do agronegócio está no mesmo nível dos países desenvolvidos, mas lembra que "entre aqueles que trabalham para subsistência e entre a agricultora familiar é possível notar o mesmo problema enfrentado pelos países pobres, que precisam de acesso a tecnologia para garantir a permanência no mercado", conclui o pesquisador.

Mercosul 20 anos

Luciano Ligi – São Paulo

No ano em que completa duas décadas, o bloco demonstra amadurecimento ao priorizar uma agenda de aproximação das sociedades representadas, além das simples trocas comerciais

Twiga Swala

Marco das Três Fronteiras, um ponto turístico localizado nas cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Presidente Franco referente ao local de divisa territorial respectivamente entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai

O carioca Leonardo Alcântara, de 27 anos, tirou em junho o visto de residência e a permissão para trabalhar na Argentina, e logo se matriculou num curso de gastronomia em uma universidade de Buenos Aires. Atento ao forte crescimento da economia e à demanda por profissionais no mercado brasileiro de internet, o portenho Pablo Javier Ibarrolaza, de 46 anos, desembarcou em São Paulo há cinco anos para assumir um cargo de gerência em uma multinacional de serviços.

O primeiro passo para a criação do Mercosul foi dado com a simbólica inauguração de uma ponte ligando as pequenas cidades de Porto Meira, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina

A inexistência de um processo de integração regional entre Brasil e Argentina, estendido a Paraguai e Uruguai, certamente poderia ter anulado os planos mais importantes das vidas dos dois cidadãos sulamericanos – e de milhares de outras pessoas. "Felizmente o Mercosul está aí e funciona", afirma o argentino. "É claro que pode e deve melhorar, temos que caminhar para uma economia sem fronteiras e uma moeda única. O Brasil tem que impulsionar essas mudanças", emenda Ibarrolaza. Leonardo não pensa diferente: "Por seu tamanho e pelo o que representa hoje em termos de economia e desenvolvimento, o Brasil deve se portar como um líder na busca da integração. Néstor Kirchner [ex-presidente da Argentina entre 2003 e 2007] foi um homem que lutou muito pela integração e é um exemplo que deve ser seguido por Dilma e pelos outros líderes do bloco", diz o brasileiro.

No ano em que completa duas décadas de sua fundação, o Mercado Comum do Sul, ou somente Mercosul, não está na ponta da língua de todos os argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios. Mas, apesar das limitações e dos desafios inerentes a complexos processos de integração de nações, o bloco demonstra amadurecimento ao assumir como prioridade uma agenda que o aproxima das sociedades que representa. Hoje são concretas ações nos campos da política, com o fortalecimento do parlamento do bloco; do social, com a adoção de políticas públicas comuns; e do desenvolvimento socioeconômico, expresso na atenção que os Estados Partes passaram a ter com a integração de processos produtivos e da infraestrutura e com o enfrentamento das assimetrias regionais. Vinte anos depois, essas preocupações colocam ao Mercosul a missão de ir além das trocas comerciais entre países, praticamente o único objetivo que guiou os presidentes argentino Carlos Menem, brasileiro Fernando Collor, paraguaio Andrés Pedotti e uruguaio Luis Alberto Lacalle na assinatura do Tratado de Assunção, em 1991.

40

bilhões de US$

foi a corrente comercial total do bloco, em 2010

O primeiro passo para a criação do Mercosul, na verdade, foi dado seis anos antes com a simbólica inauguração de uma ponte ligando as pequenas cidades de Porto Meira, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina. A obra marcou a primeira iniciativa conjunta entre nações sul-americanas em 40 anos. Na ocasião, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín procuraram atenuar disputas geopolíticas herdadas do período militar, manifestaram preocupação com a grave situação econômica dos dois países e sinalizaram para a importância da interação comercial no continente, inclusive como forma de angariar certo protagonismo internacional à região. Foi criada, então, a Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral, que ficou a cargo dos Ministérios de Relações Exteriores de Brasil

"Felizmente o Mercosul está aí e funciona!", afirma Pablo. "É claro que pode e deve melhorar, temos que caminhar para uma economia sem fronteiras e uma moeda única. O Brasil tem que impulsionar essas mudanças"

Pablo Javier Ibarrolaza,
profissional de internet

Arquivo pessoal/Pablo Javier

"Principalmente depois de Lula e Kirchner, assistimos nos últimos anos a uma inflexão da integração regional. Foi criado um conjunto de âmbitos institucionais com missões distintas e que não têm nada a ver com comércio."

José Renato Martins,
professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Unila

e Argentina. O esforço diplomático atraiu Paraguai e Uruguai e redundou, mais tarde, na criação do Mercosul.

Eram tempos de reconfiguração do cenário político e econômico no mundo, num momento em que se desenhava o fim da bipolaridade global gerada pelas mais de quatro décadas de Guerra Fria. À medida que a globalização avançava, a Europa consolidou sua própria integração, que começara 40 anos antes, e os Estados Unidos, aliados ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (Bird), ditaram uma nova ordem econômica internacional, sobretudo aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, cujas economias se encontravam fragilizadas. A abertura comercial aos países industrializados foi uma das principais exigências da cartilha do Consenso de Washington para "a aceitação" do terceiro mundo no novo xadrez mundial.

Nesse contexto, o Mercosul nasce com o carimbo do "paradigma livre cambista", explica André Bojikian Calixtre, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**. "Estamos falando de uma ideologia de princípios liberais, o bloco foi concebido com o espírito de antecipar um mercado comum, derrubar barreiras e aumentar a eficiência do comércio, amplamente liberalizado." Esse objetivo foi rapidamente atingido. Logo no primeiro ano de vigência, as vendas brasileiras para os quatro países do Mercosul cresceram 75% em comparação com 1990. Considerando apenas a Argentina, as exportações do Brasil cresceram de US$ 645,1 milhões para US$ 1,476 bilhão no mesmo período. Atualmente, a corrente de comércio total do bloco, que era de US$ 4,5 bilhões em 1991, está perto dos US$ 40 bilhões, de acordo com estatísticas de 2010.

75%
foi o
crescimento das vendas brasileiras para os países do Mercosul, no primeiro ano do bloco

Para o cientista político Marcos Costa Lima, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), ainda com Sarney e Alfonsín o Mercosul tinha pretensões de se integrar regionalmente a exemplo da experiência europeia e não apenas em bases comerciais. "Com Menen e Collor, a visão comercial acabou prevalecendo. No início foi muito bom para as multinacionais, só que mais para frente, com as crises econômicas brasileira e argentina, percebemos que o Mercosul deixou de ser apenas um processo da globalização para passar a ser visto como uma possibilidade real de construção da unidade regional na América do Sul, até para os países não serem engolidos [pelas economias maiores]", avalia Costa Lima.

O senador Fernando Collor, ex-presidente da República e signatário do Tratado de Assunção, ressalta que os chefes de Estado da época tinham "visão total de integração" para a região, mas precisavam concentrar os primeiros esforços nos mecanismos econômicos. "O Mercosul foi algo muito

rápido, tratado de forma muito pragmática e colaborativa pelos presidentes. No fundo, temos que entender que o Brasil é uma grande ilha no continente, não temos nada a ver com nosso entorno. Nós falamos português, eles falam castelhano. Nossos heróis são Dom Pedro e Tiradentes, os deles, San Martín e Bolivar. Também temos que entender que integração não se faz de repente, veja há quanto tempo a União Europeia está tentando", lembra Collor.

A abordagem estritamente comercial do Mercosul nos seus primeiros anos também estava relacionada à homogeneidade macroeconômica dos quatro países. Por exemplo, todos mantinham elevadas taxas de juros para combater a inflação e adotavam a ancora cambial – péssimos mecanismos para as respectivas economias nacionais, mas ótimo padrão de referência para as trocas comerciais do bloco. Com as crises cambiais do fim da década de noventa e início dos anos 2000, esses modelos se desorganizam, o paradigma liberal é quebrado e o comércio intramuros desaba. Até a integração comercial dos países perdeu o rumo e até hoje o bloco sofre para se firmar como uma verdadeira união aduaneira.

Ao mesmo tempo, entre 1998 e 2003, os governos liberais do Cone Sul começam a cair. Inicia-se um novo processo político e econômico em todo o continente e novos líderes regionais lançam uma nova agenda de reconstrução das economias, fundamentada na ideia de desenvolvimento do Estado. "O Mercosul pode ser considerado um sucesso porque nunca se prendeu às suas origens. O bloco soube se adaptar às mudanças políticas e econômicas no Cone Sul e no

Antes e depois do Mercosul

Principais estatísticas econômicas dos quatro países do bloco

ARGENTINA

1991

POPULAÇÃO 32,970 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 10,49%
PIB PER CAPITA[2] US$ 5.750,17
INFLAÇÃO ANUAL 171,6%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 6,4%

2010

POPULAÇÃO 40,519 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 9,16%
PIB PER CAPITA[2] US$ 9.139,17
INFLAÇÃO ANUAL 10,4%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 7,7%

PARAGUAI

1991

POPULAÇÃO 4,354 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 2,5%
PIB PER CAPITA[2] US$ 1.355,71
INFLAÇÃO ANUAL 24,27%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 5,1%

2010

POPULAÇÃO 6,402 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 15,27%
PIB PER CAPITA[2] US$ 2.885,79
INFLAÇÃO ANUAL 4,65%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 6,1%

BRASIL

1991

POPULAÇÃO 149,094 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 1,03%
PIB PER CAPITA[2] US$ 2.986,31
INFLAÇÃO ANUAL 477,3%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 4,8%

2010

POPULAÇÃO 193,253 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 7,49%
PIB PER CAPITA[2] US$ 10.816,48
INFLAÇÃO ANUAL 5,03%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 6,7%

URUGUAI

1991

POPULAÇÃO 3,112 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 3,53%
PIB PER CAPITA[2] US$ 3.976,86
INFLAÇÃO ANUAL 101,9%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 8,9%

2010

POPULAÇÃO 3,357 milhões
CRESCIMENTO DO PIB[1] 8,46%
PIB PER CAPITA[2] US$ 11.997,89
INFLAÇÃO ANUAL 6,7%
TAXA DE DESEMPREGO[3] 7%

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI). 1. Descontada a inflação do período; 2. Valor nominal; 3. Percentual sobre a população ocupada.

Cataratas do Iguaçu, na fronteira do Brasil com a Argentina.

Total13

mundo. O Mercosul foi livre cambista durante o período em que a sociedade era liberal, e hoje é desenvolvimentista no momento em que as sociedades são desenvolvimentistas e buscam a integração pelo desenvolvimento", argumenta Calixtre.

Embora o Tratado de Ouro Preto, de 1994, tenha aberto espaços institucionais importantes para o debate sobre integração

Com integração, países impulsionam comércio no Cone Sul

Saldo comercial do Brasil com o resto do mundo e com o Mercosul

1989 PRÉ-MERCOSUL

BRASIL-MUNDO US$ milhões 16.119

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões -811,961

1991 PRIMEIRO ANO DO BLOCO

BRASIL-MUNDO US$ milhões 10.579

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões 66.648

1993 PAÍSES ESTRUTURANDO PARIDADE CAMBIAL

BRASIL-MUNDO US$ milhões 13.298

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões 2.008

1995 PRIMEIRO ANO DA TEC E DO PLANO REAL

BRASIL-MUNDO US$ milhões -3.465

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões -690,156

1999 MAXIDESVALORIZAÇÃO DO REAL

BRASIL-MUNDO US$ milhões -1.288

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões 58.993

2001 AUGE DA CRISE DA ARGENTINA

BRASIL-MUNDO US$ milhões 2.684

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões -635,219

2003 PRIMEIRO MANDATO DE LULA

BRASIL-MUNDO US$ milhões 24.877

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões -0,919

2010 MAIOR SUPERÁVIT COMERCIAL BRASILEIRO COM O BLOCO

BRASIL-MUNDO US$ milhões 20.300

BRASIL-MERCOSUL US$ milhões 5.981

1.000%

foi o crescimento

da corrente de comércio entre os quatro países do Mercosul, entre 1989 e 2010, passando de US$ 3,571 bilhões para US$ 39,221 bilhões

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Raquel Sharaini

Criação do Mercosul estimulou a livre circulação de pessoas dentro do bloco. Na foto, estátua de Mafalda, personagem do cartunista Quino, em Buenos Aires, na Argentina

com um viés mais democrático e social – caso do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) –, as tentativas de aprofundar o desenvolvimento regional e garantir um recorte social às políticas do bloco só começam a aparecer concretamente com a transição de governos, o que levou o Mercosul para mais perto dos povos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

De acordo com o professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) José Renato Martins, as maiores instâncias de decisão do Mercosul, como o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC), sempre concentraram apenas autoridades da área econômica e diplomática dos governos nacionais. "Principalmente depois de Lula e Kirchner, assistimos nos últimos anos a uma inflexão da integração regional. Foi criado um conjunto de âmbitos institucionais com missões distintas e que não têm nada a ver com comércio. Não que não existissem antes, mas era uma arquitetura institucional parcial, sem peso. Agora, as reuniões especializadas e grupos sobre juventude, agricultura familiar, mulheres, direitos humanos e educação têm poder de influência nas decisões do CMC, GMC", explica Martins, que foi assessor-chefe da assessoria internacional da Secretaria Geral da Presidência da República do governo brasileiro na época da introdução dessas medidas. Como exemplos concretos dessa reestruturação institucional, ele destaca a formação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), do Instituto Social do Mercosul

"É preciso fortalecer o Funde de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com o objetivo de reduzir as assimetrias, harmonizar as normas de comércio e resolver a questão da taxa de exportação"

Bruno Bath,
embaixador e diretor do departamento de Mercosul do Itamaraty

(ISM), das cúpulas sociais regionais e dos espaços nacionais de participação social (Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina).

O resultado prático dessa esfera pública regional tem impacto direto na vida de milhares de pessoas em todos os países do bloco. O serviço mais conhecido é a livre circulação de pessoas nos países do bloco, apenas portando um documento original, sem a necessidade de apresentação do passaporte no balcão da imigração. Mas as iniciativas conjuntas dos governos do Mercosul vão mais longe. Há o Acordo Multilateral da Seguridade Social dos Estados Partes, de 2006, que permite ao cidadão do bloco receber aposentadoria em qualquer um dos países da comunidade. Também foram estabelecidos o atendimento médico gratuito em cidades de fronteira e a adoção de critérios comuns de saúde pública, a promoção de ações conjuntas para o enfrentamento da violência contra mulheres, a harmonização de currículos de mais de 200 cursos universitários e a flexibilização do reconhecimento do histórico escolar da educação básica, além da obrigatoriedade do ensino de espanhol no sistema de ensino brasileiro.

200

cursos

universitários tiveram a harmonização de seus currículos

Os países trabalham ainda para desenvolver atividades produtivas de interesse social e com alta demanda por mão de obra, como a agricultura familiar e as micro e pequenas empresas. "As mudanças operadas nesse período estão apontando para o surgimento de um Mercosul socialmente mais integrado, com demandas próprias e políticas específicas destinadas a atender às imensas carências sociais da região. Essa agenda recente está intimamente associada à emergência do Mercosul social e participativo como novo elemento da governança regional, reconhecendo o papel das organizações da sociedade civil, não só como beneficiárias das políticas sociais, mas como sujeitos atuantes", analisa Martins.

A integração física do bloco também está na pauta. Avançar em infraestrutura é condição obrigatória à integração sul-americana, incluindo os países associados – Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador, além da Venezuela, país que aguarda decisão do Congresso paraguaio para entrar oficialmente no Mercosul. Todos buscam gerar mais energia, aumentar a capacidade produtiva de sua indústria, ampliar suas possibilidades de comércio e, assim, reduzir as desigualdades econômicas e sociais da região. Para isso são precisos estradas e pontes, ferrovias e hidrovias, rotas áreas e canais de comunicações mais dinâmicos do que os existentes atualmente. "Para ir a La Paz tive que subir até Lima, no Peru, para depois descer até a Bolívia. O empresário não quer dar essa volta, pode desistir de um investimento, de gerar emprego, por causa disso", relata Martins. "Não podemos esquecer da ameaça da China à indústria local, que pode colocar muita coisa a perder se o Mercosul não focar o desenvolvimento produtivo e em infraestrutura", complementa o embaixador Bruno Bath, diretor do Departamento de Mercosul do Itamaraty.

O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), criado em 2006, serve para financiar, a fundo perdido, projetos de infraestrutura e relacionados ao avanço da integração do bloco. Os aportes são feitos de acordo com a capacidade financeira do país-membro. O Brasil responde por 70% dos depósitos; a Argentina, 27%; o Uruguai, 2%; o Paraguai, 1%. Os recursos aplicados priorizam o Paraguai, que, com dinheiro do fundo, por exemplo, está

Geoff Livingston

Casa Rosada, sede do governo argentino, em Buenos Aires. Argentina é o maior parceiro comercial do Brasil na região

Waldemir Barreto/Agência Senado

Sede do Parlamento do Mercosul (Parlasul), na cidade de Montevidéu, no Uruguai

construindo uma linha de transmissão de energia elétrica a partir da hidrelétrica de Itaipu para abastecer a capital Assunção. O Focem também destinou US$ 17 milhões para formar a abertura da biblioteca da Unila e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea). "A maior biblioteca sobre América Latina está na Universidade do Texas, em Austing. Nada mais justo do que o Mercosul fomentar um centro de estudos dedicados ao continente, afinal articulação regional significa ampliação do comércio, da cooperação científica e educacional", diz o professor Marcos Costa Lima, que também foi presidente do Fórum Universitário do Mercosul (Fomerco).

Mesmo com todos esses exemplos, como explicar a percepção de que a maior parte dos cidadão dos países do Mercosul sejam tão alheios à realidade do bloco e ao processo de integração regional?

"Buenos Aires tem sido um grande processo de aprendizagem. Aqui há pessoas do mundo todo: africanos, europeus, asiáticos. É um choque de cultura muito forte"

Leonardo Alcântara,
estudante

Para o embaixador Bruno Bath, o Mercosul precisa retomar a busca do ideal de mercado comum, de fato. "É o objetivo inicial do bloco, que foi perdido em meio a várias crises e desentendimentos", acredita. "Para isso é preciso fortalecer o Focem, com o objetivo de reduzir as assimetrias, harmonizar as normas de comércio e resolver a questão da taxa de exportação."

Já para o professor José Renato Martins, da Unila, a resposta é integralmente política. Em primeiro lugar, ele critica a cobertura do Mercosul pela grande imprensa brasileira, principalmente os grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro. "Há um grande nível de desconhecimento e eles focam apenas os conflitos comerciais, mas não dá para jogar a culpa dos problemas do Mercosul na imprensa. O próprio bloco tem uma séria dificuldade para se comunicar com a imprensa e com a sociedade", constata Martins.

Segundo ele, o desconhecimento da população brasileira sobre o Mercosul

avança conforme a distância do Cone Sul. Nos últimos anos, o ex-secretário-geral da Presidência da República, ministro Luiz Dulci, organizou vários seminários nas regiões Norte e Nordeste para divulgar o bloco. "Participavam universitários, movimentos sociais, entidades sindicais e empresariais, sempre mais de 500 pessoas por evento. O interesse do pessoal de Manaus, Recife, São Luis sempre foi muito grande, principalmente dos empresários que desconheciam completamente as vantagens em se fazer negócio com o Mercosul", conta o professor da Unila.

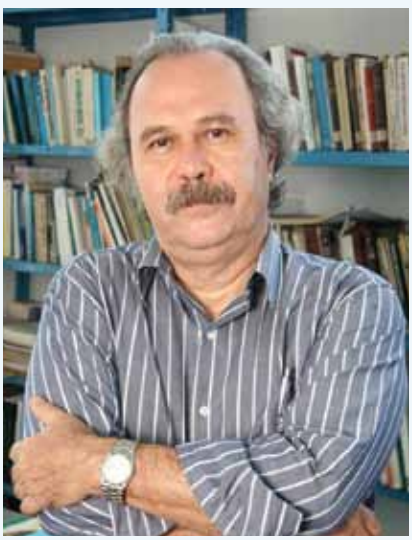
O Mercosul, sustenta, precisa sair dos gabinetes presidenciais e abandonar o linguajar técnico da diplomacia e falar a língua do povo para ser absorvido pela população. O caminho mais rápido para isso acontecer, acredita o acadêmico, é a consolidação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), com representantes eleitos diretamente – o que até agora só ocorreu no Paraguai, enquanto Uruguai e Argentina terão eleições no ano que vem e o Brasil só deverá eleger representantes para o Parlasul em 2014.

Criado em dezembro de 2005 com o objetivo de representar o Mercosul, o Parlasul, sediado em Montevidéu, ainda não toma decisões políticas nem legisla. Formado por senadores e deputados federais dos Países Partes, o parlamento normalmente faz declarações políticas e recomenda a adoção de normas pelos Executivos, uma vez que o Mercosul tem por princípio o respeito pela soberania de cada país e não pela supranacionalidade. No futuro, o Parlasul poderá ser consultado antes da assinatura dos acordos, assim a votação seria mais rápida nos parlamentos nacionais.

O Parlasul terá bancadas de senadores e deputados distribuídas proporcionalmente à população de cada um dos países do Mercosul. Em 2009, um acordo político decidiu que as bancadas seriam montadas em duas etapas. Na primeira, o Brasil teria 37 parlamentares e a Argentina, 26. Paraguai e Uruguai, países territorialmente menores, teriam 18 representantes no órgão. Em 2015, entraria em vigor a segunda etapa da montagem do parlamento: tomariam posse novos parlamentares, mas indicados diretamente pelo voto em 2014, quando as eleições renovarão o Congresso brasileiro. O mesmo esquema seria adotado nos demais países do Mercosul.

"A maior biblioteca sobre América Latina está na Universidade do Texas, em Austing. Nada mais justo do que o Mercosul fomentar um centro de estudos dedicados ao continente, afinal articulação regional significa ampliação do comércio, da cooperação científica e educacional"

Marcos Costa Lima,
professor da Universidade Federal de Pernambuco


Arquivo pessoal

37
parlamentares
brasileiros representariam o país na primeira etapa da bancada do Parlasul

"O Parlasul deve ser o carro-chefe do processo de integração. O Mercosul não vai avançar se continuar na mão dos ministérios de relações exteriores. Como já dizia Weber, o parlamento tem que controlar o Executivo, tem que ser escola de quadros políticos e tem que controlar a burocracia. Trazendo isso para a nossa realidade, o Parlamento a ser formado terá a perspectiva de gerar líderes políticos que pensem a região e dialogue com os Executivos e Congressos Nacionais", opina o professor José Renato Martins, da Unila.

Enquanto a unidade política, social e econômica do Mercosul ainda se estrutura, o carioca Leonardo, em Buenos Aires, e o portenho Pablo, em São Paulo, que já estão inseridos no dia a dia a integração regional do bloco, tentam explicar como é viver num mundo sem fronteiras: "Buenos Aires tem sido um grande processo de aprendizagem. Aqui há pessoas do mundo todo: africanos, europeus, asiáticos. É um choque de cultura muito forte", conta Leonardo. "Cultural e socialmente temos tudo para enriquecer, somos dois povos fantásticos, com aspirações similares. Imagina samba e tango na mesma casa!", vislumbra Pablo.

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Há 20 anos, quando todas as tentativas de Mikhail Gorbachev de restabelecer a economia e reformar a política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) chegaram ao limite, o socialismo no país entrou em colapso. Entre 11 de março de 1990 e 25 de dezembro de 1991, as 15 repúblicas soviéticas controladas pelo Partido Comunista declararam independência, marcando o fim do bloco. Para o historiador inglês Eric Hobsbawn, o acontecimento não representou apenas a queda da URSS e do socialismo no Báltico, no Cáucaso, no Leste Europeu e na Ásia Central: "Selou o fim do próprio século 20".

32%

da população

vivia abaixo da linha da pobreza em 1999, na Rússia

Depois de 69 anos de existência, a União Soviética se dissolveu oficialmente em 31 de dezembro de 1991. Com mais da metade do território da URSS, a Federação Russa herdou a maior parte da riqueza econômica – os parques industriais e petrolíferos – e do poderio militar do bloco. No mesmo ano, Bóris Yeltsin foi o primeiro presidente eleito da Rússia, que adotou um modelo de poder centralizado. Com o fim da Guerra Fria, Yeltsin priorizou a institucionalidade do país nos principais fóruns da nova geopolítica global: entre 1992 e 1996, a Rússia assumiu cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), firmou parceria com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e entrou para o G-7, o grupo dos sete países mais industrializados do mundo.

Yeltsin renunciou ao poder no apagar das luzes de 1999, um ano depois de o país ser devastado por uma crise financeira que levou à forte desvalorização do rublo e ao calote da dívida externa russa. O então premiê russo Vladimir Putin assumiu a presidência com a missão de reerguer o país, que à época tinha 32% da população abaixo da linha da pobreza, 14 milhões de desempregados e uma taxa de consumo per capita similar a de países africanos. Putin burocratizou o regime e centralizou ainda mais o poder, passando a controlar as Forças Armadas. A democracia na Rússia ganha uma nova face. Desde 2005, os governadores russos são indicados pelo Kremlin. No plano político, embora o país seja hoje uma democracia multipartidária, o partido Rússia Unida, de Putin, não deixa espaço para adversários. Ele foi reeleito presidente em 2004 com 70% dos votos, fez seu sucessor em 2008 – o atual presidente Dmitri Medvedev – e teve forças para continuar no poder hoje, voltando ao posto de primeiro ministro.

O cenário econômico ajudou o atual primeiro-ministro. Durante seu governo, o preço das matérias-primas russas, em especial o gás, subiram vertiginosamente. O petróleo, outro produto de exportação da economia russa, também ajudou: custava US$ 20 o barril em 2000 e chegou perto de US$ 150 em 2008. Na década de 2000, a Rússia passou a ser alvo de volumosos investidores estrangeiros e aprofundou o processo de internacionalização de suas empresas do setor produtivo. No livro "Uma longa transição - Vinte anos de transformação na Rússia", o técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**, Andre Pinelli, aponta a Rússia como maior investidora externa entre os países do BRICS (grupo composto por Brasil, Rússa, Índia, China e África do Sul).

Depois de 69 anos de existência, a União Soviética se dissolveu oficialmente em 31 de dezembro de 1991. Com mais da metade do território da URSS, a Federação Russa herdou a maior parte da riqueza econômica e do poderio militar do bloco

"De um modo geral, esse processo iniciou-se com a melhoria das contas externas desses países a partir do final dos anos 1990. O crescente acúmulo de reservas internacionais nos anos seguintes diminuiu as resistências políticas internas à saída de capital, o que deu margem à adoção de políticas liberalizantes dos fluxos de capital em todos esses países. Nos casos do Brasil e da Rússia, países ricos em recursos naturais, o aumento da demanda e dos preços das commodities no mercado internacional, foram fatores adicionais de estímulo à internacionalização das empresas, uma vez que propiciaram um forte incremento nos lucros, expandindo sua a capacidade de investimento e de endividamento", explica o pesquisador.

Apesar de ter feito a transição política mais importante dos últimos 20 anos e ter superado situações econômicas problemáticas, se mantendo entre as principais potências mundiais, a Rússia ainda precisa consolidar sua democracia para que o país tenha um futuro livre de pressões externas e conflitos internos.

José Renato Vieira Martins
Carolina Albuquerque Silva

A constituição de uma esfera pública regional no Mercosul

Quando foi criado, em 1991, o Mercosul não contava com nenhum tipo de mecanismo de participação social, configurando-se exclusivamente como um acordo entre Estados. Os governos do Cone Sul que optaram pela via da regionalização consideravam o Mercosul muito mais uma oportunidade para realizar a abertura dos mercados nacionais, do que um meio para implementar políticas efetivas de integração econômica, produtiva e social. Somente em 1994, com a assinatura do Protocolo Adicional de Ouro Preto, foram criados os primeiros espaços institucionais – a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social – que flexibilizaram a participação exclusiva do Poder Executivo nas discussões do Mercosul.

Decorridos vinte anos da criação do bloco, o aprofundamento da institucionalidade democrática do Mercosul tornou-se um tema prioritário para o avanço da integração. A participação da sociedade civil, observada recentemente em diferentes âmbitos nacionais e regionais, tem permitido que plataformas regionais de organizações e movimentos sociais adquiram um peso relativo maior nas escolhas sobre os destinos da região.

Essa aproximação entre Estado e sociedade já produziu efeitos palpáveis. O destaque que os temas sociais passaram a receber nas negociações é um deles. Novos espaços institucionais de discussão e implementação de políticas públicas foram criados. A Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul, o Instituto Social do Mercosul, as Cúpulas Sociais do Mercosul, o Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina – são exemplos concretos dessa mudança.

A construção de uma esfera pública regional conta hoje com ações positivas em diferentes áreas, com resultados tangíveis que beneficiam milhares de cidadãos do Mercosul. O Acordo Multilateral da Seguridade Social dos Estados Partes permite, desde 2006, o acesso a direitos previdenciários no bloco; o atendimento médico em cidades de fronteira e a adoção de critérios comuns de saúde pública; a harmonização de currículos do ensino superior e das políticas públicas de educação; a promoção de ações conjuntas para o enfrentamento da violência contra a mulher; e a construção e negociação do Plano Estratégico de Ação Social configuram uma inédita base para o avanço da integração social. A dimensão democrática do Mercosul contará, em breve, com a Unidade Técnica de Apoio à Participação Social no Mercosul, aprovada pelo Grupo do Mercado Comum em dezembro de 2010.

Também se destaca a criação de mecanismos de financiamento e crédito para as atividades de interesse social, como o Fundo Mercosul de Garantias para as Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul. O objetivo é priorizar as principais fontes de geração de empregos e garantir a segurança alimentar regional. Ademais, estão sendo implantados os registros nacionais da agricultura familiar em todos os países do bloco. Até o surgimento da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), apenas o Brasil e o Chile contavam com este tipo de instrumento, o que possibilita que os governos cadastrem as famílias da agricultura familiar. Em 2010, 40% do universo da agricultura familiar do Mercosul já foi registrado e tem se beneficiado das políticas públicas específicas destinadas ao setor.

As mudanças operadas nesse período apontam para um Mercosul socialmente mais integrado, com demandas próprias e políticas específicas destinadas a atender às imensas carências sociais da região. A agenda recente do bloco – mais voltada para os temas do desenvolvimento social – está intimamente associada à emergência do Mercosul social e participativo como novo elemento da governança regional.

Esse enfoque reflete uma nova forma de trabalhar os temas sociais no interior do bloco, com base na centralidade da dimensão social para a integração. Trata-se de enxergar o desenvolvimento social como eixo transversal do processo integracionista, evitando abordagens meramente assistencialistas, procurando superar a falsa dicotomia entre as políticas econômicas e as políticas sociais, e sempre atuando em parceria com as organizações da sociedade civil.

José Renato Vieira Martins é Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, professor e secretário de relações institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).
Carolina Albuquerque Silva é Assessora da Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil.

ARTIGO

Marcelo José Braga Nonnenberg
Allan Mesentier

A Criação do Mercosul e a intensidade tecnológica das exportações da região?

Com a implementação de uma União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 1991, era de se esperar um forte crescimento do comércio bilateral, acompanhado de maior diversificação dos produtos. Essa diversificação, no caso de países em desenvolvimento, normalmente vem acompanhada por um aumento relativo da participação de setores mais intensivos em tecnologia. E a elevação da intensidade tecnológica (IT) das exportações, por sua vez, deve refletir-se em um esforço doméstico de inovação.

Será que a criação do Mercosul resultou, de alguma forma, em aumento da intensidade tecnológica média das exportações dos seus países?

De forma a medir a intensidade tecnológica das exportações, foi construído um índice baseado em boa parte na classificação utilizada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em seu *Trade and Development Report* de 2002. De acordo com esta metodologia, quanto maior o valor do indicador, maior a intensidade tecnológica, variando seu valor de 1 a 32.

Examinando os indicadores de intensidade tecnológica nas exportações para o Mercosul para os 4 países, constata-se que, no caso do Brasil, os efeitos da criação da União Aduaneira somente vieram a ter algum impacto sobre este indicador na segunda metade da década de 1990. O índice de IT se eleva de cerca de 6 para 8 entre 1995 e 2000, caindo nos dois anos seguintes e recuperando-se a partir de 2003. O índice para a Argentina, diferentemente, cresce ao longo de todo o período. O mesmo acontece com o Uruguai, ainda que com uma intensidade menor. Já no caso do Paraguai, observa-se estabilidade ao longo dos anos. Pode-se afirmar, portanto, que a criação do Mercosul contribuiu decisivamente para um aumento da intensidade tecnológica das exportações intra-regionais de Brasil, Argentina e Uruguai, mantendo-se o Paraguai praticamente na mesma posição prevalecente antes de iniciar o processo de integração regional.

A análise da evolução do indicador de intensidade tecnológica das exportações desses países para o Resto do Mundo revela um quadro totalmente distinto. A intensidade tecnológica das exportações brasileiras aumenta entre 1983 e 2000, quando volta a diminuir. A da Argentina cresce discretamente nos primeiros anos e praticamente se estabiliza a partir de meados da década de 1980. Paraguai e Uruguai praticamente não experimentaram alterações significativas ao longo de todo o período.

Em suma, o que resulta dessa análise é que Brasil, Argentina e Uruguai parecem ter ampliado a intensidade tecnológica de suas exportações, porém apenas aquelas destinadas ao Mercosul, ao passo que as realizadas para os demais países pouco foram afetadas, enquanto que o Paraguai permaneceu um exportador de produtos primários.

A análise dos dados aqui utilizados permite concluir que a variação da intensidade tecnológica verificada nas exportações intra-regionais do Brasil, Argentina e Uruguai resultou basicamente de uma concentração num número reduzido de produtos, situados basicamente na cadeia automobilística. Certamente, a criação de regimes automotivos no Brasil e na Argentina, posteriormente consolidados no Mercosul, propiciaram as condições para o forte crescimento da indústria automobilística, resultando em grande elevação das trocas inter-regionais já a partir de 1991.

A participação das exportações da cadeia automotiva no total das exportações cresceu substancialmente nos 3 países desde o início da década de 1990. Essa elevação resultou de um conjunto de medidas de liberalização das trocas comerciais entre os países do Mercosul a partir de 1991 - ainda que as barreiras tenham ficado acima das observadas para a maioria dos produtos da União Aduaneira - o que incentivou investimentos de diversas montadoras, principalmente no Brasil e na Argentina.

Entretanto, deve se considerar que, apesar de haver contribuído para elevar a intensidade tecnológica das exportações, o comércio intrarregional de produtos ligados à cadeia automobilística resultou, basicamente, de políticas e/ou investimentos localizados, num processo de especialização produtiva aproveitando as vantagens comparativas já desenvolvidas há décadas na Argentina e no Brasil, sem a geração de *spill-overs* positivos para outros setores.

Marcelo José Braga Nonnenberg é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.
Allan Mesentier é Bolsista de graduação no Ipea.

ARTIGO

Luiz Fernando Sanná Pinto
Luciano Wexell Severo

O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul

Entre os fatores que caracterizam a inserção internacional dos países em desenvolvimento merece relevo a emissão de moedas inconversíveis, na medida em que a dificuldade de acesso às divisas internacionais é elemento explicativo fundamental para a existência da vulnerabilidade externa acentuada, fenômeno que caracteriza a própria condição dos países que gravitam em torno dos centros cíclicos da economia mundial. Na base da "hierarquia de moedas", os países de menor desenvolvimento relativo apresentam baixos graus de autonomia na condução de suas políticas macroeconômicas. A necessidade de honrar os compromissos externos "engessa" a taxa de juros em patamares relativamente elevados, impedindo a subordinação da política monetária aos objetivos mais amplos de estímulo ao aumento da demanda efetiva.

Logo, a otimização do manejo da liquidez externa é importante para reduzir a vulnerabilidade e, com isso, aumentar a margem de manobra dos países em desenvolvimento na adoção de uma política econômica condizente com a necessidade de efetivar os investimentos necessários para o desenvolvimento. Nesse sentido, as iniciativas de cooperação financeira regional podem desempenhar papel importante. Ao longo das últimas décadas, os países da América Latina criaram quatro instituições com esse intuito: o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) (1965), o Fundo Latino-americano de Reservas (Flar) (1978), o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) (2008) e o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre) (2009).

Criado no âmbito do Mercosul, o SML passou a funcionar a partir da assinatura de um convênio bilateral entre os bancos centrais do Brasil e da Argentina em setembro de 2008. Na prática, o convênio funciona como sistema bilateral de liquidações e compensação, cujos objetivos principais são: i) reduzir as transferências de divisas em moeda forte; ii) fomentar a integração financeira por meio do aumento das transações diretas real-peso; e iii) reduzir os custos de importadores e exportadores com as transações financeiras, liberando-os das operações cambiais, de modo a promover, sobretudo, a participação das pequenas e médias empresas no comércio bilateral. Por meio desse sistema, os importadores dos países signatários contratam instituições financeiras para transferir em moeda local o valor equivalente ao preço do produto importado na moeda do exportador. A instituição financeira contratada, por sua vez, transfere ao banco central de seu país o equivalente em sua moeda nacional ao pagamento da operação na moeda do exportador, a taxa de câmbio real-peso calculada a partir do cruzamento da taxa de câmbio entre o real e o dólar e entre o peso e o dólar. Depois dos registros das operações de importação, os bancos centrais apresentam um ao outro as quantias a serem compensadas no dia seguinte. Feito isso, o devedor líquido do dia deve emitir ordem de pagamento em dólares para sua contraparte. Em seguida, os bancos centrais transferem às instituições financeiras indicadas pelos exportadores o valor em moeda local referente às vendas realizadas.

Desde outubro de 2008, quando foram realizadas as primeiras operações, o sistema já foi utilizado para transações que totalizam R$ 862,58 milhões. Apesar disso, é importante ressaltar o desequilíbrio na utilização do SML nas transações entre Brasil e Argentina. As importações argentinas via este sistema foram 80 vezes maior do que as brasileiras, o que pode indicar diferenças nos estímulos para utilização do instrumento nos dois países. Isso é bastante prejudicial, na medida em que diminui o grau de compensação, aumentando, ao mesmo tempo, a necessidade de utilização de divisas.

Caso a utilização do SML fosse obrigatória, a economia de moedas conversíveis e a integração financeira seriam muito mais robustas. Realizamos um exercício de como se dariam essas operações caso este sistema fosse obrigatoriamente utilizado em todas as operações comerciais intraMercosul em 2008 – partindo da premissa de que o grau de compensação diário deva ser equivalente ao de compensação anualizado: a utilização de dólares nas transações comerciais seria reduzida a 19% do valor total importado em 2008 pela Argentina, a 31,7% pelo Paraguai e a 53,7% pelo Uruguai. O Brasil, por sua vez, como exportador líquido para os demais, receberia em dólares 45,7% de suas vendas. Logo, as potencialidades do SML ainda estão longe de ser alcançadas.

Luiz Fernando Sanná Pinto é Bolsista do Ipea e doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Luciano Wexell Severo é Mestrando em Economia Política Internacional pela UFRJ.

ARTIGO

André de Mello e Souza
Ivan Tiago M. Oliveira
Samo Sérgio Gonçalves

Propostas de Aperfeiçoamento do Focem

Com a implementação de uma União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 1991, era de se esperar um forte crescimento do comércio bilateral, acompanhado de maior diversificação dos produtos. Essa diversificação, no caso de países em desenvolvimento, normalmente vem acompanhada por um aumento relativo da participação de setores mais intensivos em tecnologia. E a elevação da intensidade tecnológica (IT) das exportações, por sua vez, deve refletir-se em um esforço doméstico de inovação.

Será que a criação do Mercosul resultou, de alguma forma, em aumento da intensidade tecnológica média das exportações dos seus países?

De forma a medir a intensidade tecnológica das exportações, foi construído um índice baseado em boa parte na classificação utilizada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em seu *Trade and Development Report* de 2002. De acordo com esta metodologia, quanto maior o valor do indicador, maior a intensidade tecnológica, variando seu valor de 1 a 32.

O gráfico 1 apresenta os indicadores de intensidade tecnológica nas exportações para o Mercosul para os 4 países. Constata-se que, no caso do Brasil, os efeitos da criação da União Aduaneira somente vieram a ter algum impacto sobre este indicador na segunda metade da década de 1990. O índice de IT se eleva de cerca de 6 para 8 entre 1995 e 2000, caindo nos dois anos seguintes e recuperando-se a partir de 2003. O índice para a Argentina, diferentemente, cresce ao longo de todo o período. O mesmo acontece com o Uruguai, ainda que com uma intensidade menor. Já no caso do Paraguai, observa-se estabilidade ao longo dos anos. Pode-se afirmar, portanto, que a criação do Mercosul contribuiu decisivamente para um aumento da intensidade tecnológica das exportações intra-regionais de Brasil, Argentina e Uruguai, mantendo-se o Paraguai praticamente na mesma posição prevalecente antes de iniciar o processo de integração regional.

A intensidade tecnológica das exportações brasileiras aumenta entre 1983 e 2000, quando volta a diminuir. A da Argentina cresce discretamente nos primeiros anos e praticamente se estabiliza a partir de meados da década de 1980. Paraguai e Uruguai praticamente não experimentaram alterações significativas ao longo de todo o período.

Em suma, o que resulta dessa análise é que Brasil, Argentina e Uruguai parecem ter ampliado a intensidade tecnológica de suas exportações, porém apenas aquelas destinadas ao Mercosul, ao passo que as realizadas para os demais países pouco foram afetadas, enquanto que o Paraguai permaneceu um exportador de produtos primários.

A análise dos dados aqui utilizados permite concluir que a variação da intensidade tecnológica verificada nas exportações intra-regionais do Brasil, Argentina e Uruguai resultou basicamente de uma concentração num número reduzido de produtos, situados basicamente na cadeia automobilística. Certamente, a criação de regimes automotivos no Brasil e na Argentina, posteriormente consolidados no Mercosul, propiciaram as condições para o forte crescimento da indústria automobilística, resultando em grande elevação das trocas inter-regionais já a partir de 1991.

A participação das exportações da cadeia automotiva no total das exportações cresceu substancialmente nos 3 países desde o início da década de 1990. Essa elevação resultou de um conjunto de medidas de liberalização das trocas comerciais entre os países do Mercosul a partir de 1991 - ainda que as barreiras tenham ficado acima das observadas para a maioria dos produtos da União Aduaneira - o que incentivou investimentos de diversas montadoras, principalmente no Brasil e na Argentina.

Entretanto, deve se considerar que, apesar de haver contribuído para elevar a intensidade tecnológica das exportações, o comércio intrarregional de produtos ligados à cadeia automobilística resultou, basicamente, de políticas e/ou investimentos localizados, num processo de especialização produtiva aproveitando as vantagens comparativas já desenvolvidas há décadas na Argentina e no Brasil, sem a geração de *spill-overs* positivos para outros setores.

André de Mello e Souza é Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Ivan Tiago Machado Oliveira é Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

Samo Sérgio Gonçalves é Terceiro Secretário da carreira de diplomata. As opiniões aqui expressas são de caráter pessoal e não refletem a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Honorio Kume
Guida Piani

Perspectivas da tarifa externa comum

A constituição do Mercosul em 1991 determinava que a partir de 1995 vigoraria a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros, uma tarifa externa comum (TEC), a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização das legislações nas áreas pertinentes. No entanto, na época, este objetivo foi recebido com ceticismo devido ao curto prazo para sua implementação, à falta de estabilização macroeconômica e às diferenças nas tarifas nacionais que não permitiam vislumbrar uma TEC aceitável para todos.

Em 1994, os governos já estavam conscientes de que a meta de mercado comum não seria alcançada, mas para assegurar a credibilidade do processo de integração optaram por aprovar uma união aduaneira incompleta, o que exigiria a aprovação parcial da TEC. Entretanto, apesar de intensas negociações, ainda restavam grandes divergências em relação à TEC. A solução encontrada foi aceitar temporariamente tarifas diferenciadas para bens de capital, produtos de informática e de telecomunicações e para um conjunto limitado de bens escolhidos por cada membro (Lista de Exceção Nacional).

Logo se constatou que a flexibilização que permitiu essa solução de compromisso político não seria suficiente. Em alguns casos, os países-membros passaram a tomar iniciativas unilaterais que "perfuravam" a TEC, baseados em argumentos macroeconômicos, com ou sem a anuência prévia de seus parceiros. Tal prática, ainda que temporária, foi disseminada entre todos os países membros.

A "perfuração" mais controversa ocorreu em 2001, quando o governo argentino reduziu unilateralmente as tarifas de bens de capital de 14% para 0%, medida também adotada em seguida por Paraguai e Uruguai. Esta decisão provocou fortes reações dos produtores brasileiros, em decorrência da perda de preferência tarifária que favorecia suas exportações. Sem alternativas, o Brasil aceitou provisoriamente essa mudança, que tem sido sucessivamente prorrogada.

Em outubro de 2010, o governo brasileiro anunciou que apresentará uma proposta para a eliminação gradual das exceções à TEC, de forma a atender aos interesses de todos os sócios. Para tal, deverá apresentar uma proposta de revisão da TEC, principalmente dos produtos contidos nas Listas de Exceção Nacional e na dos bens de capital, informática e telecomunicações.

A fixação de uma tarifa aduaneira de 12% e 16% para máquinas e equipamentos sempre foi motivo de grande controvérsia, tanto no Brasil como entre os países-membros do Mercosul. De um lado, prevalece a preocupação de estimular os investimentos privados para favorecer as exportações e a taxa de crescimento econômico; de outro, a de evitar que isso seja viabilizado por meio da eliminação da produção regional de bens de capital. O dissenso se agrava pelo fato de o Brasil ser, praticamente, o único produtor regional desses bens.

Uma proposta radical de tarifa nula, como a que está sendo aplicada atualmente na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, não é apropriada, até porque os grandes países exportadores de bens de capital não a aplicam. Por outro lado, a aceitação por parte dos demais sócios do Mercosul dos níveis fixados em 1994 também não se mostra viável. Assim, é bem provável que, para que se atinja um consenso, as tarifas de bens de capital e de informática e telecomunicações sejam bastante reduzidas. Os países interessados em estimular a produção doméstica deverão recorrer a outros instrumentos, tais como os incentivos à inovação tecnológica, garantias especiais de financiamento e subsídios à produção.

Para os demais setores, os países sócios consideram prioritárias as mudanças nas tarifas dos produtos contidos nas Listas de Exceção Nacional, que em todos apresenta uma forte concentração setorial, como, por exemplo, as que favorecem os regimes agrícolas no Uruguai e Paraguai.

Portanto, uma proposta de revisão da TEC que atenda aos interesses de todos e elimine as exceções implicará principalmente uma redução das alíquotas de bens de capital e de informática e telecomunicações, de produtos químicos, de plástico e de borracha e de metais comuns. Dado que uma redução nas tarifas destes setores se refletiria em uma diminuição dos custos dos produtores de bens finais, provocando um aumento de sua proteção efetiva, uma reforma tarifária deverá tornar-se novamente necessária.

Esta reformulação deverá propiciar uma melhor alocação de recursos no Brasil, visto que a liberalização comercial iniciada em 1988 encerrou-se em 1993 e a cobrança do PIS-COFINS em 2004 sobre os produtos importados aumentou a proteção doméstica.

Além disso, a reforma da TEC poderá fortalecer os laços econômicos e sociais que devem unir os países do Mercosul.

Honorio Kume é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador de Comércio Exterior e Política Comercial da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

Guida Piani é pesquisadora da Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea.

Fusão de competências

Ipea e Cade fecham parceria inédita para avaliação de dados sobre propriedade intelectual e concorrência em operações de fusão e aquisição no mercado brasileiro

Felipe Mirabelli e **Marina Nery** – do Rio de Janeiro

Sidney Marrieta

Plenária do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em sessão no dia da assinatura do acordo de cooperação técnica com o Ipea

As operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias alcançaram R$ 184,8 bilhões no Brasil no ano passado, o que representou crescimento de 55% frente ao volume alcançado em 2009. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em 2010 foram contabilizadas 143 operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, ante 95 realizadas no país em 2009.

Esses processos, que movimentam enormes somas de recursos e formam algumas das maiores empresas do mundo, seguem uma tendência atual da economia, de concentração em alguns setores, para competir em um ambiente global, disputando mercado com empresas cada vez maiores e mais capitalizadas.

Frente a um ambiente adverso e povoado por gigantes, as empresas brasileiras, com atuação mundial crescente, e competindo por recursos e clientes em diversos países, participam deste movimento, comprando empresas concorrentes ou se unindo a estas, para obter ganhos de sinergia e escala, além de peso global, com mais capacidade de atuar em diferentes continentes.

Entretanto, o aumento de operações desta natureza suscita diferentes questões, especialmente em relação a poder e controle do mercado interno, concorrência, e ganhos para o consumidor. Estas preocupações estão no cerne das atividades do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão responsável por analisar e autorizar fusões e aquisições entre empresas no Brasil, e seu impacto para o funcionamento saudável e isonômico do mercado.

*A dobradinha Cade-**Ipea** vai tocar em temas fundamentais para a economia, como poder de mercado e os atos de concentração de megaempresas*

MUDANÇA DE NATUREZA Diferente de 2008 e 2009, quando as aquisições entre empresas nacionais predominaram, no ano passado ganharam espaço as compras de companhias nacionais por estrangeiras. Foram 39 transações, que somaram R$ 56,9 bilhões, ou 31% do volume total das operações realizadas em 2010. O destaque ficou por conta do setor de tecnologia da informação e telecomunicações, que respondeu por 18% do volume negociado no ano.

Do total de fusões, aquisições e reestruturações, 31% foram transações envolvendo valores acima de R$ 1 bilhão, sendo que três destas operações superaram os R$ 10 bilhões: Portugal Telecom e Telefónica, Tam e Lan, e Shell e Cosan. O valor de R$ 1 bilhão, aliás, é uma das novidades do projeto do Super Cade (*ver Box* 1): pela proposta na nova lei, apenas empresas com faturamento anual superior a este valor terão de submeter suas operações ao julgamento do Cade.

O Cade possui recursos técnicos altamente especializados na defesa da concorrência e no funcionamento de inúmeros mercados, mas a quantidade e complexidade dos casos a serem analisados suscitou a parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**). "Por este motivo, o Cade procurou o **Ipea** para um trabalho acadêmico, em busca de, principalmente, fundamentação teórica e conceitos para lidar com os casos concretos", explica Lucia Helena Salgado, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenadora de Estudos de Mercado e Regulação do **Ipea**. O resultado é um acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de pesquisas de interesse mútuo, com validade de dois anos, renováveis por mais dois. A dobradinha Cade-**Ipea** vai tocar em temas fundamentais para a economia, como poder de mercado e os atos de concentração de megaempresas.

O impacto do licenciamento de patentes na concorrência é um dos muitos aspectos que deverão ser analisados dentro da parceria. Se, por exemplo, uma empresa mantiver a patente de substâncias exclusivas para a fabricação de um medicamento, esta pode ser entendida como uma forma de manter poder de mercado. Neste sentido, o trabalho do **Ipea** inclui a elaboração de base de dados de licenciamento de patentes, além da avaliação

dos acordos de licenciamento de patentes e seus impactos concorrenciais no Brasil.

Na parceria serão ainda avaliados alguns dos principais temas referentes à propriedade intelectual e concorrência: litígios e ameaças de litígios, licenciamento de patentes, incluindo licenciamento cruzado, licenciamento em bloco, licenciamento compulsório, venda casada, patentes secundárias, *pool* de patentes e *clusters* de patentes: um medicamento com grande potencial de mercado, por exemplo, gera cerca de cem pedidos de patentes com pequenas variações, e após a aprovação da patente principal são depositados outros pedidos, para diferentes dosagens e processos de produção. Cria-se assim um grupo (*cluster*) de patentes secundárias que dificulta a análise de onde começa e onde termina a proteção, desestimulando iniciativas por parte dos fabricantes de medicamentos genéricos.

143

operações

de fusão, aquisição e reestruturação societárias foram realizadas no ano passado

O **Ipea** vai também fornecer suporte técnico para a realização de um seminário sobre propriedade intelectual e defesa da concorrência, que será realizado em parceria com o Cade e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Uma avaliação feita pela *Global Competitiveness Report* com 118 países revelou a alta correlação entre a defesa da propriedade intelectual e a eficácia das políticas antitruste.

A parceria entre os dois órgãos auxiliará na elaboração de um estudo consolidado sobre a dinâmica empresarial do país. "Um dois principais objetivos da cooperação Cade-**Ipea** é avaliar características limitantes do exercício de poder de mercado em atos de concentração, por meio do cálculo da taxa de entrada, saída e permanência de empresas por setor de atividade, tamanho de empresa e município", ressalta Danilo Santa Cruz Coelho, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**.

"É necessária uma análise dos processos bem rápida, para não travar a economia. Decisões em 30 dias para atos simples"

Gesner Oliveira,
professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e ex-presidente do Cade

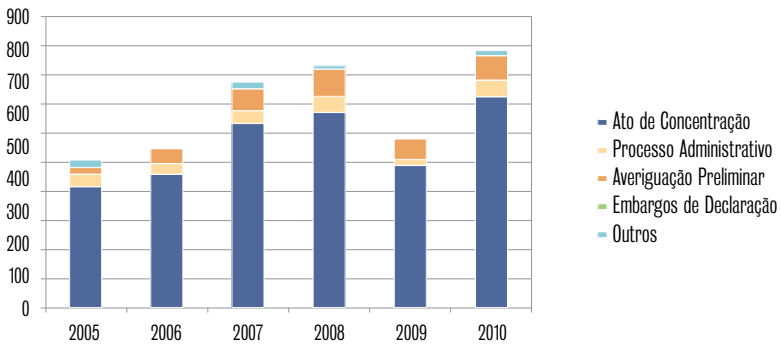
Divulgação

O trabalho conta com uma metodologia que utiliza o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para calcular taxas de entrada, saída e sobrevivência de empresas privadas formais no Brasil. O **Ipea** já possui estudos setoriais sobre a dinâmica empresarial de vários segmentos da economia brasileira, mas, com essas medidas, será possível fazer o cálculo por ano, tamanho de empresa, por região e por setor de atividade – utilizando a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

A motivação do estudo parte da dificuldade de obtenção de informações, para instrução de processos, sobre ocorrências de entrada e saídas de empresas em setores da economia, mesmo naquelas situações em que a definição de mercado relevante subscreve setores específicos, bem delineados, na classificação CNAE. Essas taxas de entrada, calculadas de modo a não identificar nenhuma empresa em específico, são importantes para avaliar características limitantes do exercício de poder de mercado em atos de concentração.

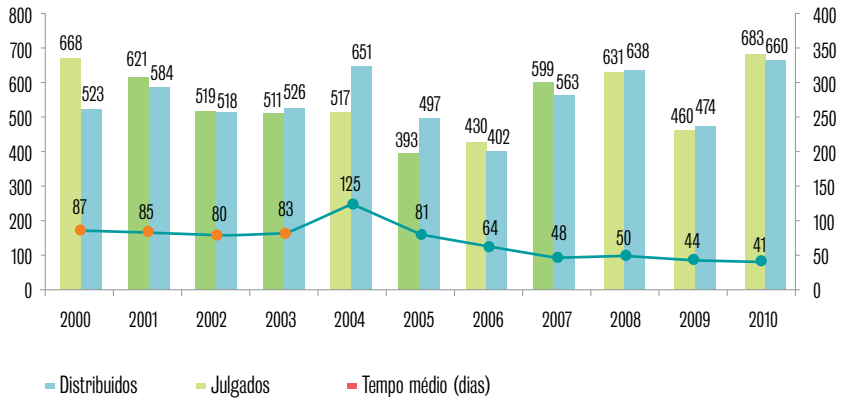
Estatísticas de mercado são empregadas corriqueiramente na análise de casos no

Gráfico 1: Processos distribuídos



Fonte: Cade

Gráfico 2: Balanço de Atos de Concentração julgados X distribuídos no Cade com tempo médio



Fonte: Cade

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), em particular em atos de concentração. De acordo com o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, publicado conjuntamente pela Secretaria de Acompanhamento econômico (Seae), órgão ligado ao ministério da Fazenda, e pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), ligada ao ministério da Justiça, quando do exame da probabilidade de exercício de poder de mercado, faz-se necessário avaliar a probabilidade de entrada de empresas no mercado relevante. Muitas vezes estas estimativas se dão de modo parcial, tendo como fonte a percepção das requerentes e algumas concorrentes. Em alguns casos, pode haver subestimação ou superestimação da probabilidade de entrada, dificultando a visão do grau de competição e da dinâmica empresarial no setor ou mercado relevante.

17

milhões

de empresas brasileiras possuem seus dados no Cadastro Nacional de Empresas (CNE)

"Um histórico de probabilidades de entrada e saídas de empresas pode auxiliar os órgãos de instrução e julgamento a obter informações de modo mais rápido, (...) contribuindo para a redução do tempo de análise dos processos"

Eduardo Pontual Ribeiro,
economista chefe adjunto do Cade

"A disponibilidade de um histórico de probabilidades de entrada e saídas de empresas pode auxiliar os órgãos de instrução e julgamento do SBDC a obter informações de modo mais rápido, dependendo do mercado relevante delimitado na análise, contribuindo para a redução do tempo de análise dos processos", destaca Eduardo Pontual Ribeiro, economista chefe adjunto do Cade e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Além da RAIS, que fornece informações socioeconômicas sobre todas as empresas do setor formal brasileiro e seus respectivos empregados, a pesquisa vai utilizar o Cadastro Nacional de Empresas (CNE), um registro administrativo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), com informações sobre atos arquivados de empresas registradas nas 27 Juntas Comerciais do país. O CNE armazena, atualmente, dados cadastrais de aproximadamente 17 milhões de empresas localizadas no Brasil, nacionais e estrangeiras, ativas ou extintas, em funcionamento no país, e contém informações tais como endereço, capital social, data de início da atividade, filiais de empresas estrangeiras, bloqueios, livros mercantis, atual situação do empreendimento, filiais nos estados, natureza jurídica, dentre outros dados empresariais.

"A partir destes dados, faremos um estudo da demografia das empresas", afirma o técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**, Aguinaldo Nogueira Maciente. Entre as informações estão a entrada de empresa, que se refere ao número de empresas ou unidades locais ativas no ano de referência, mas que não estavam ativas no ano anterior; o nascimento de empresas, que ocorre quando uma empresa realmente inicia atividade; a reentrada, quando a atividade recomeça após um período de interrupção temporária de pelo menos um ano; a saída de empresa, que registra o número de empresas não ativas no ano de referência, mas ativas no ano anterior; a sobrevivência, ou seja, se a empresa estava ativa no ano de referência e no ano anterior.

AGILIDADE Para Gesner Oliveira, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e ex-presidente do Cade, a análise prévia dos atos de concentração é positiva, mas é necessário assegurar uma estrutura física adequada para incentivar a produtividade dos agentes do Cade. "É necessária uma análise dos processos bem rápida, para não travar a economia". Como seria essa rapidez? "Decisões em 30 dias para atos simples", calcula.

Oliveira também se preocupa com o valor previsto pela nova lei para que a operação vá a julgamento: "considero R$ 1 bilhão um

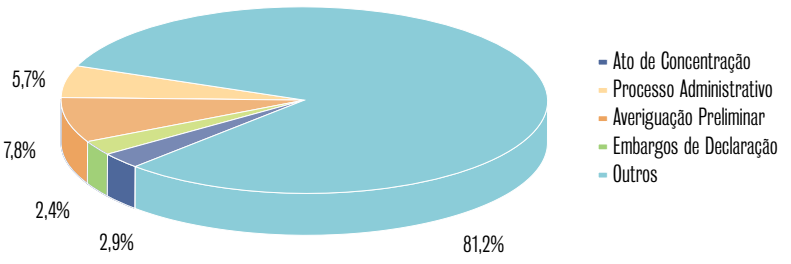
Sidney Murrieta

Compõem o plenário do Cade sete conselheiros, indicados pelo Presidente da República e, se aprovados pelo Senado Federal, nomeados para cumprirem um mandato de dois anos.

patamar excessivo, que não vai contemplar determinados segmentos da economia", alerta o ex-presidente do Conselho. A mudança é grande porque, atualmente, o piso é de R$ 400 milhões. Os conselheiros do Cade fizeram um estudo interno e descobriram que, dos últimos 150 negócios julgados, apenas 76 seriam analisados com o novo piso em vigor, quase a metade das avaliações feitas. "Os patamares para exames de ato de concentração não podem ser muito pequenos nem excessivamente elevados. Não se pode errar nesta 'calibragem'", pondera Oliveira.

Empresas poderiam fazer fusões e aquisições menores para fugir do piso de R$ 1 bilhão e, com isso, "driblar" o órgão antitruste. Seria uma forma de concentrar o mercado, deixando o Cade de mãos atadas. Isso já aconteceu no mercado de cimento, onde foram feitas, nesta década, várias aquisições pequenas. Só depois de aprovar várias delas, o Cade percebeu que o setor estava ficando muito concentrado, nas mãos de poucas companhias em algumas regiões do país.

Gráfico 3: Processos jugados (2005 - 2010)



Fonte: Cade

"Por este motivo, o Cade procurou o **Ipea** *para um trabalho acadêmico, em busca de, principalmente, fundamentação teórica e conceitos para lidar com casos concretos"*

Lucia Helena Salgado,
coordenadora de estudos de mercado e regulação do **Ipea** e ex-conselheira do Cade

Mas isso pode ser evitado, pois a lei aprovada pelo Senado permite que o órgão antitruste convoque qualquer fusão para julgamento, mesmo que a empresa envolvida não fature mais de R$ 1 bilhão. Ou seja, basta um sinal de alerta ou uma denúncia de concentração num determinado setor para o Cade convocar os negócios para julgamento.

Do Cade ao Super Cade

A legislação antitruste brasileira teve seu início em 1951, no segundo governo de Getulio Vargas, com a Lei 1.521, que definia crimes contra a economia popular. Em 1962, foi criada no Brasil uma legislação antitruste baseada no *Sherman Act* norteamericano, a qual nomeou também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com função de reprimir o abuso do poder econômico.

Atualmente, a Lei que regula o Cade é a nº 8.884/94, que transformou a instituição em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira para ter garantida a impossibilidade de interposição de recursos por outros órgãos contra as suas decisões, o que fortalece sua independência. Sua atribuição é agir nos casos de abuso do poder econômico.

Compõem o plenário do Cade sete conselheiros, indicados pelo Presidente da República e, se aprovados pelo Senado Federal, por ele nomeados para cumprirem um mandato de dois anos, podendo apenas serem destituídos mediante processo específico. É papel do Cade regular a livre concorrência no Brasil, garantindo uma relação equilibrada entre a livre iniciativa, livre concorrência, proteção do consumidor e a preservação do interesse.

O conselho atua quando notificado a respeito de atividades antitruste desempenhadas por empresas em todo o território nacional. Suas atividades se desdobram em três eixos: prevenção, repressão e educação. É permitido também que, antes do julgamento, o infrator assine com o Cade "um compromisso de cessação de prática sob investigação", no qual se compromete a parar com a prática investigada e obriga-se a não repeti-la, ganhando em troca a suspensão do processo, que poderá ser encerrado após determinado período.

120

dias

passa a ser o prazo limite para a conclusão de julgamentos e análises de concentração

Sidney Murrieta

Mas o sistema atual de defesa da concorrência tem sua eficiência comprometida em razão do longo de tempo de análise. Pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) avaliou que as ações judiciais que questionam decisões do Cade levam em média cinco anos para serem julgadas definitivamente. A situação acaba fazendo com que as empresas envolvidas na negociação vivam um período de incerteza

Nesse cenário, a Câmara dos Deputados apresentou o Projeto de Lei 06/2009, que cria o Super Cade. O projeto traz alterações significativas à estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a unificação no Cade das competências divididas atualmente entre o próprio órgão, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), ligada ao Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Direito Econômico (SDE), vinculada ao Ministério da Justiça. Outra mudança proposta eleva o valor mínimo das operações de concentração econômica que exigirão controle prévio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), dos R$ 400 milhões previstos no projeto da Câmara dos Deputados para R$ 1 bilhão.

Outra alteração prevista no Projeto de Lei é que qualquer caso de compra ou fusão de grandes empresas que possa levar à concentração do mercado terá que ser analisado previamente pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e não depois de o negócio ter sido efetivado, como ocorre atualmente. O projeto fixou um prazo para a conclusão de julgamentos: o tempo máximo de análises de concentração cai para 120 dias - e não mais 240 dias como queriam os deputados - com possibilidade de prorrogação pelas partes por 60 dias ou, pelo Cade, por 90 dias. Atualmente, o Cade não precisa apresentar conclusões dos casos.

O texto do Projeto de Lei já foi aprovado pelo Senado Federal com algumas emendas, que foram submetidas à aprovação da Câmara dos Deputados em dezembro de 2010. A previsão é que o Projeto de Lei seja aprovado e convertido em Lei, e entre em vigor ainda em 2011. É nessa nova realidade do Super Cade que vai se fortalecer a parceria Cade-**Ipea**.

Hortas cidadãs

Acervo/Prefeitura de Panapolis

Projeto de agricultura urbana desenvolvido pela prefeitura de Penápolis reintegra comunidades socialmente marginalizadas e melhora qualidade nutricional das famílias

Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente são dois dos princípios que regem as sociedades modernas. E é com o aumento da qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente que a pequena cidade de Penápolis, no interior de São Paulo, desenvolve, há quinze anos, um projeto de agricultura urbana. Nas 70 hortas comunitárias espalhadas pela cidade trabalham 1.500 famílias, atendendo direta e indiretamente cinco mil pessoas – de um município com pouco mais de 60 mil habitantes. O projeto é um modelo fácil de ser replicado em outras prefeituras do país, e um dos vencedores da terceira edição do Prêmio Objetivos do Milênio Brasil, realizado em Brasília, no ano passado.

Para as hortas comunitárias, a prefeitura de Penápolis cede terrenos públicos, geralmente áreas verdes legais de loteamentos recentes, com dimensões que variam de cem metros quadrados a seis quilômetros quadrados, e os oferece para o uso de famílias cadastradas. O processo organiza-se em torno das deliberações do orçamento participativo executado no município. Um conjunto de munícipes, então, solicita a inscrição do grupo. Elege-se, entre eles, um coordenador, que será responsável pela administração do local e cumprimento das normas. O terreno é limpo e dividido em canteiros atribuídos a cada família, normalmente dois canteiros por família. Os beneficiários, por sua vez, entram com os equipamentos para o trato da terra e com o trabalho. A prefeitura fornece, também, as sementes e assistência técnica.

Acervo/Prefeitura de Penápolis

Nas 70 hortas comunitárias trabalham 1.500 famílias, fornecendo alimentos para cerca de cinco mil pessoas

400
toneladas
de verduras e legumes são produzidos em Penápolis por ano, em média

Nas hortas comunitárias de Penápolis é possível encontrar uma rica variedade de hortaliças, legumes e até ervas medicinais. Lucas Torrezan, secretário da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente da cidade, explica que a prática da agricultura urbana melhora a qualidade nutricional das famílias atendidas pelo projeto. "Nossa intenção é inserir socialmente as pessoas e melhorar a qualidade de vida incentivando práticas saudáveis como o cultivo de hortaliças e ervas medicinais", afirma. A prefeitura de Penápolis estima que as 70 hortas ocupem uma área de 72 mil metros quadrados, onde

são produzidos, em média, 400 toneladas de verduras e legumes por ano.

Os terrenos são abertos ao trabalho dos beneficiários no início da manhã e no final da tarde, e que o controle desse acesso, bem como a administração do dia-a-dia das hortas, são atividades de responsabilidade do coordenador, eleito anualmente, contam os técnicos em planejamento e pesquisa do **Ipea**, Cleandro Krause e Albino Rodrigues, que visitaram as hortas comunitárias de Penápolis. "A produção não pode ser comercializada: vai para o consumo das famílias participantes e para doações a creches, entidades filantrópicas e educacionais, ou para qualquer pessoa que solicite, desde que para consumo próprio", esclarecem.

Acervo/Prefeitura de Penápolis

A atividade é normalmente desenvolvida por adultos, frequentemente pessoas idosas, promovendo sua inserção produtiva

As famílias atendidas conscientizam-se mais da sua cidadania, dos seus direitos. Muitos passam a se questionar sobre a falta de creches nos bairros, de postos de saúde. Tornam-se mais sensíveis a uma série de problemas

Albino Rodrigues,
técnico em planejamento e pesquisa do **Ipea**

A atividade, de modo geral, é feita por pessoas adultas e, muito frequentemente, idosas, contribuindo não só para a oferta de alimentos saudáveis e para a aquisição de consciência ambiental, mas também estimulando a socialização de comunidades muitas vezes marginalizadas. O projeto auxilia também na politização dessas comunidades: "as famílias atendidas conscientizam-se mais da sua cidadania, dos seus direitos. Muitos passam a se questionar sobre a falta de creches nos bairros, de postos de saúde. Tornam-se mais sensíveis a uma série de problemas", avalia Rodrigues.

A facilidade para replicar o modelo das hortas comunitárias é outro ponto forte do projeto desenvolvido pela prefeitura de Penápolis. Krause considera que essa é uma forma inteligente das prefeituras reaproveitarem suas áreas verdes: "o projeto tem grande vitalidade e já existe há quinze anos. A prefeitura garante o bom uso da terra e a segurança alimentar dessas famílias", afirma. Segundo o secretário da Agricultura, Lucas Torrezan, além de fornecer o terreno e a assistência técnica às hortas, a prefeitura também é responsável pela água para a irrigação dos canteiros, bem como pelo serviço de transporte e descarte dos restos vegetais oriundos da limpeza dos canteiros.

O exemplo da prefeitura de Penápolis mostra que é preciso muito pouco para desenvolver um projeto que apresentem resultados, e permitam o desenvolvimento de comunidades socialmente marginalizadas. A matemática é simples: somou-se um pedaço de terra a sementes de hortaliças e tendo como resultado uma comunidade mais saudável, incluída, e mais consciente de seus deveres e direitos.

Acervo/Prefeitura de Penápolis

A produção não pode ser comercializada, sendo destinada ao consumo das famílias e doação a creches

Dreamstime

O máximo do mínimo

Os 75 anos de história do salário mínimo no Brasil mostram que os valores estão distantes de cumprir os preceitos constitucionais

Em fevereiro de 2011, a presidente Dilma Roussef sancionou a lei que fez com que o salário mínimo passasse a valer R$ 545. O reajuste do mínimo serve de referência para o salário de 47 milhões de trabalhadores no país. A correção do valor em R$ 35 – em 2010, o mínimo era R$ 510 – implica em um aumento de despesas de cerca de R$ 10 bilhões para o governo federal neste ano, segundo estimativas da equipe econômica. A previsão do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) é de que sejam injetados R$ 211 bilhões na economia com o aumento.

De acordo com a Constituição de 1988, o salário mínimo deve assegurar ao trabalhador e à sua família: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Entretanto, há um consenso de que o valor do mínimo está muito distante de assegurar todos os direitos previstos na Constituição. Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) comprovam isso: em julho de 2005, o salário mínimo vigente era de R$ 300 e, para assegurar o preceito constitucional, ele deveria valer, na época, R$ 1.497,23.

Desde que foi instituído, no Brasil em 1936, o salário mínimo teve duas políticas. A primeira durou até 1964, ano do golpe militar, quando o mínimo era o elemento central na constituição da sociedade salarial no Brasil e um parâmetro de homogeneização salarial. Seu valor era definido por comissões tripartites (empresários, trabalhadores e governo), de uma maneira participativa. Depois de 1964, ele deixou de ser o elemento central da construção de uma sociedade salarial, perdeu sua relação com o custo de vida, com a sobrevivência, e deixou de haver vínculo entre o seu reajuste e a inflação passada. Virou um instrumento para enfrentar a inflação e para o ajuste das finanças públicas.

De acordo com a Constituição de 1988, o salário mínimo deve assegurar ao trabalhador e à sua família: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social

Marcos legais e dados históricos são importantes para entender a evolução do salário mínimo no país e sua definição. Quando foi criado, pela Lei 185, de janeiro de 1936, o salário mínimo foi definido como remuneração mínima devida ao trabalhador, sem distinção de sexo – capaz de satisfazer suas necessidades normais de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. O Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, refere-se ao mínimo, no artigo 76, da seguinte forma: "Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte."

Mais tarde, a Constituição Federal de 1988, no capítulo dos Direitos Sociais, define que o salário mínimo deve cobrir todas as necessidades não só do trabalhador, mas também de sua família, e ser unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo, como está apresentado no Artigo Sete: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (...)".

A efetivação de uma política de salário mínimo, em quaisquer de suas formas – por setor, região ou unificado nacionalmente – visa atingir pelo menos uma de quatro finalidades, que não são exclusivas: "estabelecer um piso para a determinação de salários de menor remuneração; proteger categorias de trabalhadores mais vulneráveis; estabelecer normas para que trabalhos iguais tenham a mesma remuneração; tornar-se instrumento de política macroeconômica", segundo a economista Maria Cristina Cacciamali.

A importância social do salário mínimo se expressa na sua abrangência como remuneração básica de milhões de brasileiros economicamente ativos e aposentados e como farol para negociações salariais, pisos salariais e remunerações do setor informal.

O jeito de fazer do Piauí

Obra: Anjo Guerreiro
Artista: Mestre Dezinho

Foto: Rômulo Faldini/Acervo Museu Casa do Pontal

Arte santeira do Piauí tem início na década de 1960. Hoje, 150 artesãos piauienses vivem da atividade, um dos muitos patrimônios imateriais do Brasil

É comum encontrar nas ruas de Teresina, no Piauí, grandes peças entalhadas de madeira, em formato de santos como São Francisco, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. A religiosidade do piauiense é esculpida na madeira de cedro, com serrote e formão, e o polimento finaliza o trabalho, conhecido por arte santeira. Os artesãos da arte sacra do Piauí, chamados de mestres, têm como referência uma religiosidade popular que transforma o típico homem nordestino e piauiense em santos e anjos.

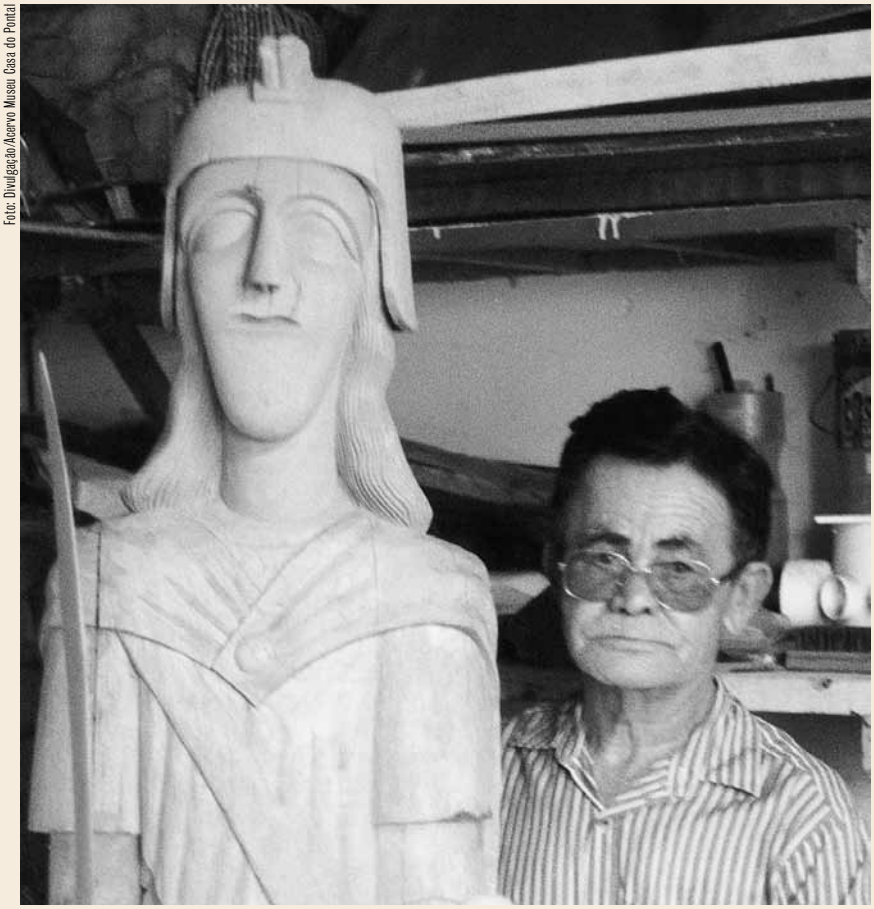
A história da arte santeira no estado começa na década de 1960, período em que José Alves de Oliveira, mais conhecido como Mestre Dezinho, mudou-se de Valença do Piauí para Teresina. Artesão dos chamados ex-votos – objetos que normalmente representavam membros do corpo humano, como mãos, pés e cabeças, para pagar promessas religiosas – Mestre Dezinho, então com 45 anos, começou sua vida na capital piauiense como vigia da Praça da Vermelha, e aproveitava os horários de folga para produzir os ex-votos. O padre da paróquia da Praça da Vermelha percebeu o talento de Mestre Dezinho e pediu para que ele fizesse o Cristo da igreja, que estava em reforma. Foi ao esculpir o Cristo em madeira que Mestre Dezinho tornou-se precursor da arte santeira, atividade que envolve hoje mais de 150 artesãos no estado.

Os mestres da arte santeira levam, aproximadamente, dois meses para finalizar uma peça

Outro importante artesão também marca a arte sacra piauiense: Expedito Antonino dos Santos, o Mestre Expedito. Nascido em 1932, na cidade de Domingos Mourão, Expedito foi para Teresina em 1970 para desenvolver seu trabalho artístico, onde desenvolveu importantes trabalhos para a igreja Nossa Senhora de Lourdes. Ao longo da sua vida, Mestre Expedito teve contato com as obras de Aleijadinho, e deste assimilou a característica de imprimir nos seus personagens o estilo primitivo mais próximo da arte barroca – com ênfase nos traços naturais do corpo humano. Sua arte ganhou notoriedade no Brasil e no exterior e, assim como os trabalhos de mestre Dezinho, exerce forte influência na geração mais nova de artesãos que surgiu em Teresina nos anos seguintes.

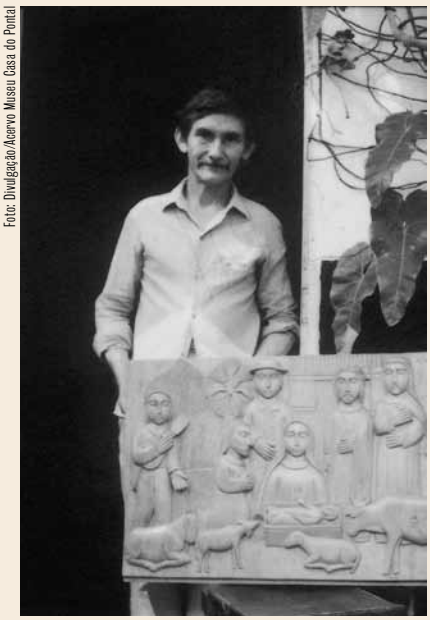
Os artesãos da arte santeira destacam-se por empregar estilos próprios a suas obras. São oratórios, totens e peças pintadas que, devido à originalidade e à diversidade de estilos dos artesãos locais, tem feito a arte santeira do Piauí ser reconhecida em todo o Brasil, e até no exterior. Estudo realizado em 2005 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Piauí identificou uma oportunidade de exportar a arte santeira, especialmente para países com maior concentração populacional de católicos, como Itália, França, Espanha e Polônia.

Foto: Divulgação/Acervo Museu Casa do Pontal



Mestre Dedezinho, um dos principais nomes da arte santeira no Piauí, ao lado de um de seus tótens

Foto: Divulgação/Acervo Museu Casa do Pontal



Mestre Expedito expõe um de seus trabalhos em cedro

42%

dos artesãos

afirmaram ter dificuldades para adquirir cedro

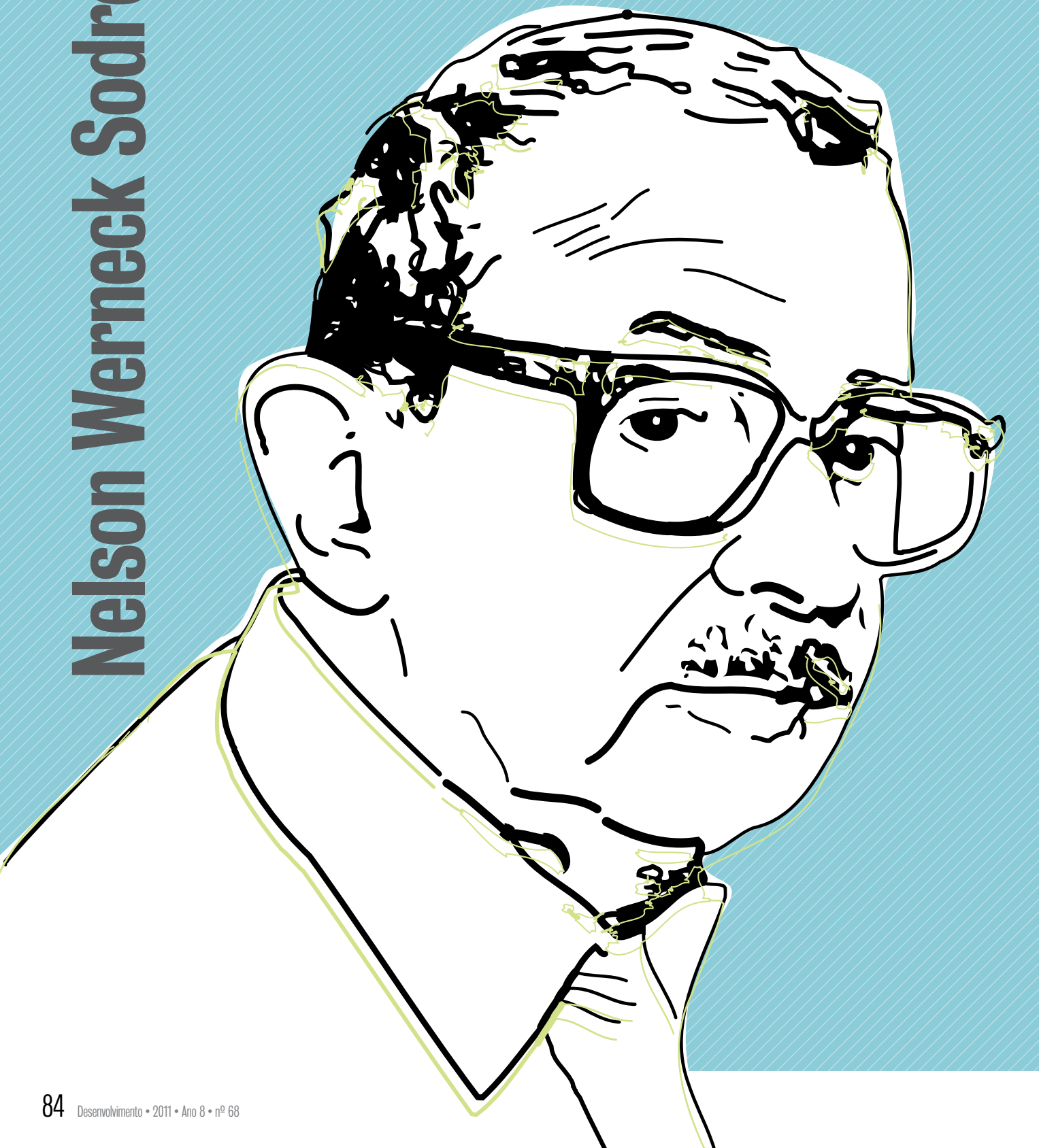
No entanto, o elevado custo da madeira é um dos entraves para o desenvolvimento da atividade. De acordo com a pesquisa do Sebrae, aproximadamente 42% dos artesãos entrevistados afirmaram ter dificuldade para adquirir o cedro, madeira mais utilizada para o trabalho. Outros 58,33% alegam que há falta de matéria-prima no mercado e, por isso, substituem o cedro por umburana, a cerejeira e o mogno, que são madeiras de qualidade inferior.

O valor alto da peça da arte santeira restringe as vendas para as camadas sociais de alto poder aquisitivo, sobretudo para os turistas que visitam Teresina. Outro segmento de renda elevada que vem crescendo no consumo da arte santeira são os arquitetos que trabalham com decoração. Segundo a pesquisa, 25% dos entrevistados afirmaram vender para esse tipo de profissional. Além disso, o próprio processo produtivo das peças – caracterizado pelo caráter estritamente manual – é um dos fatores mais importantes na determinação da elevação do preço. Os mestres da arte santeira levam, aproximadamente, dois meses para finalizar uma peça.

Estudo realizado em 2005 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Piauí identificou uma oportunidade de exportar a arte santeira, especialmente para países com maior concentração populacional de católicos, como Itália, França, Espanha e Polônia

A arte santeira do Piauí já possui um Inventário Nacional de Referências Culturais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultura. O próximo passo é registrar o modo de fazer no Livro do Registro, o que garante que a arte santeira do Piauí seja um patrimônio imaterial brasileiro. O processo está em andamento desde 2008. De acordo com o Iphan, o registro é uma forma de reconhecimento, e busca a valorização de bens imateriais da cultura brasileira.

Nelson Werneck Sodré



A vida de Nelson Werneck Sodré é um compêndio de contradições: militar, comunista e marxista. Pesquisou e escreveu sobre a história do Brasil, tendo publicado dezenas de livros que se tornaram obras de referência para os historiadores e estudiosos do país. Em abril de 2011, completaria 100 anos

Militar e historiador. Mais historiador do que militar, Nelson Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, na então capital federal do país, a cidade o Rio de Janeiro. Sodré conciliou a carreira no Exército, na qual alcançou o posto de general-de-brigada, à formação como sociólogo e historiador de orientação marxista. Trabalhou também como crítico literário e considerava-se um profissional da imprensa.

Após estudar em escolas públicas e em alguns internatos, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1924, com 13 anos de idade, e na Escola Militar do Realengo, seis anos depois. Concluído o curso, Sodré fez a 'declaração de aspirantes' em janeiro de 1934 e logo em seguida foi designado para servir no Regimento de Artilharia de Itu, o tradicional Regimento Deodoro. Foi também em Itu que conheceu Yolanda Frugoli, com quem se casou.

Como historiador, além das diversas publicações, participou ativamente da fundação e consolidação do Instituto de Estudos Brasileiros. Entre os anos de 1938 e 1945 publicou centenas de artigos e algumas de suas principais obras. Alguns títulos de sua bibliografia, como *História da Imprensa no Brasil*, *História da Literatura Brasileira* e *História Militar do Brasil* tornaram-se obras essenciais de referência, quer pelas particularidades temáticas, quer pelas criteriosas pesquisas que o levaram à minuciosa coleta de dados.

Em sua tentativa de compreender os processos históricos que deram origem às diversas classes sociais brasileiras, em especial à burguesia nacional e suas relações com as demais classes, Sodré se apoia na visão econômica de tradição marxista, utilizando a categoria modo de produção como base da análise. Tanto sua linha de pesquisa, quanto as ações políticas aproximam-se do comunismo.

A estreia na grande imprensa ocorreu em 1929, com a publicação do conto "Satânia", veiculado pela revista *O Cruzeiro*. Em outubro de 1934, Sodré começou a colaborar no Correio Paulistano, assinando o rodapé de crítica literária.

Em paralelo aos estudos e publicações, até o início da década de 1950 Nelson Werneck Sodré traçava sua carreira militar: chegou a ser instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde lecionava História Militar. Em 1951 foi desligado da Escola devido às posições políticas que assumiu publicamente – desde o início aliou-se à esquerda militar – por participar da diretoria do Clube Militar, empenhada na luta pelo monopólio estatal da pesquisa e exploração do petróleo no Brasil. Outra atitude que desagradou os militares mais conservadores foi a publicação, sob pseudônimo, de um artigo na Revista do Clube Militar, claramente identificado com as posições sustentadas à época pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), contrárias à participação do Brasil na Guerra da Coreia.

Depois do desligamento e apesar de suas ligações com o então Ministro da Guerra, general Newton Estillac Leal, que presidira o Clube Militar durante a Campanha do Petróleo, Sodré teve que se conformar com postos com postos pouco relevantes, como, por exemplo, oficial de artilharia numa guarnição em Cruz Alta, interior do Rio Grande do Sul.

Em agosto de 1961, o historiador militar foi promovido, por antiguidade, a coronel, último posto da carreira no Exército. Duas semanas após o golpe de 1964 Sodré teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pela Junta Militar que assumiu o poder. A cassação não tinha apenas objetivos político-eleitorais, pois a posterior regulamentação das punições ampliou o impediu de lecionar e de escrever artigos para a imprensa.

Em suas dezenas de obras publicadas, Sodré mostrou, por meio de uma análise conjuntural, que a História era um processo, e que os homens também mudavam, sendo a subjetividade parte integrante do conhecimento objetivo. O historiador, comunista, militar e crítico literário faleceu em 1999, na cidade de Itu, em São Paulo. Completaria 100 anos, no dia 27 de abril de 2011.

Mudança

Cuba substitui ministro da economia

O governo cubano anunciou, em março, a saída do ministro de Economia e Planejamento, Marino Murillo Jorge, que estava no cargo desde 2009. Em seu lugar assumirá o engenheiro Adel Yzquierdo Rodriguez. Murillo passará a ser o responsável pela coordenação da execução de medidas econômicas que estimulam a iniciativa autônoma dos profissionais.

Rodriguez ocupou cargos de chefia em várias estatais e também no Departamento de Planejamento e Economia. Em comunicado, o governo informou que Murillo, mesmo fora do ministério, será responsável pelas agências da área de Economia e Planejamento.

Pelo comunicado, o governo informou também que Murillo, como coordenador do Comitê de Política Econômica do 6º Congresso do Partido que vai supervisionar a aplicação das medidas adotadas para atualizar o modelo da economia cubana.

No ano passado, o governo cubano autorizou uma série de profissionais a ter seu próprio negócio. A estimativa é que cinco milhões de trabalhadores consigam aderir às novas medidas. Até meados de 2010, apenas 148 mil trabalhadores possuíam licença para ter o próprio negócio.

Meio ambiente

Embrapa coordena banco de material genético de animais da América Latina

O primeiro banco de material genético (germoplasma) de animais selvagens da América Latina está aos cuidados, desde maio, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. A Fundação Jardim Zoológico de Brasília era a depositária da unidade de conservação do material, mas um acordo possibilitou a cooperação técnica e a transferência dos germoplasmas. Com o acordo, fica assegurado ao zoológico de Brasília, o acesso, em primeira mão, a qualquer material genético com vistas à conservação e pesquisa.

Com a tecnologia, poderá ser feita reprodução assistida de animais, que engloba a inseminação artificial, fertilização in vitro e transferência de embrião. O armazenamento das células-tronco possibilita, por exemplo, tratamento de animais, pesquisa e, caso necessário, a clonagem de animais. O material genético fica guardado em botijões de nitrogênio a 196º C abaixo de zero.

A Embrapa já mantinha um banco de germoplasma com a maioria das espécies domésticas. Em quase um ano de projeto com espécies selvagens no zoológico, já foram coletados materiais genéticos de 21 animais, como lobo-guará, raposa, macaco-prego e tamanduá.

Pelican

Itaipu

Hidrelétrica vai sediar curso sobre integração energética na América Latina

Em parceria com a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ) vai implantar um curso de pós-graduação sobre a integração energética na América Latina.

Em Foz do Iguaçu, onde fica a usina, foram iniciadas no segundo semestre do ano passado as atividades acadêmicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que cederá o espaço físico e sua estrutura acadêmica. A Unila tem um corpo docente integrado por professores brasileiros e de outros países da América Latina.

O início do curso está previsto para março de 2012. O Gesel deverá ter um laboratório de pesquisas na Unila, para aulas complementares. Os alunos farão estágio em Itaipu, e o curso será destinado a alunos já graduados nas áreas de engenharia, economia e administração, oriundos dos países envolvidos com a integração energética: Brasil, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Bolívia e Peru e os países da América Central.

Pesquisa

Pobreza atinge a 81 milhões de crianças e adolescentes latino-americanos e caribenhos

Na América Latina e no Caribe, 45% das crianças e dos adolescentes não têm assegurados seus direitos básicos em decorrência da pobreza, que atinge 81 milhões de meninos e meninas com menos de 18 anos. A conclusão é de um estudo, divulgado em maio, pela Comissão Econômica América Latina e Caribe (Cepal) e pelo Fundo das Nações Unidas para Fundo para a Infância (Unicef). Os dados são de 2007.

O Brasil ocupa o sétimo lugar neste ranking, com 38,8% de crianças e adolescentes na faixa da pobreza, atrás de Costa Rica, Chile, Uruguai, Argentina, Venezuela e Colômbia. Os piores percentuais são registrados em El Salvador, na Guatemala e Nicarágua, na Bolívia, em Honduras e no Paraguai.

No caso dos piores percentuais – El Salvador, Guatemala e Nicarágua – a faixa de pobreza envolvendo crianças e adolescentes chega a 86%, na sociedade salvadorenha, dos quais 39% estão na linha da pobreza extrema. Na Guatemala e Nicarágua, os percentuais são acima de 78,5% e quase metade é considerada pobreza extrema.

O estudo foi feito durante os anos de 2008 e 2009 com base em dados apresentados pelos governos de cada país. Para a análise do material foram considerados fatores, como nutrição, acesso à água potável, ao saneamento, à habitação de qualidade, à escola e aos meios de comunicação e informação.

Daniel Zanini H.

Exílio

Acordo permite retorno de Zelaya a Honduras sem punições

Stock

O presidente de Honduras, Porfírio Pepe Lobo, e o presidente deposto do país, Manuel Zelaya, assinaram, em maio, um acordo que permite, sem riscos de punições, o retorno de Zelaya ao país. A iniciativa é a principal medida que levará à reintegração de Honduras à Organização dos Estados Americanos (OEA), depois de quase dois anos de suspensão. Honduras foi suspensa após o golpe de Estado que levou à saída de Zelaya do poder, em outubro de 2009.

No período de cinco a sete de junho, a Assembleia Geral da OEA se reúne em El Salvador e a reintegração de Honduras será o principal tema. A reintegração deve ser definida por consenso. No documento, que estabelece nove pontos de entendimento, também foram incluídas garantias legais a exilados políticos, membros do gabinete do ex-mandatário e seus simpatizantes. O "Acordo de Cartagena" deve abrir caminho para a legitimação do governo de Pepe Lobo, proveniente de eleições organizadas pelo governo interino depois do golpe cuja legitimidade foi questionada na região.

Em 28 de junho de 2009, Zelaya foi retirado da residência oficial por um grupo coordenado por representantes das Forças Armadas, da Suprema Corte e do Parlamento. O ato foi considerado um golpe de Estado pela OEA, o Brasil e vários países da região. Meses depois, o presidente deposto pediu abrigo à Embaixada do Brasil em Honduras, onde permaneceu até a eleição de Pepe Logo. Desde então, Zelaya vive na República Dominicana. Como parte das negociações, no início de maio, a Justiça de Honduras anulou os processos de corrupção contra o ex-presidente. O acordo assinado ontem foi mediado pelos governos da Colômbia e Venezuela.

Pesquisa

CNPq comemora 60 anos

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) completou em abril 60 anos de fundação tendo como perspectiva a necessidade de atender à demanda de crescimento econômico ao apoiar e fomentar a formação de cientistas, técnicos e engenheiros.

A instituição, que possui em seu banco de dados (a Plataforma Lattes) mais de dois milhões de currículos cadastrados, faz parte do avanço tecnológico registrado nas mais diversas áreas da ciência, tecnologia e inovação, do país. Com a criação aprovada pelo Congresso Nacional em 1950, o CNPq foi efetivamente implementado como uma autarquia vinculada à Presidência da República em janeiro de 1951, com a missão de atuar diretamente na formação de pesquisadores, no financiamento a projetos de pesquisa e no estímulo ao intercâmbio científico.

O Almirante Álvaro Alberto, primeiro presidente e idealizador da instituição, implantou as 300 primeiras bolsas de estudo e pesquisa, a partir da criação dos tradicionais instrumentos de fomento – concessão de bolsas e auxílios.

Passadas seis décadas, o CNPq consolidou-se como instituição de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico: com 80 mil bolsas de pesquisa, 14 mil de iniciação científica, mil bolsas de produtividade e quatro mil de mestrado e doutorado.

Suécia

Saab inaugura centro de pesquisa no Brasil

Stock

O primeiro centro de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no país da empresa sueca Saab foi inaugurado em maio, em São Bernardo do Campo (SP). O projeto esteve na pauta de discussões do 2º Laboratório de Aprendizagem em Inovação Brasil-Suécia realizado no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP), pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pela Agência Sueca de Inovação (Vinnova).

O projeto já conta com 15 empresas e universidades. A Saab tem como objetivo desenvolver pesquisa e novos negócios no Brasil. Para isso, pretende investir US$ 50 milhões no início das operações. O centro de P&D para o Brasil foi desenvolvido a partir de um modelo utilizado na Suécia, baseado na cooperação entre indústria, academia e governo.

Outro exemplo de cooperação Brasil-Suécia, também apresentado durante o evento, é a parceria firmada entre a empresa brasileira Vale Soluções em Energia (VSE) e a sueca Scania, para desenvolvimento, produção e comercialização de motores a etanol e suas aplicações. O objetivo é viabilizar a utilização de motores pesados, movidos a etanol comercial, sem aditivos, com rendimento comparável aos motores a diesel e com baixíssimas emissões de CO^2 orgânico.

Exportação

Associação é criada para internacionalizar biotecnologia nacional

Stock

Associação Brasileira de Biotecnologia (Brbiotec) foi lançada, em Brasília, em março de 2011. A Brbiotec reunirá empresas e instituições integradas no desenvolvimento de pesquisas em energia, saúde, agricultura e meio ambiente – como o Cietec, no campus da USP, e o Polo BioRio, na UFRJ. Com o apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a iniciativa tem a missão de alinhar o país à agenda biotecnológica internacional.

A proposta é facilitar a criação de parques biotecnológicos e possibilitar o ingresso do Brasil na rota dos grandes investimentos na área. A bioeconomia movimenta no país cerca de US$ 10 bilhões por ano, incluídas as produções de energia, saúde e agricultura. No mundo, esse setor movimenta US$ 27 trilhões, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Criada para ser a marca da biotecnologia nacional, a Associação pretende fortalecer o Brasil no exterior e posicioná-lo como país inovador na área. No lançamento, foi anunciado o modelo de participação das empresas integrantes da Brbiotec Brasil na BIO 2011, a maior feira de biotecnologia do mundo, marcada para junho, em Washington (EUA).

Engenheiros

Programa busca diminuir o déficit de profissionais qualificados

Stock

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estão formatando um projeto para minimizar a escassez de engenheiros no país. O Plano Nacional de Engenharia traz propostas para reduzir a evasão e para elevar o preenchimento de vagas ociosas em instituições públicas e privadas, com vistas a aumentar a oferta destes profissionais no mercado de trabalho.

Quando finalizado, o documento do programa será entregue ao governo. Dados divulgados pela CNI mostram que a evasão nos cursos de engenharia é superior a 50% e que a maior parte das desistências ocorre nos dois primeiros anos da graduação.

Investimento

BNDES libera R$ 4,6 milhões para projetos de inovação

Dreamstime

Impulsionar a inovação tem sido uma das metas do governo federal, que já sinalizou neste ano a criação de quatro fundos setoriais com aporte total de R$ 1 bilhão. Entre as iniciativas recentes está também a inclusão de financiamentos para inovação no cartão Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Foram incluídos como itens financiáveis serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação para produtos e processos, além de serviços técnicos especializados em eficiência energética e impacto ambiental e design.

Até fevereiro, o BNDES havia credenciado no cartão 65 fornecedores de serviços tecnológicos. Outros 25 estão em processo de credenciamento na instituição. Do início das operações, em 2010, até agora, já foram liberados R$ 4,6 milhões. A projeção até o final do ano é realizar mais 500 mil novas operações de todos os tipos por meio do cartão, 90% delas para micro e pequenas empresas.

O processo é similar a uma licitação. Pode demorar meses até que a verba seja de fato liberada, então é preciso ficar de olho nos editais.

Cooperação

Brasil reforça parceria com a Alemanha em C&T

Brasil e Alemanha assinaram acordo de cooperação bilateral para o desenvolvimento de pesquisas com luz síncrotron (intensa radiação eletromagnética produzida por elétrons de alta energia por meio de um acelerador de partículas) e a constituição de um fundo bilateral de fomento para desenvolver produtos inovadores com tecnologia de ponta.

A parceria, assinada em maio, envolverá o Laboratório Nacional de Luz Síncontron (LNLS), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e o European XFEL, uma organização de pesquisa internacional independente, apoiada por 12 países.

O LNLS é o único laboratório de luz síncroton na América do Sul e um dos dois localizados no hemisfério sul. A parceria prevê troca de conhecimento, além do intercâmbio de pesquisadores, estudantes entre os dois países. Com o início das pesquisas cooperadas, equipamentos e estudos serão desenvolvidos para avaliar as propriedades biológicas, físicas e químicas de diversos componentes da natureza.

Marco legal

Finep propõe alterações nas leis de CT&I

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, aprovou um documento que traz mais de dez propostas de alteração legislativa para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). De acordo com a agência de fomento, a ideia é garantir maior integração e eficácia dos seus instrumentos de apoio financeiro a projetos inovadores.

A proposta está fundamentada em três pilares básicos: revisão dos instrumentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) voltados a empresas, definição mais clara e ampla para mecanismos de financiamento que ainda possuem insegurança jurídica (como o de Subvenção Econômica) e uma orientação definitiva sobre a divisão orçamentária e a cooperação entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e empresas.

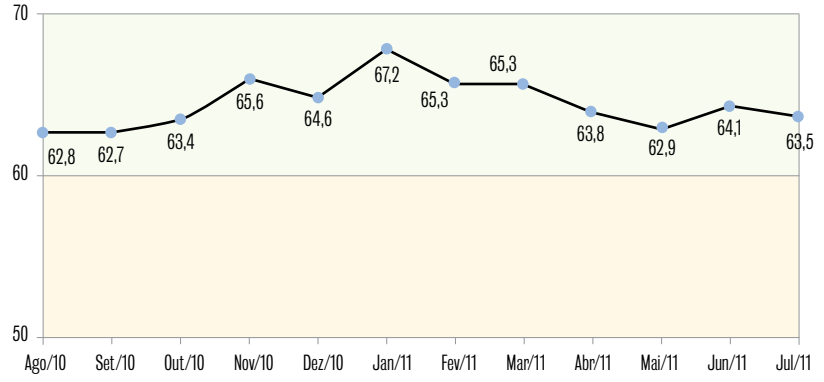
De acordo com a Finep, o documento, assinado em maio, será apresentado à Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), que em parceria com a financiadora irá estruturar um pacote de planos para facilitar os mecanismos de apoio à inovação.

Famílias menos endividadas

O Índice de Expectativas das Famílias (IEF), em sua 12ª edição, mostrou uma diminuição no número de famílias brasileiras endividadas. No estudo, referente a julho, 52% dos entrevistados declararam não ter qualquer dívida, um aumento de 1,5 ponto percentual em relação ao mês anterior e o maior patamar registrado pelo Instituto desde agosto de 2010, quando a pesquisa começou a ser realizada. No primeiro IEF, pouco mais de 45% afirmavam não estar endividados.

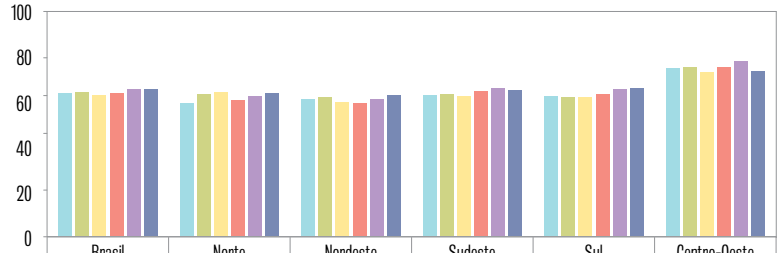
Entre as famílias com algum tipo de conta a pagar, 47,% dizem ter condições de quitá-la em sua totalidade. Em junho, elas eram 45,8%. Houve uma redução de 0,8 ponto percentual na proporção de famílias sem condições de pagar suas contas (32,8%, em julho). A dívida média registrada pelo IEF teve ligeiro aumento. Passou de R$ 4.343,95, no mês anterior, para R$ 4.433,65.

Gráfico 1: Índice de expectativas das famílias. Brasil. Agosto/2010 – julho/2011



Fonte: Ipea - IEF

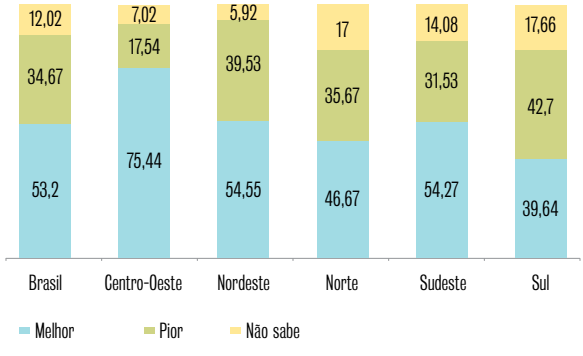
Gráfico 2: Índice de expectativas das famílias. Brasil e grandes regiões. Fevereiro a julho/2011



	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Julho	63,5	59,7	61,6	63,0	62,6	74,8
Junho	64,1	63,2	61,7	63,7	62,2	75,5
Maio	62,9	64,2	59,8	62,5	61,9	73,3
Abril	63,8	60,9	59,3	65,1	63,1	75,5
Março	65,3	62,8	60,9	66,1	65,6	77,7
Fevereiro	65,3	63,8	62,9	64,9	65,9	73,6

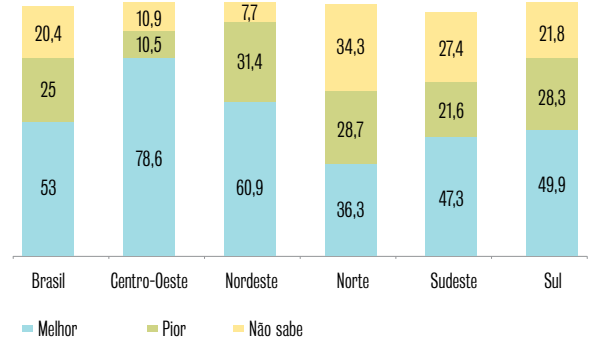
Fonte: Ipea - IEF

Gráfico 3: Expectativa sobre a situação econômica do Brasil nos próximos 12 meses, em %. Brasil e grandes regiões. Julho de 2011



Fonte: Ipea - IEF

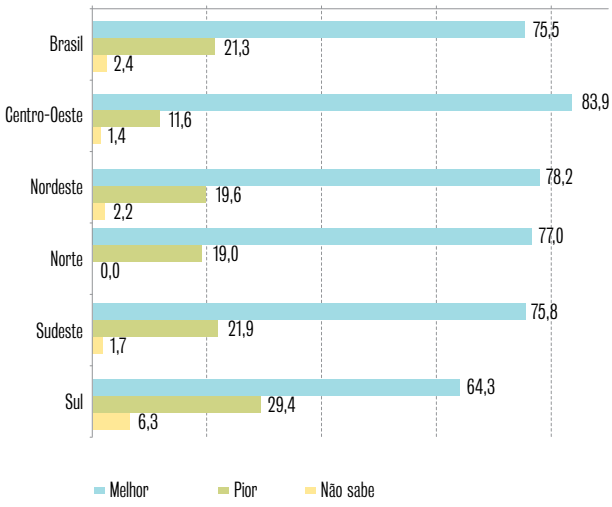
Gráfico 4: Expectativa sobre a situação econômica do Brasil nos próximos 5 anos, em %. Brasil e grandes regiões. Julho de 2011



Fonte: Ipea - IEF

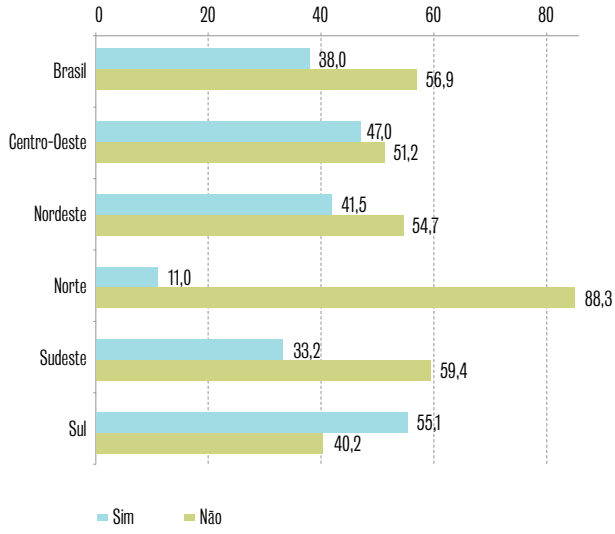
De acordo com o IEF, as famílias continuam otimistas em relação à sua situação financeira futura, mas diminuíram o entusiasmo com o desempenho da economia brasileira nos próximos doze meses. 53% ainda acreditam que a economia brasileira terá momentos melhores nos próximos 12 meses, mas esse patamar está quase quatro pontos percentuais abaixo do de junho. Por outro lado, 80,9% dos entrevistados esperam situação financeira melhor daqui a um ano.

Gráfico 5: Percepção sobre a situação financeira da família em comparação à de um ano atrás, em %. Brasil e grandes regiões. Julho de 2011



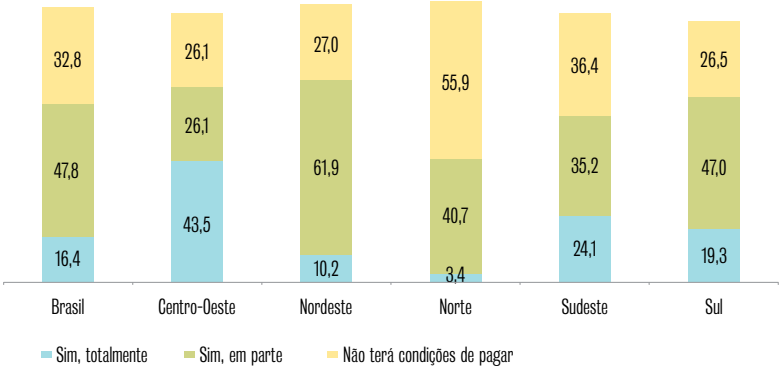
Fonte: Ipea - IEF

Gráfica 6: Expectativa de melhoria profissional por parte do entrevistado responsável pelo domicílio para os próximos seis meses, em %. Brasil e grandes regiões. Julho de 2011



Fonte: Ipea - IEF

Gráfico 7: Expectativa sobre a capacidade de pagamento de contas atrasadas, em %. Brasil e grandes regiões. Julho de 2011



Fonte: Ipea - IEF

JORNAIS – Quatro homens lêem a última edição em Kabul, depois de muito tempo sem boas notícias. Fotografia feita no Afeganistão.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando* o Desenvolvimento" busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo) e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as Instituições Parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

HUMANIZANDO O DESENVOLVIMENTO
Campanha Mundial de Fotografia

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/